


































CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DE PROPOSIÇÕES EM TRAMITAÇÃO NO CONGRESSO NACIONAL <b>Setembro/Outubro de 2008</b>		Nº 01
<p><b>*** Explicação para uso do arquivo eletrônico deste relatório.</b></p> <p>- A maioria das proposições e seus andamentos estão com <i>links</i> para abrir a proposição ou andamento nas páginas da Câmara e do Senado.</p> <p>- Em ambas as colunas os <i>links</i> dos símbolos representados por uma "folha com sinal de adição" abrem os andamentos da proposição; os símbolos representados por uma "folha com uma lupa" abrem as redações das proposições; e, por último, o símbolo da máquina fotográfica abre a redação da proposta original.</p>		
NOVOS CURSOS		
PROPOSIÇÃO, AUTORIA E RELATORIA	OBJETO, HISTÓRICO E SITUAÇÃO ATUAL	
<p><b>Proposição:</b> <a href="#">PL nº 1765/1999</a>  (ARQUIVADA)</p> <p><b>Proposta original:</b> <a href="#">PL-1765/1999</a> </p> <p><b>Apensados:</b> (<a href="#">PL 1819/1999</a>  <a href="#">PL 4413/2001</a> )</p> <p><b>Autor(a):</b> Dep. Sérgio de Carvalho PSDB/RO</p> <hr/> <p><b>POSIÇÃO DO CONSELHO: CONTRÁRIA</b></p>	<p><b>Objeto/Ementa:</b> Currículo mínimo para cursos superiores</p> <p><b>Situação atual:</b> <u>Arquivado nos termos do artigo 133 do RICD.</u></p>	
<p><b>Proposição:</b> <a href="#">PL nº 3340/2000</a>  <b>Proposta original:</b> <a href="#">PL-3340/2000</a> </p> <p><b>Apensos:</b> (PL 5263/01, PL 839/03, e PL 1823/03)</p> <p><b>Autor(a):</b> Dep. Renato Silva PSDB/PR</p> <p><b>Distribuição:</b> 1.CTASP, CSSF, CECD e <b>CCJC</b></p> <p><b>Relator(a):</b> 1. Dep. Jovair Arantes - (PSDB-GO) 2. Dep. Darcísio Perondi - (PMDB-RS)</p> <hr/> <p><b>POSIÇÃO DO CONSELHO: ACOMPANHAR E DISCUTIR MELHOR POSIÇÃO E ENCAMINHAMENTOS DO CFP</b></p>	<p><b>Objeto/Ementa:</b> Determina que a criação de novos cursos superiores de direito dependerão de parecer da subseção da OAB, e de cursos de odontologia, medicina, psicologia e veterinária, de parecer da representação local dos respectivos conselhos regionais de classe, e dá outras providências.</p> <p><b>Situação anterior/Histórico:</b> - <u>CSSF</u> - em 20.10.2004, foi apresentado voto do relator, Dep. Darcísio Perondi, pela aprovação do PL principal e do PL 5263/01, apensado, na forma do substitutivo apresentado pela CTASP, e pela rejeição do PL 839/03, e do PL 1823/03, apensados. / - em 07/12/2004, aprovado o parecer por unanimidade. / Em tramitação na CECD. / CEC em 24/2/05 - Encerrado o prazo para emendas. Não foram apresentadas emendas. / - CEC em 14/03/05 - Apresentação de Requerimento pela Deputada Neyde Aparecida, solicitando a realização de Audiência Pública, no âmbito da Comissão de Educação e Cultura, para debater o Projeto de Lei nº 3.340, de 2000, que "determina que a criação de novos cursos superiores de direito dependerão de parecer da OAB, e de cursos de odontologia, medicina, psicologia e veterinária, de parecer da representação". // - CEC 2/5/06 - Devolvido sem manifestação. / Arquivada em 31.01.07 e desarquivada em 06.03.07 a requerimento dos deputados Geraldo Resende e Vanessa Grazziotin.</p> <p><b>Situação Atual:</b> 10.04.2007 - Encerrado o prazo para emendas na Comissão de Educação e Cultura. Não foram apresentadas emendas. </p> <p><b>Observação:</b> Sem andamento novo</p>	
<p><b>Proposição:</b> <a href="#">PL nº 2264/1996</a>  <b>Proposta original:</b> - <a href="#">PL-2264/1996</a> </p> <p><b>Apensos:</b> (PL 2322/1996  <a href="#">PL 4210/1998</a> )</p> <p><b>Autor(a):</b> Dep. Paulo Rocha - PT/PA</p> <p><b>Distribuição:</b> 1.CTASP, CECD e <b>CCJC</b>.</p> <p><b>Relator(a):</b></p>	<p><b>Objeto/Ementa:</b> Institui a Residência em Enfermagem e dá outras providências.</p> <p><b>Situação anterior/Histórico:</b> - <u>CTASP</u> - aprovado o parecer do Relator, com emendas, rejeitando o PL 2322/96 e o PL 4 210/98, apensados. / - <u>CECD</u> - aprovado o parecer da Relatora pela aprovação deste, e pela rejeição do PL 2322/1996, e do PL 4210/1998, apensados, da emenda apresentada na CTASP e reapresentada na Comissão e das emendas adotadas pela CTASP. / <u>CCJC</u> - desde 20/01/04 pronto para pauta o parecer do Relator, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, com emenda do Relator, das emendas 1 a 9 adotadas pela CTASP, da Emenda 1 apresentada na CEC, do PL 2.322/96, com emenda, e do PL 4.210/98, com emenda; e pela antiregimentalidade da Emenda 1 apresentada na CTASP. / - Em 07/3/05 - Publicação do parecer da CECD. DCD 10 11 01 PÁG 57878 COL 02, Letra B.</p>	

**CORTÊS & ZUPIROLI**  
A D V O G A D O S

<p>1.Dep. Paulo Paim (PT-RS)  <b>2.Dep. Lídia Quinan - (PSDB-GO)</b>          3.Dep. Antônio Cruz - (PTB-MS)</p>	<p><b>Arquivada</b> em 31.01.07, conforme dispõe o art. 105, do RICD e <b>desarquivada</b> em 27.04.07, por solicitação do Deputado Paulo Rocha.          22/4/2008 - <b>(CCJC)</b> - Designado Relator, Dep. Leo Alcântara (PR-CE)</p>
<p><b>POSIÇÃO DO CONSELHO: EM ABERTO.</b></p>	<p>4/6/2008 - <b>(CCJC)</b> - Apresentação do Parecer do Relator, PRL 2 CCJC, pelo Dep. Leo Alcântara   <b>Situação atual:</b> 4/6/2008 - <b>(CCJC)</b> - Parecer do Relator, Dep. Leo Alcântara (PR-CE), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, com emenda, das Emendas 1 a 9 da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, da Emenda da Comissão de Educação e Cultura, do PL 2322/1996, com emenda, e do PL 4210/1998, com emenda, apensados; e pela anti-regimentalidade da Emenda 1/1999 apresentada na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público.</p>
<p><b>Proposição:</b> PL-1641/2003   <b>Proposta original:</b> PL-1641/2003           No Senado: PLC nº 04/2008  <b>(TRANSFORMADA NA LEI Nº 11.664, DE 02.06.2008)</b></p> <p><b>Autor(a):</b> Dep. José de Ribamar Costa Alves - PSB/MA</p>	<p><b>Objeto/Ementa:</b> Altera dispositivos do art. 36 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, incluindo a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias em todas as séries do Ensino Médio.</p> <p><b>TRANSFORMADO NA LEI Nº 11.664, DE 02.06.2008</b></p>
<p><b>POSIÇÃO DO CONSELHO: HÁ FAVOR DA INTRODUÇÃO DA DISCIPLINA DE PSICOLOGIA NO ENSINO MÉDIO.</b></p>	
<p><b>Proposição:</b> PL-65/2003   <b>Proposta original:</b> PL-65/2003           Apensos: PL 3624/2004           Autor: Dep. Arlindo Chinaglia  <b>Relator:</b></p>	<p><b>Objeto/Ementa:</b> proíbe a criação de vagas em cursos de Medicina pelos próximos dez anos.  <b>Situação anterior/Histórico:</b>  <b>Situação atual:</b> Aprovado o relatório e voto. O relator na Comissão de Educação da Câmara, dep. Átila Lins-PSB-PI, propõe a aprovação na forma de substitutivo. A proposta original do Dep. Arlindo Chinaglia propunha a proibição de criação de novos cursos de medicina e de ampliação de vagas durante dez anos. A ela estavam apensados outros Projetos que propunham o estabelecimento de critérios para a aprovação de cursos na área de saúde, incluindo psicologia. O substitutivo acolhe estas propostas, incluindo os cursos de psicologia e odontologia, estabelecendo critérios para a autorização, reconhecimento e renovação.</p>
<p><b>POSIÇÃO DO CONSELHO: A FAVOR DO SUBSTITUTIVO.</b></p>	<p>28/11/2007 Comissão de Educação e Cultura (CEC) Parecer com Complementação de Voto, Dep. Átila Lira (PSB-PI), pela aprovação do Projeto de Lei nº 65/03 e dos PL's nºs 3.624/04, 6.395/05, 16/07 e 1.037/07, apensados, com Substitutivo. </p>
	<p>28/11/2007 Comissão de Educação e Cultura (CEC) Aprovado o Parecer com Complementação de Voto contra os votos dos Deputados Severiano Alves e Angela Amin, apresentou voto em separado o Deputado Dr. Pinotti          19/12/2007 - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)          Aprovado o Parecer contra os votos dos Deputados Maurício Quintella Lessa e Marcelo Ortiz          20/12/2007 - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)          Encaminhamento de Parecer à CCP para publicação.          7/2/2008 - <b>COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)</b> - Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania publicado no DCD de 08/02/08, Letra B.</p>
<p><b>PL-1444/2003</b> </p>	<p><b>Objeto/Ementa:</b> Altera lei nº 6.316, de 17 de dezembro de 1975, a fim de dispor sobre o exame de suficiência para o exercício das profissões de</p>

<p>Proposta original: <b>PL-1444/2003</b> </p> <p><b>Apensos:</b>  <b>Autor(a):</b> Dep. <b>Abelardo Lupion-PFL/PR</b>  <b>Distribuição:</b> CSSF, CTASP, <b>CCJC.</b>  <b>Relator(a):</b> Dep. Geraldo Resende.</p>	<p>Fisioterapeuta e Terapeuta Ocupacional. <b>PL-1444/2003</b> </p> <p><b>Situação anterior/Histórico:</b> - CSSF em 9/06/05 - Aprovado por Unanimidade o Parecer. / - Em 16/6/05 - Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Seguridade Social e Família.          CEC em 25/07/05, designado Relator, Dep. Rafael Guerra PSDB-MG. / - Em 29/07/05 – 3/7/2007 Comissão de Educação e Cultura (CEC) - Designada Relatora Substituta, Dep. Nilmar Ruiz (DEM-TO) / 3/7/2007 - <b>(CEC)</b> - Parecer da Relatora, Dep. Nilmar Ruiz (DEM-TO), pela rejeição deste. / 3/7/2007 - <b>(CEC)</b> - Aprovado por Unanimidade o Parecer / 10/7/2007</p>
<p><b>POSIÇÃO DO CONSELHO: CONTRÁRIOS AOS EXAMES POR PRINCÍPIO.</b></p>	<p><b>Situação atual: 15/08/07 - Designada Relatora, Dep. Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM).</b>          - 1/1/2008 <b>Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP)</b> - Parecer da Relatora, Dep. Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), pela rejeição deste. </p>
	<p>27/3/2008 <b>(CTASP)</b> - Apresentação do Parecer do Relator, PRL 1 CTASP, pela Dep. Vanessa Grazziotin </p> <p>27/3/2008 - <b>(CTASP)</b> - Parecer da Relatora, Dep. Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), pela rejeição deste e da Emenda adotada pela CSSF. </p> <p>18/6/2008 - <b>(CTASP)</b> - Devolvida à Relatora, Dep. Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), de ofício, para adequação do parecer ao Verbete nº 02 da Súmula de Jurisprudência da CTASP.</p> <p>3/9/2008 <b>Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP)</b> - Retirado de pauta a Requerimento do Deputado Edgar Moury.          8/10/2008 - Retirado de pauta a Requerimento do Deputado Paulo Pereira da Silva.          15/10/2008 <b>(CTASP)</b> - Retirado de pauta a Requerimento do Deputado Roberto Santiago.          29/10/2008 <b>(CTASP)</b> Retirado de pauta a Requerimento da Deputada Andréia Zito.</p>
<b>REGULAMENTAÇÃO DE PROFISSÕES</b>	
<p><b>PL-1987/2007</b> </p> <p><b>Proposta original: PL-1987/2007</b> </p> <p><b>Autor:</b> Dep. Cândido Vaccarezza-PT-SP  <b>Relator(a):</b> Arnaldo Jardim - PPS/SP  <b>Distribuição:</b> CCJRCD e Comissão de Consolidação das Leis.</p>	<p><b>Objeto/Ementa: propõe consolidar da Legislação Trabalhista. Esta proposta consolida a legislação trabalhista e a legislação dos Conselhos.</b>  <b>Situação anterior/Histórico:</b> encaminhado à Comissão Especial de Consolidação das Leis em 12.09.07 // 4/10/2007 Grupo de Trabalho para Consolidação das Leis. (GTCL) / Apresentação do OF 1/2007 GTCL, do Grupo de Trabalho para Consolidação das Leis., que solicita a "publicação, no Diário Oficial da União e no Diário da Câmara dos Deputados, do Projeto de Lei nº 1.987 de 2007, que consolida os dispositivos normativos que especifica referente ao Direito Material Trabalhista e revoga as leis extravagantes que especifica e os artigos 1º ao 642 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, de autoria do Deputado Cândido Vaccarezza." </p>
<p><b>POSIÇÃO DO CONSELHO: EM ABERTO.</b></p>	<p><b>Situação atual: Aberto prazo para sugestões de populares de 30 dias a contar do dia 30.10.07</b>  <b>Observação: Sugerimos que o CFP analise a sua parte no projeto e sugira o que lhe for conveniente. Inclusive incluindo a lei que cria o Conselho.</b></p>
	<p>5/12/2007 <b>Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP)</b>          Aprovado requerimento do Sr. Tarcísio Zimmermann que requer a realização de Audiência Pública da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, para apreciação e esclarecimentos sobre o PL 1987/2007 que Consolida os dispositivos normativos que especifica referente ao Direito Material Trabalhista e revoga as leis extravagantes que especifica e os artigos 1º ao 642 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT.</p> <p>5/12/2007 <b>Grupo de Trabalho para Consolidação das Leis. (GTCL)</b> Apresentação da Sugestão a Projeto de Consolidação das Leis, SUC 63 GTCL, do Conselho Federal de Química </p> <p>20/2/2008 - <b>Grupo de Trabalho para Consolidação das Leis. (GTCL)</b>          Apresentação do REQ 12/2008 GTCL, pelo Dep. Cândido Vaccarezza, que "requer a realização de seminário para debater o Projeto de Lei 1987/2007, que consolida os dispositivos normativos que especifica referente ao Direito Material Trabalhista e revoga as leis extravagantes que especifica e os artigos 1º ao 642 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT." </p>

	<p>21/2/2008 - <b>PLENÁRIO (PLEN)</b> - Encerramento automático do prazo para recebimento de sugestões a Projetos de Consolidação</p> <p>26/2/2008 - <b>Grupo de Trabalho para Consolidação das Leis. (GTCL)</b></p> <p>Aprovado requerimento do Sr. Cândido Vaccarezza que requer a realização de seminário para debater o Projeto de Lei 1987/2007, que consolida os dispositivos normativos que especifica referente ao Direito Material Trabalhista e revoga as leis extravagantes que especifica e os artigos 1º ao 642 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT.</p> <p>20/8/2008 <b>Grupo de Trabalho de Consolidação das Leis. (GTCL)</b></p> <p>Apresentação do Parecer do Relator, PRL 1 GTCL, pelo Dep. Arnaldo Jardim </p> <p>20/8/2008 <b>Grupo de Trabalho de Consolidação das Leis. (GTCL)</b> - Parecer do Relator, Dep. Arnaldo Jardim (PPS-SP), pela aprovação, com substitutivo</p>
<p><b>PL-4746/1998</b> </p> <p><b>Proposta original: PL-4746/1998</b> </p> <p><b>Apensos:</b></p> <p><b>Autor(a):</b> Dep. <b>Arnaldo Faria de Sá</b> - PTB/SP - Reeleito-2007-2010</p> <p><b>Distribuição:</b> CECD, CTASP e CCJC</p> <p><b>Relator(a):</b> Dep. <b>Átila Lira</b> - PSDB/PI</p>	<p><b>Objeto/Ementa:</b> Regulamenta Profissão de Pedagogo</p> <p><b>Situação anterior/Histórico:</b></p> <p><u>CECD</u> - recebeu parecer, do relator Dep. Átila Lira, favorável com substitutivo. // <u>CEC</u> - em 19/11/04, encerrado o prazo para emendas, não foram apresentadas emendas ao substitutivo. // <u>Aguardando deliberação.</u> // <u>CEC</u> em 03/08/05 – Foi aprovado por Unanimidade na Comissão, o Parecer do Relator Dep. Átila Lira PSDB-PI, que foi favorável com substitutivo. // O PL foi recebido pela Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) no dia 10/08/05. // Em 12/08/05 – Publicado Parecer da Comissão de Educação e Cultura no DCD. // Arquivado em 31.01.07 e desarquivado em 15.03.07, por requerimento do deputado Arnaldo Faria de Sá. // 29/5/2007. Comissão do Trabalho. Designado Relator, Dep. Marcio Junqueira (DEM-RR) // 30/5/2007. (CTASP) Prazo para Emendas ao Projeto (5 sessões ordinárias a partir de 31/05/2007)</p> <p><b>Situação atual:</b></p> <p><b>11/6/2007. (CTASP). Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.</b></p> <p>26/3/2008 - (CTASP) - Devolvida sem Manifestação.</p> <p>24/4/2008 - (CTASP) - Designado Relator, Dep. Edgar Moury (PMDB-PE)</p>
<p><b>POSIÇÃO DO CONSELHO: A FAVOR.</b></p>	
<p><b>PLC 25/2005</b> </p> <p><b>Apensos:</b></p> <p><b>Autor(a):</b> Dep. <b>Gonzaga Patriota</b>. - Reeleito-2007-2010</p> <p><b>Distribuição:</b> CSSF, CTASP e CCJC</p> <p><b>Relator(a):</b> Dep. <b>Salomão Gurgel</b> (PDT/BA) - CSSF</p> <p>2. Dep. <b>Evandro Milhomen</b> (PSB/AP) - CTASP</p> <p>3. Dep. <b>Luiz Antonio Fleury</b> - CCJC</p> <p><b>Relatora na CAS do Senado:</b> Se. <b>Lúcia Vânia</b>.</p>	<p><b>Objeto/Ementa:</b> Dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de Musicoterapeuta.</p> <p><b>Situação anterior/Histórico:</b></p> <p>- CCJC – Em 15/3/05, o apensado teve aprovada a redação final por unanimidade. // Em 1/4/05, teve remessa ao Senado Federal, através do Of PS-GSE/121/05. // CAS em 19/4/05 – Proposição com o Relator Senador Papaleo Paes para relatar a presente matéria. // <u>CAS</u> em 23/06/05 – Matéria com a Relatoria; Reunida a Comissão nesta data, a matéria foi retirada de pauta, a pedido do Relator, Senador Papaleo Paes, para reexame. Ao Gabinete do Senador Papaleo Paes. // <u>CAS</u> em 16/08/05 – Designado o Senhor Senador Demóstenes Torres para relatar a presente matéria. // <u>CAS</u> 31/8/05 - Devolvido pelo Relator Senador Demóstenes Torres, com minuta de Parecer concluindo pela rejeição do Projeto. Matéria pronta para pauta.. // 27/12/2006 SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO A presente proposição continua a tramitar, nos termos dos incisos do art. 332 do Regimento Interno e do Ato nº 97, de 2002, do Presidente do Senado Federal. A matéria volta à Comissão de Educação // 02/01/2007 CE - Comissão de Educação // Retorna a esta Comissão em 02/01/07, para prosseguimento de sua tramitação. // 06/02/2007 CE - Comissão de Educação // Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR // Aguardando distribuição. // 12/02/2007 CE - Comissão de Educação - MATÉRIA COM A RELATORIA - Distribuído à Senadora Patrícia Saboya, para relatar. // 05/09/2007 CE - Comissão de Educação - Situação: PRONTO PARA A PAUTA NA COMISSÃO // Devolvido pela relatora, Senadora Patrícia Saboya, com relatório favorável, estando em condições de ser incluído em pauta. // 18/09/2007 CE - Comissão de Educação - Situação: PRONTO PARA A PAUTA NA COMISSÃO // Anexados às folhas 46 a 59, mensagens recebidas na data de hoje, via e-mail, com manifestações de apoio e aprovação da matéria.</p> <p><b>Situação atual: 26.09.07 - designada a Senadora Lúcia Vânia como relatora na Comissão de Assuntos sociais.</b></p> <p><b>18/12/2007 CAS</b> - Comissão de Assuntos Sociais - Situação: PRONTO PARA A PAUTA NA COMISSÃO - Devolvido pela Relatora, Senadora Lúcia Vânia, em 18/12/2007, com minuta de parecer pela aprovação do Projeto.</p>
<p><b>POSIÇÃO DO CONSELHO: CONTRÁRIA.</b></p>	

**23/04/2008** CAS - Comissão de Assuntos Sociais - Situação: APROVADO PARECER NA COMISSÃO - Reunido a Comissão em 23/04/2008, foi aprovado parecer favorável ao Projeto.

**23/04/2008** CAS - Comissão de Assuntos Sociais - Situação: APROVADO PARECER NA COMISSÃO - À SSCLSF

**24/04/2008** SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO - Situação: AGUARDANDO LEITURA PARECER (ES) Juntei, à fl. 98, cópia da legislação citada nos Pareceres. Aguardando leitura de Pareceres das Comissões de Educação e de Assuntos Sociais - CE e CAS.

**07/05/2008** ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA – PLENÁRIO - Leitura do Parecer nº 377, de 2008-CE, Relatora Senadora Patrícia Saboya, favorável. Leitura do Parecer nº 378, de 2008-CAS, Relatora Senadora Lúcia Vânia, favorável. A matéria ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, de acordo com o art. 235, II, "d", do Regimento Interno. À SCLSF.  
Publicação em 08/05/2008 no DSF Página(s): 12290 - 12298 ( Ver Diário )  
Publicação em 08/05/2008 no DSF Página(s): 12316 - 12317 ( Ver Diário )  
PLC 00025 / 2005

**16/05/2008** SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO - Situação: AGUARDANDO INCLUSÃO ORDEM DO DIA  
Matéria aguardando inclusão em Ordem do Dia oportunamente.


**07/10/2008** ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO  
(Matéria incluída na Ordem do Dia, extrapauta, com aquiescência do Plenário) Aprovado o projeto. À sanção. À SGM, com destino à SEXP.  
Publicação em 08/10/2008 no DSF Página(s): 39063 - 39064 ( Ver Diário )

**09/10/2008** SEXP - SECRETARIA DE EXPEDIENTE - Anexado o texto revisado (fls.101 e 102).

**14/10/2008** SEXP - SECRETARIA DE EXPEDIENTE - Situação: REMETIDA À SANÇÃO  
Ofício SF 1710, de 10/10/08, à Ministra de Estado Chefe da Casa Civil, encaminhando a Mensagem (SF) nº 206/08, ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República submetendo à sanção. (fls. 103 a 104). Ofício SF 1711, de 10/10/08, ao Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados, comunicando a aprovação sem alterações pelo Senado Federal, em revisão. (fls. 105 a 107).

**30/10/2008** SEXP - SECRETARIA DE EXPEDIENTE  
Situação: VETADA - (PR) **PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. VETADO, TOTALMENTE.** (Vide, MSG 00832 de 2008). DOU - 30/10/2008 PÁG. 00011.  
Vetado em 29/10/2008. À SSCLCN.

PL-795/2003 

Proposta original: PL-795/2003 

Apensos:

**Autor(a):** Dep. **Leonardo Picciani**  
(PMDB – RJ) - Reeleito-2007-2010

**Distribuição:** CSSF, CTASP **CCJC**

**Relator(a):** Dep. Eduardo Paes PSDB-RJ

**Relator na CETASP:** Dep. Vicentinho

**Objeto/Ementa:** Dispõe sobre a regulamentação da atividade profissional de Psicomotricista e autoriza a criação dos Conselhos Federais e Regionais de Psicomotricidade

**Situação anterior/Histórico:** - O Projeto de Lei se encontra na Pauta.


CSSF – 9/3/2005, parecer do Relator, Dep. Eduardo Paes (PSDB-RJ), pela aprovação. // CSSF - 12/5/05 – Não Deliberado

CSSF - 18/5/05 - Aprovado o Parecer contra o voto do Deputado Angela Guadagnin. // - Em 25/5/05 - Proposição recebida para publicação.

Recebimento pela CTASP. Arquivada em 31.01.07, conforme dispõe o art. 105, do RICD e desarquivada em 23.03.07, por requerimento do deputado Leonardo Picciani. // 17/5/2007. (CTASP). Designado Relator, Dep. Vicentinho (PT-SP) // 18/5/2007. (CTASP). Prazo para Emendas ao Projeto (5 sessões ordinárias a partir de 21/05/2007) //

**Situação atual:** 30/5/2007. **Encerrado o prazo para emendas ao projeto na Comissão de Trabalho e Serviço Público. Não foram apresentadas emendas.**


**POSIÇÃO DO CONSELHO: CONTRÁRIA.**

PDC-58/2007 

Proposta original: PDC-58/2007 

Autor: poder Executivo.

**Objeto/Ementa:** Aprova o texto do Mecanismo para o Exercício Profissional Temporário, aprovado pela Decisão CMC 25/03, emanada da XXV Reunião de Cúpula do Mercosul, realizada em Montevidéu, em 15 de dezembro de 2003.

**Situação anterior/Histórico:** 28/5/2007 - PLENÁRIO (PLEN) - Apresentação do Projeto de Decreto Legislativo.  // 31/5/2007 - (MESA) - Às Comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD) Proposição Sujeita à Apreciação







Distribuição: Comissão de Relações exteriores da Câmara dos Deputados  
**Relator na CETASP:** Dep. Iran Barbosa-PT-SE






**NO SENADO FEDERAL TEM O Nº PDS 108/2008**

**POSIÇÃO DO CONSELHO: A FAVOR.**









do Plenário Regime de Tramitação: Urgência // 31/5/2007 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) - Encaminhamento de Despacho de Distribuição à CCP para publicação. // 5/6/2007 - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) // Recebimento pela CTASP. // 5/6/2007 - (CCJC) - Recebimento pela CCJC. // 6/6/2007 - (CCJC) - Designado Relator, Dep. Pastor Manoel Ferreira (PTB-RJ) // 14/6/2007 - (CCJC) - Apresentação do Parecer do Relator, PRL 1 CCJC, pelo Dep. Pastor Manoel Ferreira // 14/6/2007 - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) // Parecer do Relator, Dep. Pastor Manoel Ferreira (PTB-RJ), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa. // 21/6/2007 - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) // Designado Relator, Dep. Iran Barbosa (PT-SE) // 3/7/2007 - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) - Aprovado por Unanimidade o Parecer // 9/8/2007 - (CTASP) - Apresentação do Parecer do Relator, PRL 1 CTASP, pelo Dep. Iran Barbosa // 16/8/2007 - (CTASP) - Devolvido ao Relator, Dep. Iran Barbosa (PT-SE)  
**Situação atual: 24.10.07 - aprovado o parecer do relator na CETASP, dep. Iran Barbosa, aprovando o Projeto de Decreto Legislativo.**  
30/10/2007 - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP)  
Encaminhamento de Parecer à CCP para publicação.  
30/10/2007 - **COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)**  
Parecer recebido para publicação.  
14/11/2007 - **COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)**  
Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania publicado no DCD de 15/11/07, Letra A.  
15/5/2008  
**PLENÁRIO (PLEN)** - Discussão em turno único. (Sessão Extraordinária - 9:00)  
15/5/2008 - **PLENÁRIO (PLEN)** - Aprovado o Projeto de Decreto Legislativo nº 58, de 2007.  
Aprovada a Redação Final assinada pelo Relator, Dep. Pastor Manoel Ferreira (PTB-RJ).  
30/5/2008 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) - Remessa ao Senado Federal por meio do ofício nº 217/07/PS-GSE.  
**NO SENADO FEDERAL RECEBEU O Nº PDS 00108 / 2008**  
**12/06/2008** ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA – PLENÁRIO - Leitura. O Projeto de Decreto Legislativo nº 108, de 2008, depende de manifestação da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul. A Presidência encaminhará as matérias ao exame daquele colegiado, nos termos do art. 3º, I, da Resolução nº 1, de 2007-CN. À SCLSF.  
**13/06/2008** SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO - Recebido neste órgão, nesta data. À Representação Brasileira do Mercosul.

**AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA**

<p><b>PL-3648/1997</b> </p> <p><b>Proposta original:</b> PL-3648/1997 </p> <p><b>Apensos:</b> PL 5825/2001 </p> <p><b>Autor(a):</b> Dep. Maria Elvira- PMDB/MG - Não se reelegeu</p> <p><b>Distribuição:</b> .CTASP, CREDN e CCJC</p> <p><b>Relator(a):</b> Dep. Narcio Rodrigues -CETASP - Dep. Leur Lomanto - CREDN e - Dep. Alexandre Cardoso – CCJC</p>	<p><b>Objeto/Ementa:</b> Avaliação psicológica para ingresso nos órgãos e empresas de segurança. "Dispõe sobre a aprovação em exame de aptidão psicológica como requisito para o ingresso nos quadros dos órgãos de segurança pública e nas empresas privadas de segurança e transporte de valores"</p> <p><b>Situação anterior/Histórico:</b> CTASP – rejeitado. // CREDN – aprovado com emendas. // CCJC - Parecer do Relator pela inconstitucionalidade deste, do PL 5.825/01, apensado e das emendas aprovadas na CREDN // CCJC - desde 26/09/03, matéria pronta para pauta. //</p> <p><b>Situação atual:</b> A proposição foi arquivada em 31.01.07, conforme dispõe o art. 105, do RICD, mas desarquivada em 21.03.07 por requerimento do deputado Pompeo de Mattos.</p> <p>8/4/2008 - <b>Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)</b> - Designado Relator, Dep. Silvinho Peccioli (DEM-SP)</p> <p>17/4/2008 - <b>CCJC</b> - Apresentação do Parecer do Relator, PRL 2 CCJC, pelo Dep. Silvinho Peccioli </p> <p>17/4/2008 - <b>(CCJC)</b> - Parecer do Relator, Dep. Silvinho Peccioli (DEM-SP), pela inconstitucionalidade deste, das Emendas da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional e do PL 5825/2001, apensado.</p>
<p><b>POSIÇÃO DO CONSELHO JUNTO COM O IBAP: A FAVOR.</b></p>	
<p><b>PLS 212/05</b> </p> <p><b>Autor:</b> Senador César Borges</p> <p><b>Distribuição:</b> CRE e CCJ</p> <p><b>Relator:</b> Senador Romeu Tuma</p>	<p><b>Objeto/Ementa:</b> Acrescenta § 7º ao art. 6º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para exigir a comprovação de capacidade técnica e aptidão psicológica das autoridades públicas com direito a porte de arma de fogo previsto em legislação própria.</p> <p><b>Situação anterior/Histórico:</b> - 03/04/2007 CRE - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional // Situação: PRONTO PARA A PAUTA NA COMISSÃO // A matéria constou na pauta da 9ª Reunião Extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional realizada no dia 03/04/2007. // 17/07/2007 SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO // Recebido neste Órgão, nesta data. // 17/07/2007 CRE - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional // À SSCLSF a pedido para atender requerimento de autoria do Senador César Borges. // 18/07/2007 SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO // Encaminhado ao Plenário. // 02/08/2007 ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO // Situação: AGUARDANDO INCLUSÃO ORDEM DO DIA DE REQUERIMENTO // 10 horas. Leitura do Requerimento nº 855, de 2007, do Senador César Borges, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nº 212, de 2005; 64, 67, 199, 239 e 342, de 2006, e Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2007, por versarem sobre matérias análogas ou conexas, referente a alterações na Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 - Estatuto do Desarmamento. À SCLSF para inclusão do requerimento lido em Ordem do Dia oportunamente. // Publicação em 03/08/2007 no DSF Página(s): 25772 - 25773 ( <b>Ver Diário</b> ) // 03/08/2007 SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO // Situação: AGUARDANDO INCLUSÃO ORDEM DO DIA DE REQUERIMENTO // Aguardando inclusão em Ordem do Dia do RQS 855/2007, do Senador César Borges, de tramitação conjunta do PLC 30/2007, com os PLS nºs 212, de 2005; 64, 67, 199, 239 e 342, de 2006. //</p> <p><b>Situação atual:</b> 10.10.07 - distribuída ao Sem. Romeu Tuma na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.</p>
<p><b>POSIÇÃO DO CONSELHO JUNTO COM O IBAP: A FAVOR.</b></p>	
<p><b>PDS 661/03</b> </p> <p><b>Autor:</b> Senador Sérgio Zambiasi</p> <p><b>Distribuição:</b> CCJ</p> <p><b>Relator:</b> aguardando designação.</p>	<p><b>Objeto/Ementa:</b> Susta a aplicação do dispositivo no item 10.3 do Anexo I da Resolução do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN) nº 80, de 19 de novembro de 1998, que altera os Anexos I e II da Resolução nº 51/1998-CONTRAN, que dispõe sobre os exames de aptidão física e mental e os exames de avaliação psicológica.</p> <p><b>Situação anterior/Histórico:</b> <b>Situação atual:</b> 06/02/2007 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania // Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR // Instalada a Comissão. Matéria aguardando redistribuição, em virtude de o Senador Almeida Lima não mais pertencer à CCJ. Matéria aguardando designação de relator.</p> <p>16/10/2007 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - Situação: PRONTO PARA A PAUTA NA COMISSÃO Em virtude do Senador Almeida Lima retornar à composição da CCJ, a matéria volta a integrar o grupo de matérias prontas para a Pauta com voto pela aprovação do Projeto</p>
<p><b>POSIÇÃO DO CONSELHO: A FAVOR.</b></p>	







<p><b>PEC 26/03</b> </p> <p><b>Proposta original:</b></p> <p><b>Apensos:</b></p> <p><b>Autor(a):</b> Sen. Antônio Carlos Valadares - PSB/SE</p> <p><b>Distribuição:</b> CCJC - senado</p> <p><b>Relator(a):</b></p>	<p><b>Objeto/Ementa:</b> Exclui dos concursos o caráter eliminatório dos testes psicotécnicos. "Altera a redação do artigo 37 da Constituição Federal, nele inserindo novo § 1º, definindo parâmetros para as leis estabelecedoras de requisitos a serem observados pelos candidatos a cargos e empregos públicos."</p> <p><b>Situação anterior/Histórico:</b> <u>CCJ</u> – em 29/05/03, recebido o relatório com voto pela aprovação. // <u>CCJ do SF</u> – em 29/05/03, matéria pronta para a pauta // - 26/12/2006 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania // Encaminhado à Secretaria-Geral da Mesa, para atender ao disposto no art. 332, do Regimento Interno do Senado Federal (Final da 52ª Legislatura). À SSCLSF.. // 29/01/2007 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - Situação: PRONTO PARA A PAUTA NA COMISSÃO - Retorna à CCJ. Matéria aguardando instalação da Comissão. // <b>23/07/2007</b> CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR - Instalada a Comissão. Matéria aguardando redistribuição, em virtude do falecimento do Senador Antonio Carlos Magalhães.</p> <p><b>19/11/2007</b> CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania</p> <p>Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA - Redistribuído ao Senador Jefferson Péres para emitir relatório.</p> <p><b>Situação atual:</b> desde 18.12.2007 aguardando designação de outro relator.</p>
<p><b>POSIÇÃO DO CONSELHO: CONTRÁRIA.</b></p>	
<p><b>PEC-185/2003</b> </p> <p><b>Autor (a):</b> Dep. Pedro Henry – PP/MT –</p> <p><b>Distribuição:</b> CCJC</p> <p><b>Relator:</b> Dep. Paulo Magalhães – DEM/BA.</p>	<p><b>Objeto/Ementa:</b> Dá nova redação ao inciso XIII do artigo 5º, XXIV do artigo 21, IX do artigo 103 e XII do artigo 109 da Constituição Federal e dá outras providências. <b>Explicação:</b> Incluindo os Conselhos de Fiscalização Profissional como agentes fiscalizadores das atividades profissionais, dando-lhes poder para solicitar ação de inconstitucionalidade; regulando o regime de trabalho dos servidores destes Conselhos e extinguindo a competência privativa da União de fixar contribuição social, transferindo-a aos Conselhos Federais de profissões regulamentadas; alterando a nova Constituição Federal.</p> <p><b>Situação anterior/Histórico:</b> 24/10/2003.PLENÁRIO (PLEN)Apresentação da PEC 185/2003, pelo Dep. Pedro Henry e outros, que "dá nova redação ao inciso XIII do artigo 5º, XXIV do artigo 21, IX do artigo 103 e XII do artigo 109 da Constituição Federal e dá outras providências." //</p> <p>14/11/2003.Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA). À Comissão de Constituição e Justiça e de Redação  // 17/12/2003. (CCJC). Designado Relator, Dep. Paulo Magalhães // 29/12/2003. (MESA). Apense-se à PEC nº 328/01. Deferido Requerimento nº 1466/03, do Dep Pedro Henry, solicitando esta apensação. // 6/9/2005. (MESA).Desapensação da PEC 185/03, que recebeu parecer, da CCJC, pela admissibilidade, desta, em face do arquivamento desta PEC 328/01, nos termos do artigo 58, § 4º do RICD. // 31/1/2007. Arquivada nos termos do Artigo 105 do Regimento Interno e desarquivada em 19/4/2007, pelo Deputado(a) Pedro Henry, que solicita o desarquivamento de proposição.</p> <p><b>Situação Atual:</b> 19/4/2007 Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) // Desarquivada nos termos do Artigo 105 do RICD, em conformidade com o despacho exarado no REQ-353/2007</p> <p><b>Observação:</b></p>
<p><b>POSIÇÃO DO CONSELHO: A FAVOR.</b></p>	
<b>PISO SALARIAL E PROFISSÃO DO PSICÓLOGO</b>	
<p><b>PL-1858/1991</b> </p> <p><b>Proposta original:</b> PL-1858/1991 </p> <p><b>Apensos:</b></p> <p><b>Autor(a):</b> Dep. Sigmaringa Seixas – PT/DF - (Não se reelegeu)</p> <p><b>Distribuição:</b> CTSS e CCJC</p> <p><b>Relator(a):</b> Dep. Luciano de Castro - Dep. Geraldo Magela</p>	<p><b>Objeto/Ementa:</b> Piso salarial e jornada de trabalho Psicólogo</p> <p><b>Situação anterior/Histórico:</b> Aprovado na CD e enviado ao SF que aprovou o PL com substitutivo. CTASP – aprovado o substitutivo do SF. CCJC – aprovado com emenda o substitutivo do SF. PLENÁRIO - discussão em turno único.</p> <p><b>Situação atual:</b> <u>Plenário</u> - em 06/11/03, retirado de pauta por acordo dos Líderes.</p>
<p><b>POSIÇÃO DO CONSELHO: A FAVOR.</b></p>	








**ASSISTÊNCIA SOCIAL**




<p><b>PL-3452/2008</b> </p> <p>PL nº 3452/2008</p> <p>Autor: Presidência da República</p>	<p><b>Objeto/Ementa:</b> Dispõe sobre a criação da Carreira de Desenvolvimento de Políticas Sociais, sobre a criação de cargos (2.400) de Analista Técnico e de Agente Executivo da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, sobre a transformação de cargos na Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, altera o Anexo I da Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004, para adaptar os quantitativos de cargos da ANVISA, a Lei nº 11.539, de 8 de novembro de 2007, que dispõe sobre a Carreira de Analista de Infra-Estrutura e sobre o cargo isolado de provimento efetivo de Especialista em Infra-Estrutura Sênior, e altera a Lei nº 11.526, de 4 de outubro de 2007, para prever a fórmula de pagamento de cargo em comissão ocupado por militar.</p> <p><b>Situação anterior/Histórico:</b> Já foi aprovado na Câmara e remetido ao Senado no último dia 28 de agosto de 2008. Redação final da Câmara dos Deputados: Relator Dep. Colbert Martins (PMDB-BA). </p> <p>- No senado Federal ele foi autuado com o nº PLC nº 130/2008  e neste momento ele aguarda nomeação de relator e apresentação de emendas na Comissão de Constituição e Justiça.</p> <p><b>TRAMITAÇÃO NO SENADO FEDERAL.</b></p> <p><b>01/10/2008</b> CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO Recebido o Relatório do Senador Adelmir Santana com voto pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e pela aprovação do Projeto. Matéria pronta para a Pauta na Comissão. (Tramita em regime de urgência, nos termos do § 1º do art. 64 da Constituição Federal).</p> <p><b>02/10/2008</b> CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO Matéria incluída na Pauta da Comissão. (Tramita em regime de urgência, nos termos do § 1º do art. 64 da Constituição Federal).</p> <p><b>06/10/2008</b> CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO Encaminhado à Secretaria-Geral da Mesa a pedido. Informo ainda que a Matéria consta na Pauta da reunião do dia 08/10/2008.</p> <p><b>06/10/2008</b> SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO Situação: INCLUÍDA EM ORDEM DO DIA Incluído em Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de 07/10/2008. Matéria em regime de urgência, nos termos do artigo 64, §1º, da Constituição Federal. Matéria não apreciada na sessão do dia 08/10/2008, transferida para a sessão deliberativa de 09/10/2008. Matéria não apreciada na sessão do dia 09/10/2008, transferida para a sessão deliberativa de 14/10/2008. Matéria não apreciada na sessão do dia 14/10/2008, transferida para a sessão deliberativa de 15/10/2008. Matéria não apreciada na sessão do dia 15/10/2008, transferida para a sessão deliberativa de 16/10/2008. Matéria não apreciada na sessão do dia 16/10/2008, transferida para a sessão deliberativa de 28/10/2008. Matéria não apreciada na sessão do dia 28.10.2008, em virtude da não deliberação das Medidas Provisórias, constantes dos itens nºs 1 a 5 da pauta. Matéria não apreciada na sessão do dia 29.10.2008, em virtude da não deliberação das Medidas Provisórias, constantes dos itens nºs 1 a 5 da pauta. Matéria não apreciada na sessão do dia 30.10.2008, em virtude da não deliberação das Medidas Provisórias, constantes dos itens nºs 1 a 5 da pauta.</p>
<p>PL-60/1999 </p> <p><b>Proposta original: PL-60/1999</b> </p> <p><b>Apensos:</b></p> <p><b>PL 1278/1999</b> </p> <p><b>PL 2863/2000</b> </p> <p><b>PL-5799/2005.</b> </p>	<p><b>Objeto/Ementa:</b> Determina custeio pelo SUS, do tratamento psicológico a pessoas vítimas de violência sexual.</p> <p><b>Ementa:</b> Estabelece que o atendimento deverá ser imediato e multidisciplinar para o controle e tratamento do ponto de vista físico e emocional da vítima.</p> <p><b>Situação anterior/Histórico:</b> - CSSF – aprovado o PL 60/99, com substitutivo, e rejeitado os apensados. // - CCJC –aprovado parecer pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa, e no mérito, pela aprovação com substitutivo, e pela rejeição do substitutivo da CSSF e dos apensados. // - Em 26/8/05 - Apense-se a este o PL nº 5799/2005. // // - <u>Encontra-se na MESA</u> - pronta para pauta do Plenário // A autora não se reeleger, mas como ele foi aprovado por ambas as comissões ele não será arquivado. De qualquer modo a dep. Iara Bernardi solicitou o desarquivamento. // 14.02.07. Foram apensados o PL</p>

<p>PL-15/2007. </p> <p>PL-217/2007. </p> <p>PL-15/2007. </p> <p>Autora: Dep. <b>Iara Bernardi</b> PT/SP <b>Distribuição: CSSF e CCJC</b> <b>Relator(a):</b> 1. CSSF - Dep. Henrique Fontana; 2. CCJC - Dep. Luiz Eduardo Greenhalgh</p>	<p>15/2007, do Dr. Pinotti, que dispõe sobre os procedimentos para atendimento às vítimas de violência sexual e o PL 217/2007, do Dep. Clodovil Hernandez, que dispõe sobre a garantia de imediato atendimento médico, psicológico e social às vítimas de violência sexual. // - 14/08/07 - Apresentação do REQUERIMENTO N.º 1.441, DE 2007, pelo Deputado(a) Dr. Pinotti, que solicita o desarquivamento de proposição (PL 15/2007). // - 30/08/2007 Encaminhamento de Parecer à CCP para publicação. // - 30/08/2007 Apense-se à(ao) PL-60/1999. Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário Regime de Tramitação: Ordinária // - 30/08/2007 Encaminhamento de Despacho de Distribuição à CCP para publicação. // 30/8/2007 - (MESA) - Apense-se a este o PL-15/2007. <b>Situação atual: 26.11.2002</b> - Despacho mudando a Forma de Apreciação para Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário, nos termos do artigo 24, II, letra "g" do RI, através do Ofício nº 1269/02, da CCJR. (Novo despacho).</p>
<p><b>POSIÇÃO DO CONSELHO: EM ABERTO.</b></p>	<p>26/8/2005 Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este o PL-5799/2005. </p> <p>14/2/2007 Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este o PL-15/2007. </p> <p>9/3/2007 Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este o PL-217/2007. </p> <p>12/7/2007 Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apresentação do REQUERIMENTO N.º 1.348, DE 2007, pelo Deputado(a) Enio Bacci, que solicita o desarquivamento de proposição. </p> <p>17/7/2007 Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Indeferido o pedido de desarquivamento desta proposição constante do REQ-1348/2007 =&gt; REQ-1/2007 CFT porquanto a proposição não foi arquivada. </p> <p>30/8/2007 Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este o PL-15/2007. </p>
<p>PL-3688/2000 </p> <p>Proposta original: PL-3688/2000 </p> <p>Apensos: <b>PL 837/03 (Durval Orlato – PT/SP)</b> PL-837/2003  e ainda, os PLs 1497/2003, PL 1674/2003 (arquivado), PL 2513/2003, PL 2855/2004, PL 3154/2004, PL 3613/2004. <b>Autor(a):</b> Dep. <b>José Carlos Elias</b> - PTB/ES - (Não se reelegeu) <b>Distribuição:</b> CEC e CCJC <b>Relator(a):</b> Dep. Celcita Pinheiro (PFL/MT)</p> <p><b>PLC 60/2007</b> Lido 22.08.07 CED e CAS Rel. Cícero Lucena – Favorável</p>	<p><b>Objeto/Ementa:</b> Dispõe sobre a participação de assistentes sociais e psicólogos na estrutura funcional das escolas. <b>PL-3688/2000</b> </p> <p><b>Situação anterior/Histórico:</b> Parecer na CCJC:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1) constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Substitutivo da Comissão de Educação, Cultura e Desporto;</li> <li>2) constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa dos Projetos de Lei nºs 1.497/03, 2.513/03, 2.855/04, e 4.738/04;</li> <li>3) constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa dos Projetos de Lei nºs 3.688/00, 837/03, 1.031/03, 1.674/03, 3.154/04 e 3.613/04, com as doze emendas ora apresentadas.</li> </ol> <p>15/6/2007 - (CCP) - Parecer recebido para publicação. // 21/6/2007 - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP) - Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania publicado no DCD de 22/06/07, Letra B. ; 22/6/2007 - (MESA) - Autorização para abertura de prazo recursal contra Pareceres Favoráveis nas Comissões. / 27/6/2007 - (MESA) - Sujeitos a arquivamento, nos termos do art. 133 do RICD. Prazo para apresentação de recurso, nos termos do § 1º do art. 58 do RICD (5 sessões ordinárias a partir de 28/06/2007). Projeto de Lei nº 1.674/03, apensado, com pareceres contrários. Projetos de Lei nºs. 3.688/00, principal, 837/03, 1.031/03, 1.497/03, 2.513/03, 2.855/04, 3.154/04, 3.613/04 e 4.738/04, apensadoS, com pareceres favoráveis. / 12/7/2007 - (MESA) - Encerramento automático do Prazo de Recurso. Não foram apresentados recursos. / 13/7/2007 - (MESA) - Ofício SGM-P 1280/2007 à CCJC encaminhando este projeto para elaboração da Redação Final, nos termos do Artigo 58, §4 e Artigo 24, II, do RICD. / 13/7/2007 - (MESA) - Encaminhado à CCP / 16/7/2007 - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) / Recebimento pela CCJC, com as proposições PL-2513/2003, PL-1031/2003, PL-837/2003, PL-3154/2004, PL-4738/2004, PL-2855/2004, PL-3613/2004, PL-1497/2003 apensadas. / 2/8/2007 - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) - Designado Relator da Redação Final, Dep. Francisco Tenório (PMN-AL) / 2/8/2007 - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) - <b>Apresentação da</b></p>
<p><b>POSIÇÃO DO CONSELHO: JUNTAMENTE COM A ABRAPEE, TENTANDO ALTERAR O TEXTO NO SENADO, ATRAVÉS DA APRESENTAÇÃO</b></p>	<p><b>Redação Final, RDF 1 CCJC, pelo Dep. Francisco Tenório</b> </p> <p>7/8/2007 - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) - Aprovada a Redação Final por Unanimidade <b>Situação atual:</b> 21/8/2007 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) - Remessa ao Senado Federal por meio do Of. n. 382/07/PS-GSE. <b>No Senado ele foi autuado como PLC nº 60/2007 - e foi distribuído para as Comissões de Educação e de Assuntos Sociais.</b></p>



**CORTÊS&ZUPIROLI**  
A D V O G A D O S





<p><b>DE UM SUBSTITUTIVO.</b></p>	<p><b>11/12/2007</b> CE - Comissão de Educação - Situação: APROVADO PARECER NA COMISSÃO A Comissão, reunida no dia de hoje, aprova o parecer favorável, com a emenda n.º 01-CE, de autoria do Senador Cícero Lucena. <b>O Projeto agora vai ser apreciado pela Comissão de Assuntos Sociais, onde poderá ser emendado ou ser apresentado voto em separado.</b> ..... <b>ANDAMENTO NO SENADO FEDERAL</b> <b>PLC 60/2007</b> <b>26/02/2008</b> CAS - Comissão de Assuntos Sociais - Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA Ao Senhor Senador Flávio Arns, para relatar a presente matéria. <b>13/12/2007</b> CAS - Comissão de Assuntos Sociais - Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR Recebido na Comissão, nesta data. Matéria aguardando designação de relator. <b>11/12/2007</b> CE - Comissão de Educação - À CAS, para prosseguimento de sua tramitação. <b>11/12/2007</b> CE - Comissão de Educação - Situação: APROVADO PARECER NA COMISSÃO A Comissão, reunida no dia de hoje, aprova o parecer favorável, com a emenda n.º 01-CE, de autoria do Senador Cícero Lucena. <b>13/12/2007</b> CAS - Comissão de Assuntos Sociais - Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR - Recebido na Comissão, nesta data. Matéria aguardando designação de relator. <b>PLC 00060 / 2007 - 26/02/2008</b> CAS - Comissão de Assuntos Sociais - Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA Ao Senhor Senador Flávio Arns, para relatar a presente matéria.</p>
<p>PL-22/2007  <b>Proposta original: PL-22/2007</b>  <b>Autor: Dr. Rosinha – PT/PR</b> <b>Distribuição:</b> CDC, CSSF e CCJC <b>Relator:</b> CDC – Julio Delgado - PSB-MG CSSF: Germano Bonow (DEM-RS)</p>	<p><b>Objeto/Ementa:</b> Estabelece o Código Nacional de Direitos dos Usuários das Ações e dos Serviços de Saúde e dá outras providências. <b>Situação anterior/Histórico:</b> 16/2/2007 - Comissão de Defesa do Consumidor (CDC) .Recebimento pela CDC. // 22/2/2007 - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP) - Encaminhada à publicação. Publicação Inicial no DCD de 23/2/2007. // 1/3/2007 - (CDC) - Designado Relator, Dep. Júlio Delgado (PSB-MG) // 2/3/2007 - (CDC) - Prazo para Emendas ao Projeto (5 sessões ordinárias a partir de 05/03/2007) // 12/3/2007- (CDC) - Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas. // 17/5/2007 - (CDC) - Apresentação do Parecer do Relator, PRL 1 CDC, pelo Dep. Júlio Delgado  // 17/5/2007 - (CDC) - Parecer do Relator, Dep. Júlio Delgado (PSB-MG), pela aprovação, com emendas.  // 30/5/2007 - (CDC) - Vista ao Deputado Antonio Cruz. // 4/6/2007 - (CDC) - Prazo de Vista Encerrado // 11/7/2007 - Comissão de Defesa do Consumidor (CDC) - Retirado de pauta pelo Relator. // 11/7/2007 - Comissão de Defesa do Consumidor (CDC) - Devolvido ao Relator, Dep. Júlio Delgado (PSB-MG) // 29/8/2007- (CDC) - Apresentação da Complementação de Voto, CVO 1 CDC, pelo Dep. Júlio Delgado  // 29/8/2007 - (CDC) - pela aprovação com Complementação de Voto e com emendas</p>
<p><b>POSIÇÃO DO CONSELHO: A FAVOR.</b></p>	<p><b>Situação atual: 24.10.2007 em encerrado o prazo para apresentação de emendas na CSSF - sem emendas.</b></p>
<p><b>PLS nº 451/03</b>  Proposta original: <b>Apensos:</b> <b>Autor(a): Sen. Mozarildo Cavalcanti – PTB/RR -</b> Reeleito-2007-2014 <b>Distribuição:</b> CAS <b>Relator(a):</b> Sen. Mão Santa - PMDB/PI</p>	<p><b>Objeto/Ementa:</b> Dispõe sobre o exercício de profissões de saúde por estrangeiros em áreas carentes desses profissionais <b>Situação anterior/Histórico:</b> - - CAS 28/10/05 - Devolvido pelo Senador Mão Santa, nesta data, com req. de Audiência Pública para instrução da matéria. // 29/12/2006 CAS - Comissão de Assuntos Sociais // Situação: AGUARDANDO INSTALAÇÃO DA COMISSÃO // Recebido na Comissão, nesta data. // 27/12/2006 SSCLS - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO // A presente proposição continua a tramitar, nos termos dos incisos do art. 332 do Regimento Interno e do Ato nº 97, de 2002, do Presidente do Senado Federal. A matéria volta à Comissão de Assuntos Sociais. // 27/12/2006 CAS - Comissão de Assuntos Sociais // Encaminhado à Secretaria-Geral da Mesa, para atender ao disposto no art. 332, do Regimento Interno do Senado Federal (Final da 52ª Legislatura). À SSCLS. // 29/12/2006 CAS - Comissão de Assuntos Sociais // Situação: AGUARDANDO INSTALAÇÃO DA COMISSÃO // Recebido na Comissão, nesta data. // 29/12/2006 CAS - Comissão de Assuntos Sociais - Situação: AGUARDANDO INSTALAÇÃO DA COMISSÃO - Recebido na Comissão, nesta data. // 12.03.2007 – CAS – Comissão de Assuntos Sociais do Senado. Aguardando designação de</p>

<p><b>POSIÇÃO DO CONSELHO: A FAVOR.</b></p>	<p>relator. //</p> <p><b>Situação atual:</b> 25/04/2007 CAS - Comissão de Assuntos Sociais - Situação: <b>MATÉRIA COM A RELATORIA. Ao Senhor Senador Augusto Botelho para relatar a presente matéria.</b></p>
<p><b>PL-3256/2004</b> </p> <p>Proposta original: <b>PL-3256/2004</b>  -&gt;</p> <p><b>Apenso:</b> PL-1125/2007  (Tem parecer pela <b>Rejeição</b>)</p> <p><b>Autor:</b> Dep. Vital do Rego</p> <p><b>Distribuição:</b> CSSF e CCJC</p> <p><b>Relator:</b> CSSF - Dep. Alcení Guerra</p>	<p><b>Objeto/Ementa do PL 3256/2004:</b> Dispõe sobre a obrigatoriedade do atendimento fisioterapêutico pelas equipes do Programa de Saúde da Família. - Obrigatoriedade, Programa de Saúde da Família, (SUS), inclusão, serviço de saúde, atendimento, Fisioterapeuta.</p> <p><b>Ementa do PL 1125/2007 (rejeitado):</b> Determina a inclusão dos profissionais Psicólogos, Fonoaudiólogos e Fisioterapeutas no Programa Saúde da Família - PSF, da Política Nacional de Atenção Básica. Inclusão, profissional de saúde, Psicologia, Fonoaudiologia, Fisioterapia, Programa Saúde da Família, (SUS).</p> <p><b>Situação anterior/Histórico:</b> / 22/5/2007 PLENÁRIO - Apresentação do Projeto de Lei pelo Deputado Vital do Rêgo Filho (PMDB-PB).  // 25/5/2007 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) / Apense-se à(ao) PL-3256/2004. Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas</p>
<p><b>POSIÇÃO DO CONSELHO: A FAVOR.</b></p>	<p>Comissões - Art. 24 II Regime de Tramitação: Ordinária  / 25/5/2007 - (MESA) - Encaminhamento de Despacho de Distribuição à CCP para publicação. / 28/5/2007 - (CCP) - Encaminhada à publicação. Publicação Inicial no DCD de 29/5/2007. / 29/5/2007 - Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) - Recebimento pela CSSF. // <u>PL 3256/04</u> // 11/6/2007 - (CSSF) - Parecer do Relator, Dep. Alcení Guerra (DEM-PR), pela aprovação deste, e da Emenda 1/2007 da CSSF, <b>e pela rejeição do PL 4261/2004, e do PL 1125/2007, apensados.</b>  // 20/6/2007 - (CSSF) - Vista conjunta às Deputadas Cida Diogo e Gorete Pereira. // 27/6/2007 - (CSSF) - Devolvido ao Relator, Dep. Alcení Guerra (DEM-PR) // 28/6/2007 - (CSSF) - Prazo de Vista Encerrado</p> <p><b>Situação atual:</b> 11.10.2007 - Parecer do Relator, Dep. Alcení Guerra (DEM-PR), pela aprovação deste, da Emenda 1/2007 da CSSF, e do PL 4261/2004, apensado, com substitutivo, e pela rejeição do PL 1125/2007, apensado. </p> <p>Eis o substitutivo apresentando e que será votado:</p> <p>Art. 2º Fica o Programa de Saúde da Família, criado pelo Sistema Único de Saúde, obrigado a prestar serviço de Fisioterapia e de Terapia Ocupacional, de forma a garantir o acesso de todos os cidadãos a estas assistências profissionais na equipe de saúde de família, por meio de recursos, métodos e técnicas necessárias para resolução dos problemas de saúde relacionados a estas profissões e suas especialidades.</p> <p>Parágrafo único. O gestor do Sistema Único de Saúde, de cada esfera de governo, definirá a forma de inserção e de participação dos profissionais especificados no caput deste artigo nas equipes do Programa de Saúde da Família, de acordo com as necessidades de saúde da população sob sua responsabilidade. Art. 3º Os recursos para custeio das atividades referidas no art. 2º desta Lei advirão do bloco de financiamento da Atenção Básica.</p> <p><b>24.10.2007</b> - encerrado o prazo para emendas ao substitutivo. Não houve apresentação de emendas.</p> <p><b>Observação:</b> ver se atende aos interesses dos psicólogos.</p> <p>7/11/2007 Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) Aprovado por Unanimidade o Parecer</p> <p>12/11/2007 Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) Encaminhamento de Parecer à CCP para publicação.</p> <p>12/11/2007 COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP) Parecer recebido para publicação.</p> <p>12/11/2007 Comissão de Finanças e Tributação (CFT) Recebimento pela CFT, com as proposições PL-4261/2004, PL-1125/2007 apensadas.</p> <p>28/11/2007 Comissão de Finanças e Tributação (CFT) Designado Relator, Dep. Aelton Freitas (PR-MG)</p> <p>29/11/2007 Comissão de Finanças e Tributação (CFT) Prazo para Emendas ao Projeto (5 sessões ordinárias a partir de 30/11/2007)</p> <p>30/11/2007 COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP) Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Seguridade Social e Família publicado no DCD de 01/12/07, Letra A.</p> <p>12/12/2007 Comissão de Finanças e Tributação (CFT) Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.</p>

	<p>26/2/2008 - <b>Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)</b> Apresentação do Requerimento nº 2324, de 2008, pelo Deputado Vital do Rêgo Filho (PMDB-PB), que solicita a retirada do Projeto de Lei nº 1125/2007, que "Determina a inclusão dos profissionais Psicólogos, Fonoaudiólogos e Fisioterapeutas no Programa Saúde da Família - PSF, da Política Nacional de Atenção Básica."</p> <p>29/2/2008 - <b>(MESA)</b> - Desapensado e retirado o PL 1125/07, em face do deferimento do requerimento REQ 2324/2008, nos termos do artigo 114, VII, do RICD.</p> <p>5/3/2008 - <b>Comissão de Finanças e Tributação (CFT)</b> - Apresentação do Parecer do Relator, PRL 1 CFT, pelo Dep. Aelton Freitas </p> <p>6/3/2008 - <b>(CFT)</b> - Devolvido ao Relator, Dep. Aelton Freitas (PR-MG)</p> <p>11/3/2008 - <b>Comissão de Finanças e Tributação (CFT)</b> - Apresentação do Parecer do Relator, PRL 2 CFT, pelo Dep. Aelton Freitas </p> <p>11/3/2008 - <b>(CFT)</b> - Parecer do relator, Dep. Aelton Freitas, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto e do PL nº 4.261/04, apensado, nos termos do Substitutivo da Comissão de Seguridade Social e Família. </p> <p>26/3/2008 - <b>Comissão de Finanças e Tributação (CFT)</b> - Retirado de pauta em virtude da ausência do Relator.</p> <p>2/4/2008 - <b>Comissão de Finanças e Tributação (CFT)</b> - Vista conjunta aos Deputados Manoel Junior e Vignatti.</p> <p>8/4/2008 - <b>Comissão de Finanças e Tributação (CFT)</b> - Prazo de Vista Encerrado</p> <p>9/4/2008 - <b>Comissão de Finanças e Tributação (CFT)</b> - Retirado de pauta em virtude da aprovação do Requerimento do Deputado Pepe Vargas.</p> <p>16/4/2008 - <b>(CFT)</b> - Retirado de pauta a pedido do relator.</p> <p>16/4/2008 - <b>(CFT)</b> - Devolvido ao Relator, Dep. Aelton Freitas (PR-MG)</p> <p>11/6/2008 - <b>(CFT)</b> - Devolvida pelo Relator sem Alterações no Parecer.</p> <p>9/7/2008 - <b>Comissão de Finanças e Tributação (CFT)</b> - Retirado de pauta em virtude da aprovação de Requerimento do Deputado Devanir Ribeiro.</p> <p>16/10/2008 <b>Comissão de Finanças e Tributação (CFT)</b> Devolvida pelo Relator sem Alterações no Parecer.</p> <p>28/10/2008 <b>Comissão de Finanças e Tributação (CFT)</b> - Parecer do relator, Dep. Aelton Freitas, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto e do PL nº 4.261/04, apensado, desde que acolhidos a emenda e o Substitutivo da Comissão de Seguridade Social e Família.</p> <p>29/10/2008 <b>Comissão de Finanças e Tributação (CFT)</b> - Retirado de pauta por 10 sessões em virtude da aprovação de Requerimento do Deputado Pepe Vargas.</p>
--	--






**ATO MÉDICO**








<p><b>PL-7703/2006</b> </p> <p><b>Proposta original: PL-7703/2006</b> </p> <p>(Originário PLS 268/02) PLS 025/02 (rejeitado)</p> <p><b>Autor(a):</b> Senado - Benício Sampaio - PPB-PI Sen. <b>Geraldo Altoff</b> PFL/SC - NÃO SE ELEGEU</p> <p><b>Distribuição:</b> CAS e CCJC</p> <p><b>Relator(a):</b> Sen. Tião Viana <u>Obs: PLS 025/02 – Rejeitado e PLS 268/02 – Aprovado.</u></p>	<p><b>Objeto/Emenda:</b> Dispõe sobre o exercício da medicina. Define as atividades privativas do Médico e estabelece que serão resguardadas as competências próprias das diversas profissões ligadas à área de saúde. Projeto chamado de "Ato Médico".</p> <p><b>Situação anterior/Histórico:</b> - <u>CCJ</u> - em 30/06/04 foi aprovado o Relatório do Senador Tião Viana, que passa a constituir o Parecer da CCJ, favorável ao PLS nº 25/2002, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), e pela rejeição do PLS nº 268/2002 e da Emenda de autoria dos Senadores Leonel Pavan e Sérgio Guerra. / CAS - desde 30.6.2004, aguardando designação de Relator. / CAS - 28/09/2004, matéria com a relatoria Avocado pela Presidente Senadora Lúcia Vânia. / CAS - 07/12/2004, matéria com a relatoria. Anexado às folhas nºs 54 a 56, emenda nos termos do Substitutivo de autoria do Senador Tião Viana. Encaminhado ao Gab. da Relatora, Senadora Lúcia Vânia, para análise do Substitutivo. / CAS - 01/02/2005 matéria com a relatoria. / Recebido da chefia de gabinete da Presidência do Senado expediente encaminhando ofício nº 1600-04/IDIR-CFP do Presidente do Conselho Federal de Psicologia Ricardo Moretzsohn, que encaminha abaixo-assinado referente ao PLS 25/2002, com</p>
---	--

<p><b>Relator na CETASP da CD:</b> Dep. Edinho Bez-SC</p> <p><b>Autor:</b> SF - Benício Sampaio-PPB /PI</p> <p><b>Apreciação:</b> Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II</p> <p><b>Regime de tramitação:</b> Prioridade</p> <p><b>Proposição Originária:</b> PLS-268/2002</p>	<p>despacho do Presidente José Sarney, para juntar ao processo (fls. 57 e 58). / CAS – 23/8/2006 – Audiência Pública, req 33/06 da Sen. Lucia Vânia./ 30/11/2006 SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO Encaminhado ao Plenário. / 20/12/2006 ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO / 18:44 Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 268, de 2002, de autoria do Senador Benício Sampaio, que dispõe sobre o exercício da Medicina (tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 25, de 2002). Tendo sido apreciados terminativamente pela Comissão de Assuntos Sociais, o Projeto de Lei do Senado nº 268, de 2002, aprovado, vai à Câmara dos Deputados, e o de nº 25, de 2002, rejeitado, vai ao Arquivo. Ao PLEG com destino à Secretaria de Arquivo / 28/02/2007 SARQ - Secretaria de Arquivo do Senado. / PL – 7703/2006 / 21.12.2006. protocolado na Câmara dos Deputados e distribuídos à CTASP e CSSF / 27.02.2007. nomeado relator o dep. Edinho Bez – PMDB-SC na CTASP / 15.03.2007. encerramento do prazo para emendas – 60 emendas. / 3/4/2007 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) / Apresentação do Requerimento 662, DE 2007, pelo Deputado Júlio Redecker (PSDB-RS), que requer a tramitação conjunta dos Projetos de Lei nºs 1549/03 e 7703/06</p> <p><b>Situação atual:</b> 23/4/2007 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) - Indeferido o Requerimento de Apensação, Req. 662/07, conforme despacho exarado do seguinte teor: " Indefero a apensação, por não restar comprovada a conexão entre as matérias (art. 142 do RICD). Oficie-se e, após, publique-se." 13/9/2007 - (CTASP) - Apresentação do REQ 102/2007 CTASP, pelo Dep. Edinho Bez, que "solicita realização de Simpósio no Auditório Nereu Ramos, a ser realizado dia 14 de novembro, com o objetivo de discutir o Projeto de Lei nº 7.703/2006, convidando a participar do debate as categorias de profissionais da área da saúde, a sociedade civil e os demais interessados e envolvidos no ATO MÉDICO."</p>
<p><b>POSIÇÃO DO CONSELHO: INTERFERINDO NO PROCESSO. SÃO FAVORÁVEIS A UM CONJUNTO DE EMENDAS, PORÉM A DECISÃO É DO APAF.</b></p>	
<p><a href="#">PL-3844/2004</a> </p> <p><b>Proposta original:</b> <a href="#">PL-3844/2004</a> </p> <p><b>Apensos:</b> Autor(a): Dep. Max Rosenmann</p> <p><b>PMDB/PR - reeleito</b></p> <p><b>Distribuição:</b> CSSF,CTASP e CCJC</p> <p><b>Relator(a):</b> Dep. Almerinda de Carvalho (PMDB-RJ)</p>	<p><b>Objeto/Ementa:</b> Define o ato de enfermagem. Definição, ato, enfermagem, competência, exercício profissional, Enfermeiro, Auxiliar de Enfermagem, Técnico de Enfermagem, Conselho Federal.</p> <p><b>Situação anterior/Histórico:</b> 17/03/2005 - Designada Relatora, Dep. Almerinda de Carvalho (PMDB-RJ) / CSSF em 18/3/05 - Abertura de Prazo para Emendas ao Projeto a partir de 21/03/2005; / Em 29/3/05 - Encerrado o prazo para emendas. Não foram apresentadas emendas. / CSSF em 18-5-05 – Apresentado Parecer da Relatora, Dep. Almerinda de Carvalho (PMDB-RJ), pela rejeição. / Aguardando inclusão na Pauta da Comissão. / Arquivada em 31.01.07, conforme dispõe o art. 105, do RICD, mas desarquivado em 20.03.2007, mediante requerimento do deputado Max Rosenmann. / - 29.03.2007 – designado o deputado Germano Bonow (PFL-RS) como relator na Comissão de Seguridade Social e Família. / - 10.04.2007 – encerrado o prazo de emendas na CSSF. / 3/5/2007 - (CSSF) - Apresentação do Parecer do Relator, PRL 2 CSSF, pelo Dep. Germano Bonow. / 3/5/2007 - (CSSF) - Parecer do Relator, Dep. Germano Bonow (DEM-RS), pela rejeição. / 23/5/2007 - (CSSF) - Aprovado por Unanimidade o Parecer / 24/5/2007 - (CSSF) - Encaminhamento de Parecer à CCP para publicação. / 25/5/2007 - (CTASP) - Recebimento pela CTASP. / 28/5/2007 - (CCP) - Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Seguridade Social e Família publicado no DCD de 29/05/07, Letra A. / 21/6/2007 - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) - Designado Relator, Dep. Edinho Bez (PMDB-SC) / 22/6/2007 - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) - Prazo para Emendas ao Projeto (5 sessões ordinárias a partir de 25/06/2007)</p> <p><b>Situação atual:</b> 12/7/2007 - (CTASP) - Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas. 24/4/2008 - (CTASP) - Designada Relatora, Dep. Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) o 2/09/2008 - Encerrado o prazo para emendas ao substitutivo. Não foram apresentadas emendas ao substitutivo.</p>
<p><b>POSIÇÃO DO CONSELHO: A FAVOR.</b></p>	
<p><a href="#">PL-3224/2004</a> </p> <p><b>Proposta original:</b> <a href="#">PL-3224/2004</a> </p> <p><b>Apensos:</b> Autor(a): Dep. Max Rosenmann</p> <p><b>PMDB/PR - reeleito</b></p>	<p><b>Objeto/Ementa:</b> Dispõe sobre a obrigatoriedade de registro exclusivo dos Hospitais, Maternidades, Casas de Saúde e Clínicas Médicas nos Conselhos Regionais de Medicina.</p> <p><b>Situação anterior/Histórico:</b> - CDEIC – em 02/06/04, foi apresentado o parecer do relator pela aprovação. Está pronto para a pauta. / Em 27/10/04 entrou em pauta. / CDEIC – em 27/10/04, concedido vista ao deputado Fernando de Fabinho (PFL-BA) e devolvido no mesmo dia. Também no mesmo dia, a proposição foi devolvida ao Relator. / CDEIC 31/5/05, Devolvida pelo Relator sem Alterações no Parecer. / Em 01/07/05 - Devolvido ao Relator, Dep. Dr. Benedito Dias (PP-AP). / Em 16/08/05 - Apresentação da Complementação de Voto (CVO 1 CDEIC), pelo Dep. Dr. Benedito Dias. / Parecer</p>

# CORTÊS & ZUPIROLI









A D V O G A D O S








<p><b>Distribuição:</b> CDEIC, CSSF e CCJC <b>Relator(a):</b> CCJC - Dep. Nelson Pelegrino</p>	<p>pela aprovação, <u>com emenda</u>. / <u>CDEIC</u> 24/8/05 - Aprovado por unanimidade o Parecer. Deputado Fernando de Fabinho PFL/BA apresentou voto em separado pela rejeição. / Em 30/8/05 – Recebimento pela Comissão de Seguridade Social e Família. / <u>CSSF</u> 4/10/05 - Designado Relator, Dep. Dr. Benedito Dias (PP-AP). / 6/10/05 – Aberto prazo para Emendas a partir do dia 7/10/05. / 18/10/05 - Encerrado o prazo sem apresentação de emendas. / Arquivada em 31.01.07, conforme dispõe o art. 105, do RICD, mas desarquivada em 20.03.2007, mediante requerimento do deputado Max Rosenmann. / - 29.03.2007 – designado o deputado Neilton Mulim (PR-RJ) como relator na Comissão de Seguridade Social e Família. / - 10.04.2007 – encerrado o prazo de emendas na CSSF. / 25/4/2007 - (CSSF) - Apresentação do Parecer do Relator, PRL 1 CSSF, pelo Dep. Neilton Mulim. / 25/4/2007 - (CSSF) - Parecer do Relator, Dep. Neilton Mulim (PR-RJ), pela aprovação deste, e da Emenda da CDEIC. / 23/5/2007 - (CSSF) - Retirado de pauta a pedido do Relator. / 20/6/2007 - Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) - Retirado de pauta a requerimento do Relator. / 26/6/2007 - (CSSF) - Devolvido ao Relator, Dep. Neilton Mulim (PR-RJ) / 4/7/2007 - (CSSF) - Devolvida pelo Relator sem Alterações no Parecer. / 12/7/2007 - Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) - Vista ao Deputado Dr. Rosinha. / 21/8/2007 Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) - Arovado o Parecer contra os votos dos Deputados Nazareno Fonteles, Dr. Rosinha, Cida Diogo e Angela Portela, apresentou voto em separado o Deputado Dr. Rosinha / - 29/08/2007 - Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Seguridade Social e Família publicado no DCD de 30/08/07, Letra B. / - 24/08/2007 - Parecer recebido para publicação. / - 24/08/2007 - Recebimento pela CCJC. / - 05/09/2007 - Designado Relator, Dep. Nelson Pellegrino (PT-BA) <b>Situação atual:</b> - 06/09/2007 - Prazo para Emendas ao Projeto (5 sessões ordinárias a partir de 10/09/2007) - 18.09.2007 - encerrado o prazo de emendas, sem emendas. 18/9/2007 - (CCJC) - Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.</p>
<p><b>PL-7267/2002</b>  <b>Proposta original:</b> <b>PL-7267/2002</b>  <b>Apensos:</b> <b>PL 7389/2002</b>  <b>Autor(a):</b> Dep José Carlos Coutinho - PFL /RJ - não reeleito <b>Distribuição:</b> CSSF e CCJC <b>Relator(a):</b> Dep. Dr. Francisco Gonçalves (PTB-MG).</p>	<p><b>Objeto/Emenda:</b> Adiciona-se dispositivo à Lei n.º 9.656, de 3 de junho de 1998, e dá outras providências - Estabelecendo a cobertura, pelos planos de saúde, de sessões de Fisioterapia, Fonoaudiologia, Nutrição e Psicologia. <b>Situação anterior/Histórico:</b> - CSSF 10/11/05 - Parecer do Relator, Dep. Dr. Francisco Gonçalves (PTB-MG), pela aprovação deste, com emendas, e pela rejeição do PL 7389/2002, apensado. // CSSF 2/12/05 - Apense-se ao PL-4076/2001. Deferido o Requerimento nº 3173/05 da CSSF, determinando esta apensação. // CSSF 13/12/05 - Designado Relator, Dep. Dr. Ribamar Alves PSB/MA. // - 20/12/05 - Apensação do PL 4570/2001 a esta proposição. // 26/1/06 - Apense-se a este o PL-6510/2006. // Arquivada em 31.01.07, conforme dispõe o art. 105, do RICD e desarquivado em 12.03.07, por requerimento dos deputados Mário Heringer e Arlindo Chinaglia. <b>Situação atual:</b> 19/4/2007 - <b>Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)</b> - Devido a desarquivamento desta proposição em requerimento anterior, foi declarada prejudicada a solicitação de desarquivamento constante do REQ-365/2007.</p>
<p><b>POSIÇÃO DO CONSELHO: A FAVOR. DEVE CONSTRUIR POSICIONAMENTO E MANIFESTAÇÃO.</b></p>	<p style="text-align: center;"><b>REPRODUÇÃO ASSISTIDA</b></p>
<p><b>PL-1184/2003</b>  <b>Proposta original:</b> <b>PL-1184/2003</b>  <b>Autor:</b> Senado Federal. <b>Distribuição:</b> <b>Relator:</b>  <b>Número no Senado PLS 90/99</b></p>	<p><b>Objeto/Emenda:</b> <b>Emenda:</b> Dispõe sobre a Reprodução Assistida. Definindo normas para realização de inseminação artificial e fertilização "in vitro"; proibindo a gestação de substituição (barriga de aluguel) e os experimentos de clonagem radical. <b>Situação anterior/Histórico</b> -15/2/2007 Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) - Apresentação do REQUERIMENTO N.º 306, DE 2007, pelo Deputado(a) Neucimar Fraga, que solicita o desarquivamento de proposição. /// 28/2/2007 - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) /// Vista conjunta aos Deputados Bruno Araújo, Ciro Gomes, Marcelo Itagiba, Moreira Mendes, Neucimar Fraga, Pastor Manoel Ferreira e Sérgio Brito. /// 5/3/2007 - (CCJC) - Prazo de Vista Encerrado /// 7/3/2007 - (CCJC) - Apresentação do Voto em Separado, VTS 2 CCJC, pelo Dep. Regis de Oliveira /// 16/4/2007 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) - Indeferido o pedido de desarquivamento desta proposição constante do REQ-306/2007 em virtude</p>

<b>POSIÇÃO DO CONSELHO: EM ABERTO.</b>	<p>de não estarem atendidos os requisitos do art. 105 do RICD..</p> <p><b>Situação Atual:</b>  <b>17/4/2007 - (CCJC) - Retirado de pauta por acordo.</b>            4/4/2008 - (MESA) - Apense-se a este o PL-3067/2008.             9/4/2008 - <b>Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)</b> - Devolvido ao Relator, Dep. Colbert Martins (PMDB-BA)            21/5/2008 - (CCJC) - Apresentação do Parecer do Relator, PRL 2 CCJC, pelo Dep. Colbert Martins             21/5/2008 - (CCJC) - Parecer do Relator, Dep. Colbert Martins (PMDB-BA), pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela rejeição deste; pela constitucionalidade parcial, juridicidade, má técnica legislativa e, no mérito, pela rejeição do PL 4665/2001, do PL 1135/2003, do PL 4686/2004, do PL 2855/1997 e do PL 2061/2003, apensados; e pela injuridicidade do PL 120/2003, apensado.             3/6/2008 - (CCJC) - Devolvido ao Relator, Dep. Colbert Martins (PMDB-BA)</p>
<b>PESQUISA COM SERES HUMANOS</b>	
<p><b>PL nº 2473/03 -</b>  <b>Proposta original:</b> PL-2473/2003   <b>Apensos:</b>  <b>Autor(a):</b> Dep. Colbert Martins            PMDB-BA - reeleito-2007-2010  <b>Distribuição:</b> CSSF, CCTCI e CCJC  <b>Relator(a):</b> Dep. Rafael Guerra</p>	<p><b>Objeto/Ementa:</b> Dispõe sobre diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos.</p> <p><b>Situação anterior/Histórico:</b> -            - CSSF – desde 9/12/03, aguardando parecer DO Relator Dep. Rafael Guerra. // Arquivada em 31.01.07, conforme dispõe o art. 105 e desarquivada em 09.05.07, por solicitação do Autor – Dep. Colbert Martins.</p> <p><b>Situação atual:</b>  <b>27/6/2007 Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) - Designado Relator, Dep. Alceni Guerra (DEM-PR)</b>            25/3/2008 - <b>Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF)</b> - Devolvida sem Manifestação.            4/4/2008 - <b>Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF)</b> - Designado Relator, Dep. Manato (PDT-ES)            8/7/2008 - (CSSF) - Apresentação do Parecer do Relator, PRL 1 CSSF, pelo Dep. Manato            Parecer do Relator, Dep. Manato (PDT-ES), pela aprovação. - 3/9/2008 <b>Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF)</b>            Vista ao Deputado Geraldo Resende.            7/10/2008 <b>Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF)</b> - Prazo de Vista Encerrado            15/10/2008 <b>Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF)</b> - Retirado de pauta de Ofício.</p>
<p><b>POSIÇÃO DO CONSELHO: O FENPB ESTÁ ACOMPANHANDO. ANPEPP ESTÁ COM O ENCARGO.</b></p>	
<b>REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL</b>	
<p><b>PL nº PEC 171/93</b>  <b>Proposta original:</b> PEC-171/2003   <b>Apensos:</b> PEC 37/95, PEC 91/95, PEC 301/96            PEC 531/97 PEC 68/99 PEC 133/99 PEC 150/99            PEC 167/99 PEC 169/99, PEC 633/99 PEC 260/00            PEC 321/01 PEC 377/01 PEC 582/02 PEC 64/03,            PEC 179/03, PEC 272/04, PEC 302/04, PEC            345/04, PEC 489/05            PEC-125/2007. </p>	<p><b>Objeto/Ementa:</b> Altera a redação do artigo 228 da Constituição Federal (imputabilidade penal do maior de dezesseis anos)</p> <p><b>Situação anterior/Histórico:</b>            - CCJC - desde 14/05/03, aguardando parecer do Relator.// - CCJC – 18/01/2005 apensação da PEC 345/2004 a esta proposição, que determina a mudança do regime de tramitação da matéria para e da forma de apreciação da matéria para Sujeita à Apreciação do Plenário. // 19/12/05 – Apense-se a esta a PEC 489/05 // <u>Arquivada</u> em 31.01.07, conforme dispõe o art. 105, do RICD, mas desarquivada em 21.03.07 por requerimento de vários deputados. O relator está solicitando a realização de audiência pública para ouvir autoridades sobre o tema. // 10/5/2007 - (CCJC) - Apresentação do Parecer do Relator, PRL 1 CCJC, pelo Dep. Marcelo Itagiba // 11/5/2007 - (MESA) -Apense-se a esta a PEC-48/2007. // 16/5/2007 - (CCJC) - Devolvido ao Relator, Dep. Marcelo Itagiba (PMDB-RJ) // 14/6/2007 - (MESA) - Apense-se a esta a PEC-73/2007.  // Parecer do relator pela admissibilidade pendente de deliberação da Comissão (CCJC). //</p>


# CORTÊS & ZUPIROLI

A D V O G A D O S

<p>PEC-85/2007. </p> <p>PEC-87/2007. </p> <p>PEC-73/2007. </p> <p>PEC-48/2007. </p> <p><b>Autor(a):</b> Dep. <b>Benedito Domingos</b> PP/DF  <b>Distribuição:</b> CCJC  <b>Relator(a):</b> Dep. Osmar Serraglio.</p>	<p>Trecho Final do Parecer do Relator ainda pendente de deliberação: Diante de todo o exposto, por não identificar no texto do art. 228 da Constituição Federal, uma norma pétrea, somos de opinião que não há impedimento na alteração da maioria penal, pois tal conceito refere-se apenas à separação de idades, como podemos constatar no direito de votar aos dezesseis anos, e na possibilidade de trabalho remunerado aos maiores de quatorze anos, na condição de menores aprendizes. Concluímos, assim, pela admissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição nº. 171, de 1993, e, conseqüentemente, pela prejudicialidade das demais apensadas. Sala da Comissão em de de 2007. Deputado MARCELO ITAGIBA Relator // 26/6/2007 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) - Apense-se a esta a PEC-87/2007.  // 3/7/2007 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) - Apense-se a esta a PEC-85/2007.  //</p> <p><b>Situação atual:</b> 7/12/2007</p>
<p><b>POSIÇÃO DO CONSELHO: CONTRÁRIA.</b>  <b>INTERESSA ACOMPANHAR E FAZER SEMPRE MANIFESTAÇÕES CONTRÁRIAS.</b></p>	<p><b>Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)</b> - Apresentação do Parecer do Relator, PRL 2 CCJC, pelo Dep. Marcelo Itagiba </p> <p>7/12/2007</p> <p><b>Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)</b></p>
	<p>Parecer do Relator, Dep. Marcelo Itagiba (PMDB-RJ), pela admissibilidade desta, da PEC 386/1996, da PEC 426/1996, da PEC 242/2004, da PEC 37/1995, da PEC 91/1995, da PEC 301/1996, da PEC 531/1997, da PEC 68/1999, da PEC 133/1999, da PEC 150/1999, da PEC 167/1999, da PEC 169/1999, da PEC 633/1999, da PEC 260/2000, da PEC 321/2001, da PEC 377/2001, da PEC 582/2002, da PEC 64/2003, da PEC 179/2003, da PEC 272/2004, da PEC 302/2004, da PEC 345/2004, da PEC 489/2005, da PEC 48/2007, da PEC 73/2007, da PEC 85/2007, da PEC 87/2007, e da PEC 125/2007, apensadas. </p>
<p><b>PEC 00020 / 1999 de 25/03/1999</b>  <b>Proposta Original:</b>  <b>Apensos:</b> PECs 18/06,03/01; 26/02; 90/03, 09/04 18 e 20/99  <b>Autor(es):</b> Se. Jo´se Roberto Arruda  <b>Relator(es):</b> Sen Demóstenes Torres</p>	<p><b>Objeto/Emenda:</b> Propõe a redução da maioria penal para 16 anos.</p> <p><b>Situação anterior/Histórico:</b>  <b>Situação atual:</b> 19/02/2008 SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO - Situação: INCLUIDO EM ORDEM DO DIA DA SESSÃO DELIBERATIVA - Incluída na Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de 20.02.2008. Primeira sessão de discussão, em primeiro turno.  <b>21/05/2008</b> SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO  Situação: INCLUIDO EM ORDEM DO DIA DA SESSÃO DELIBERATIVA  Incluído em Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de 27/05/2008. Primeira sessão de discussão, em primeiro turno. Matéria não apreciada na sessão do dia 27/05/2008, em virtude da não deliberação de Medidas Provisórias, constantes dos itens 1 a 11 da pauta. Matéria não apreciada na sessão do dia 28/05/2008, em virtude da não deliberação de Medidas Provisórias, constantes dos itens 1 a 6 da pauta. Matéria não apreciada na sessão do dia 29/05/2008, em virtude da não deliberação de Medidas Provisórias, constantes dos itens 1 a 6 da pauta. Matéria não apreciada na sessão do dia 03/06/2008, em virtude da não deliberação de Medidas Provisórias, constantes dos itens 2 a 6 da pauta. Matéria não apreciada na sessão do dia 03/06/2008, em virtude da não deliberação de Medidas Provisórias, constantes dos itens 2 a 6 da pauta. Matéria não apreciada na sessão do dia 03/06/2008, em virtude da não deliberação de Medidas Provisórias, constantes dos itens 2 a 6 da pauta. Matéria não apreciada na sessão do dia 03/06/2008, em virtude da não deliberação de Medidas Provisórias, constantes dos itens 2 a 6 da pauta. Matéria não apreciada na sessão do dia 04/06/2008, em virtude da não deliberação de Medidas Provisórias, constantes dos itens 2 a 5 da pauta. Matéria não apreciada na sessão do dia 05/06/2008, em virtude da não deliberação de Medidas Provisórias, constantes dos itens 1 a 4 da pauta. Matéria não apreciada na sessão do dia 10/06/2008, em virtude da não deliberação de Medidas Provisórias, constantes dos itens 2 a 4 da pauta. Matéria não apreciada na sessão do dia 11/06/2008, em virtude da não deliberação de Medidas Provisórias, constantes dos itens 1 a 3 da pauta. Matéria não apreciada na sessão do dia 12/06/2008, em virtude da não deliberação de Medidas Provisórias, constantes dos itens 1 a 3 da pauta. Matéria não apreciada na sessão do dia 17/06/2008, em virtude da não deliberação de Medidas Provisórias, constantes dos itens 1 a 3 da pauta. Matéria não apreciada na sessão do dia 18/06/2008, em virtude da não deliberação do item 4 da pauta. Matéria não apreciada na sessão do dia 19/06/2008, em virtude da não</p>




	deliberação do item 1 da pauta. Matéria não apreciada na sessão do dia 1º/07/2008, devido ao término do prazo regimental da sessão. Matéria não apreciada na sessão do dia 02/07/2008, devido ao término do prazo regimental da sessão. Matéria não apreciada na sessão do dia 03/07/2008, em virtude da não deliberação de Medidas Provisórias, constantes dos itens 1 a 4 da pauta. Matéria não apreciada na sessão do dia 08/07/2008, em virtude da não deliberação de Medidas Provisórias, constantes dos itens 1 a 4 da pauta. Matéria não apreciada na sessão do dia 09/07/2008, em virtude do término do prazo regimental da sessão.
<p><b>PL-7197/2002</b> </p> <p><b>Proposta original: PL-7197/2002</b> </p> <p><b>Apensos:</b> <b>Autor(a):</b> Senado Federal – Sem. Ademar Andrade – PSB/PA. <b>Distribuição:</b> CSSF e CCJC <b>Relator(a):</b> Dep. Selma Schons (PT-PR)</p>	<p><b>Objeto/Ementa:</b> Altera o Estatuto da Criança e do Adolescente para permitir a aplicação de medidas sócio-educativas aos infratores que atingirem a maioria penal.</p> <p><b>Situação anterior/Histórico:</b> - <u>CSSF</u> – designada relatora a dep. Maria do Rosário e devolvida sem manifestação. // Designada nova relatora, dep. Selma Schons. // <u>CSSF</u> - em 6/07/04, designada Relatora, Dep. Selma Schons PT/PR. // Aguardando parecer. // <u>CSSF</u> – 31/01/2005, devolvida sem Manifestação. // 15/03/05 - Deferido Requerimento nº 2458/05, da CSSF, solicitando a inclusão da CCJC para pronunciar-se, também, quanto ao mérito do Projeto. // 15.03.05 - Às Comissões de Seguridade Social e Família e Constituição e Justiça e de Cidadania (Mérito e Art. 54, RICD) - Art. 24, II</p> <p><b>Situação atual:</b> Foi remetido à Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) em 15.03.07 e logo em seguida foi nomeado relator o Dep. Eduardo Barbosa (PSDB-MG). No dia 04.04.07 encerrou-se o prazo para emendas na CSSF. Não foram apresentadas emendas. </p>
<p><b>POSIÇÃO DO CONSELHO: A FAVOR. ATUA JUNTO COM O CONANDA.</b></p>	
<p><b>PDC-1002/2003</b> </p> <p><b>Apensos:</b> (PDC 1028/03, PDC 1144/04, PDC 1579/05) <b>Autor(a):</b> Dep. Robson Tuma PFL/SP - (Não se reelegeu) <b>Distribuição:</b> CCJC <b>Relator(a):</b> Dep. Luiz Eduardo Greenhalgh (PT-SP)</p>	<p><b>Objeto/Ementa:</b> Convoca plebiscito para consulta popular da redução ou não da maioria.</p> <p><b>Situação anterior/Histórico:</b> - <u>CCJC</u> – em 28/04/04, designado relator. Aguardando parecer. / <u>CCJC</u> – em 01/03/2005, apresentação do parecer do Relator, Dep. Luiz Eduardo Greenhalgh, pela inconstitucionalidade e injuridicidade; e, no mérito, pela rejeição deste, do PDC 1028/2003, e do PDC 1144/2004, apensados. -23/03/05 - Apense-se a este o PDC-1579/2005. // <u>CCJC</u> - 13/4/05, o Relator ratificou o primeiro parecer incluindo a rejeição ao PDC 1579/2005, apensado. // <u>CCJC</u> 13/4/06 - Parecer do Relator, Dep. Luiz Eduardo Greenhalgh (PT-SP), pela inconstitucionalidade e injuridicidade; e, no mérito, pela rejeição deste, do PDC 1028/2003, do PDC 1144/2004, e do PDC 1579/2005, apensados.// Arquivada em 31.01.07, conforme dispõe o art. 105, do RICD, mas foi desarquivada em 28.03.07, mediante requerimento dos deputados Nelson Marquezelli e Luiz Carlos Hauy.</p> <p><b>Situação atual:</b> 10/4/2007 - <b>Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)</b> - Devido a desarquivamento desta proposição em requerimento anterior, foi declarada prejudicada a solicitação de desarquivamento constante do REQ-241/2007.</p>
<p><b>POSIÇÃO DO CONSELHO: CONTRA.</b></p>	
<b>DIREITOS HUMANOS</b>	
<p><b>PL-5003/2001</b> </p> <p><b>Proposta original: PL-5003/2001</b> </p> <p>Senado: <b>PLC 122/2006</b> </p> <p><b>Apensos:</b> <b>PL 3770/04</b>, apensado ao PL 5/2003) <b>Autor(a):</b> Dep. Iara Bernardi – PT/SP - (Não se reelegeu) <b>Distribuição:</b> CCJC <b>Relator(a):</b> Dep. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) - Aprovado na Câmara dos Deputados.</p> <p><b>No Senado Federal tem o nº 122/2006</b></p>	<p><b>Objeto/Ementa:</b> Dispõe sobre a promoção e reconhecimento da liberdade de orientação, prática, manifestação, identidade e preferência sexual.</p> <p><b>Situação anterior/Histórico:</b> - Foi apensado ao PL 5003/01, que determina sanções às práticas discriminatórias em razão da orientação sexual das pessoas, de autoria da dep. Iara Bernardi (PT-SP). // <u>MESA</u> – em 24/06/2004, apensado ao PL 5003/01 que está aguardando parecer na CCJC. // 17/03/2005 - Designado Relator, Dep. Luciano Zica (PT-SP). // <u>CCJC</u> em 26/04/05 - Parecer do Relator, Dep. Luciano Zica (PT-SP), pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação deste (PL 5003/01), do PL 5/2003, do PL 3143/2004, e do PL 3770/2004, apensados, com Substitutivo, e pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela rejeição do PL 381/2003, e do PL 4243/2004, apensados. // <u>CCJC</u> em 03/08/05 – Foi aprovado por Unanimidade o Parecer do Relator Dep. Luciano Zica PT/SP. // Em 11/08/05 – Publicado o Parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania no DCD. // Em 06/9/05 - Apense-se a este o PL-5/2003. // Em 20/4/06 - Apresentação do REQ nº 3884/06, que requer urgência, nos termos do art. 155, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, para apreciação do Projeto de Lei nº 5.003. // Em 25/4/06 – Discussão em turno único. Matéria não apreciada em face da não-conclusão da apreciação da MPV 275-C/05, item 01 da pauta, com prazo encerrado. // Em 22/11/2006 – Aprovado requerimento do Sr. Rodrigo Maia que requer urgência, nos termos do art. 155, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, para apreciação do Projeto de Lei nº 5.003, de 2001, da Sra. Iara Bernardi que “determina sanções às práticas discriminatórias em razão da orientação sexual das pessoas”. // Em 23/11/2006. Discussão em turno único. Encerrada a discussão.</p>





**CORTÊS&ZUPIROLI**  
A D V O G A D O S








<p><b>POSIÇÃO DO CONSELHO: A FAVOR. ORIENTA MANIFESTAÇÃO FAVORÁVEL SEMPRE QUE NECESSÁRIO.</b></p>	<p>Votação em turno único. Aprovado o Substitutivo adotado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Prejudicados o Projeto inicial e os Projetos de Lei nº 5/03, 383/03, 3.143/04, 3.770/04 e 4.243/04, apensados. Votação da redação final. Aprovada redação final. ///</p> <p><b>07.12.06. A Matéria vai ao Senado Federal (PL 5003-B/01).</b></p> <p><b>TRAMITAÇÃO NO SENADO FEDERAL</b></p> <p><b>Autuado com o nº 122/2006 com o seguinte andamento:</b></p> <p>Outros números: CD PL. 05003 / 2001 // Autor: DEPUTADO - Iara Bernardi</p> <p>Ementa: Altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, dá nova redação ao § 3º do art. 140 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e ao art. 5º da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências. /// 07/03/2007 CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa /// Situação: PRONTO PARA A PAUTA NA COMISSÃO /// Devolvido pela Senadora Fátima Cleide, com voto favorável a aprovação do Projeto. Matéria pronta para a pauta. /// 15.03.2007. CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Reunida a Comissão, o Presidente passa a palavra a Senadora Fátima Cleide, que pede a retirada do projeto de pauta para reexame da matéria. Ao Gabinete da relatora para reexame da matéria.</p> <p><b>Situação atual:</b></p> <p><b>24/10/2007</b> CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa - Situação: PRONTO PARA A PAUTA NA COMISSÃO - A Presidência acolhe Questão de Ordem do Senhor Senador Marcelo Crivella, para o adiamento da matéria, em razão do não cumprimento do disposto no parágrafo único do art. 108, do RISF.</p> <p><b>20/12/2007</b> ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO</p> <p>Aprovado o Requerimento nº 1.422, de 2007. A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais e, posteriormente, retorna à de Direitos Humanos e Legislação Participativa, e de Constituição, Justiça e Cidadania. À CAS.</p> <p>Publicação em 21/12/2007 no DSF Página(s): 46422 ( <a href="#">Ver Diário</a> )</p> <p><b>31/01/2008</b> CAS - Comissão de Assuntos Sociais</p> <p>Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR</p> <p>Recebido na Comissão, em 31/01/2008, a matéria aguarda designação do relator.</p> <p><b>12/02/2008</b> CAS - Comissão de Assuntos Sociais</p> <p>Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA</p> <p>A Senhora Senadora Fátima Cleide, para relatar a presente matéria.</p> <p><b>11/03/2008</b> CAS - Comissão de Assuntos Sociais</p> <p>Situação: PRONTO PARA A PAUTA NA COMISSÃO</p> <p>Devolvido pela Relator, Senadora Fátima Cleide, em 11/03/2008, com minuta de parecer pela aprovação do Projeto.</p> <p><b>26/03/2008</b> CAS - Comissão de Assuntos Sociais</p> <p>Situação: PEDIDO DE VISTA CONCEDIDO</p> <p>Reunida a Comissão, em 26.03.08, foi concedido vista coletiva ao projeto.</p> <p><b>02/07/2008</b> ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA – PLENÁRIO - A Presidência recebeu manifestação da "Frente da Família" que foi juntada ao presente processado do Projeto de Lei da Câmara nº 122, de 2006. A matéria volta ao exame da Comissão de Assuntos Sociais. À CAS</p> <p><b>02/07/2008</b> CAS - Comissão de Assuntos Sociais - Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA - Recebido na Comissão, em 02/07/2008, ao gabinete da relatora Senadora Fátima Cleide.</p>
<p><b>PLS 112/2006</b> </p> <p><b>Apensos:</b></p>	<p><b>Objeto/Ementa:</b> Dispõe sobre os direitos da pessoa portadora de deficiência</p> <p><b>Situação anterior/Histórico:</b></p>

# CORTÊS & ZUPIROLI

A D V O G A D O S







<p><b>Autor(a):</b> Sen. <b>José Sarney - Reeleito-2007-2014</b>  <b>Distribuição:</b> CCJ, CAS e CDH <b>Relator(a):</b>          Senador Edson Lobão</p>	<p>- CCJ SF 29/5/06 - Distribuído ao Senador Edson Lobão, para emitir relatório. /// - CCJ SF – 16/8/06 – Encaminhado para o Plenário do Senado. /// CCJ SF – 16/8/06 – Encaminhado à Secretaria-Geral da Mesa, para atender solicitação constante do Ofício nº 811, de 2006, referente a requerimento de audiência de outra Comissão. À SSCLS. /// 23/11/2006 SSCLS - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO /// À CCJ, tendo em vista a desistência do Requerimento de audiência da Comissão de Educação. /// 23/11/2006 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania /// Situação: <b>MATÉRIA COM A RELATORIA</b> /// Retorna à CCJ nesta data. Encaminhado ao Relator, Senador Edson Lobão, para emitir relatório em prosseguimento à tramitação./// 05/02/2007 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania /// Situação: <b>AGUARDANDO INSTALAÇÃO DA COMISSÃO</b> /// Matéria aguardando instalação da Comissão, em virtude do encerramento da 52ª Legislatura, e início da 53ª.  <b>Situação atual: 06/07/2007</b> CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - Situação: <b>PRONTO PARA A PAUTA NA COMISSÃO</b> - Instalada a Comissão. Recebido o relatório do Senador Edison Lobão, com voto pela aprovação do Projeto com quinze emendas que apresenta. Matéria pronta para a Pauta na Comissão.  <b>23/04/2008</b> CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - Situação: <b>AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR</b> Matéria aguardando redistribuição em virtude de o Senador Edison Lobão não mais pertencer à composição da CCJ.  <b>24/04/2008</b> CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - Situação: <b>MATÉRIA COM A RELATORIA</b> Redistribuído à Senadora Lúcia Vânia, para emitir relatório.</p>
<p><b>PL 4.715/1994</b>   <b>Autor: Poder Executivo.</b></p>	<p><b>Objeto/Ementa:</b> <b>CONSELHO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS</b></p> <p>Transforma o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana em Conselho Nacional dos Direitos Humanos e dá outras providências.</p> <p><b>Situação atual:</b></p> <p>8/5/2008 - <b>(CCJC)</b> - Parecer às Emendas ou ao Substitutivo do Senado, Dep. Nelson Pellegrino (PT-BA), pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Substitutivo do Senado nos seguintes termos: a) supressão da expressão "na qualidade de presidente" constante da alínea "a" artigo 3º do Senado Federal; b) caput do art. 3º do texto da Câmara para substituir o caput do art. 3º do Senado Federal; c) expressão "dois Deputados Federais" do inciso VIII art. 3º da Câmara para substituir a expressão "Presidente" da alínea "c" do art. 3º do Senado Federal; d) inciso VII do art. 3º da Câmara para substituir a alínea "d" do art. 3º do Senado Federal; e) inciso X do art. 3º da Câmara para substituir a alínea "e" art. 3º do Senado Federal; f) texto do § 3º do art. 3º da Câmara para substituir o texto do § 4º do art. 3º do Senado Federal; g) supressão da expressão "e prestando a colaboração que for necessária ao Ministério das Relações Exteriores" do inciso VIII do art. 4º do Senado Federal; h) supressão da expressão "inclusive o direito de recurso ao Ministro da Justiça, no prazo de 15 (quinze) dias após o conhecimento da decisão" do § 3º do art. 6º do Senado Federal e i) supressão da expressão "20 (vinte)" do § 3º do art. 10 do Senado Federal.           20/5/2008 - <b>(CCJC)</b> - Aprovado por Unanimidade o Parecer.          3/6/2008 - <b>(CCP)</b> - Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania publicado no DCD de 04/06/08, Letra G.          25/6/2008 - <b>(PLEN)</b> - Discussão em turno único do Substitutivo do Senado Federal. (Sessão Extraordinária - 12:00)          25/6/2008 – <b>(PLEN)</b> - Retirado de pauta de Ofício, por acordo.</p>
	<p><b>CRIANÇA E ADOLESCENTE</b></p>
<p><b>PL-4850/2005</b>   <b>Proposta original: PL-4850/2005</b>   <b>Apensos:</b></p>	<p><b>Objeto/Ementa:</b> Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848/1940 – Código Penal.          Tipifica os Crimes contra a Liberdade e o Desenv. Sexual, Crimes contra o Desenv. Sexual de Vulnerável, Lenocínio, e do Tráfico de Pessoa para o Fim de Exploração Sexual. Tipifica o crime de estupro também para vítimas masculinas.  <b>Situação anterior/Histórico:</b></p>












<p><b>PL 6744/2006</b> </p> <p><b>PL 5906/2005</b> </p> <p><b>Autor(a): Senado Federal - (CPI Mista de Inquérito da Exploração Sexual – PLS 253/2004)</b></p> <p><b>Distribuição: CCJC</b></p> <p><b>Relator(a):</b></p>	<p>- Originário do Senado com o nº PLS 253/2005. /// Aguardando ser incluído na <u>Pauta do Plenário</u>. /// <u>Mesa</u> – aguardando distribuição às <u>Comissões</u> /// 16/03/2005 - Encaminhada à publicação. Publicação Inicial no DCD de 17/03/2005. /// <u>PLEN</u> – 13/4/05, Apresentação do Requerimento de Urgência (Art. 155 do RICD), REQ 2747/2005, pela Dep. Maria do Rosário. /// Em 13/10/05 - O PL-5906/2005 foi apensado a este. /// Foi determinada a mudança do regime de tramitação da matéria de conclusiva nas comissões para Sujeita à Apreciação do Plenário. /// PLEN – 24/3/2006 -Apensação do PL 6744/2006 a esta proposição. /// Em 24/4/06 - Encaminhado à republicação, em virtude de apensações. /// Em 25/4/06 - Discussão em turno único. Matéria não apreciada em face da não-conclusão da apreciação da MPV 275-C/05, item 01 da pauta, com prazo encerrado. /// 30.11.06. Discussão em turno único. 30.11.06. Retirado de pauta de ofício. /// 28.02.07. Req. 370/07 da Dep. Luiza Erundina que solicita a inclusão dos PL's 4.125/04, 4.126/04, 4.851/05, 4.852/05, 1.542/91, 1.626/89, 2.869/92, 4.850/05 e PLP's 59/99 e 275/01 na ordem do dia. /// Está na Pauta do Plenário desde 25.04.2006. /// 12/6/2007 - PLENÁRIO (PLEN) - Discussão em turno único. (Sessão ordinária - 14:00) /// 12/6/2007 - PLENÁRIO (PLEN) - Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão. /// 14/6/2007 - PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único. (Sessão extraordinária - 9:00) /// 14/6/2007 - PLENÁRIO (PLEN) - Matéria não apreciada por falta de "quorum" (obstrução). /// 10/7/2007 - PLENÁRIO (PLEN) - Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão. /// 17/7/2007 – PLEN - Discussão em turno único.</p>
<p><b>POSIÇÃO DO CONSELHO: A FAVOR.</b></p>	<p><b>Situação atual:</b></p> <p><b>PLENÁRIO (PLEN)</b> - O Projeto foi emendado. Foi apresentada a Emenda Substitutiva Global de Plenário nº 1.</p> <p>14/5/2008 - <b>PLENÁRIO (PLEN)</b> - Parecer à Emenda Substitutiva Global de Plenário nº 1 proferido pela Relatora, Dep. Maria do Rosário (PT-RS), pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito com a finalidade de investigar as situações de violência e redes de exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil, que conclui pela sua aprovação. </p> <p>14/5/2008 - <b>PLENÁRIO (PLEN)</b> - Votação em turno único. (Sessão Extraordinária - 20:10)</p> <p>14/5/2008 - <b>PLENÁRIO (PLEN)</b> - Aprovada a Emenda Aglutinativa Substitutiva Global (aglutinando a Emenda Substitutiva Global de Plenário nº 1 e o Projeto de Lei nº 4.850/05).</p> <p>14/5/2008 - <b>PLENÁRIO (PLEN)</b> - Votação da Redação Final.</p> <p>14/5/2008 - <b>PLENÁRIO (PLEN)</b> - Aprovada a Redação Final assinada pela Relatora, Dep. Maria do Rosário (PT-RS). </p> <p>14/5/2008 - <b>PLENÁRIO (PLEN)</b> - A Matéria retorna ao Senado Federal. (PL 4.850-B/05)</p> <p>21/5/2008 - <b>Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)</b> - Remessa ao Senado Federal através do of. n. 194/08/PS-GSE.</p> <p><b>TRAMITAÇÃO NO SENADO FEDERAL - PLS 253/2004</b></p> <p><b>23/05/2008</b> SSEX - SUBSECRETARIA DE EXPEDIENTE - AO PLEG, a pedido.</p> <p><b>23/05/2008</b> PLEG - PROTOCOLO LEGISLATIVO - Esta matéria passa a tramitar como Substitutivo da Câmara dos Deputados - SCD 00253 2004.</p>
<p><b>PL nº 4851/05, PL 5214/05</b></p> <p><b>Apensos:</b></p> <p><b>Autor(a): Senado Federal - (CPI Mista de Inquérito da Exploração Sexual)</b></p> <p><b>Distribuição: CCJC</b></p> <p><b>Relator(a):</b></p> <p><b>Número no Senado: PLS 254/2004</b></p>	<p><b>Objeto/Emenda:</b> Altera o art. 241 da Lei nº 8.069/1990, ECA. Tipifica como crime fotografar ou filmar, disponibilizar ou facilitar o acesso às cenas de sexo explícito ou pornográficas, envolvendo criança ou adolescente, na rede mundial de computador (INTERNET).</p> <p><b>Situação anterior/Histórico:</b></p> <p>- Originário do Senado com o nº PLS 254/2004. Aguardando ser incluído na Pauta do Plenário. /// <u>Mesa</u> – aguardando distribuição às <u>Comissões</u> /// Em 23/5/05 - Apense-se a este o PL-5214/2005. /// PLEN – 13/4/05, Apresentação do Requerimento de Urgência (Art. 155 do RICD), REQ 2746/2005, pela Dep. Maria do Rosário. /// Em 01/06/05 - Apensação do PL-5214/2005 a esta proposição. /// Em 6/07/05 - Alteração do Regime de Tramitação desta proposição em virtude da Aprovação do REQ 2746/2005; /// Aprovado requerimento da Sra. Maria do Rosário que requer urgência urgentíssima para a apreciação do Projeto de Lei nº 4851/2005. /// Matéria não apreciada em face do encerramento da sessão. /// Em 25/4/06 - Discussão em turno único. Matéria não apreciada em face da não-conclusão da apreciação da MPV 275-C/05, item 01 da pauta, com prazo encerrado. /// Plenário em 2/9/06 - À republicação em virtude de apensação. /// 30.11.06. Discussão em turno único. 30.11.06. Retirado de pauta de ofício. Tramitará diretamente no Plenário por ser originário de Comissão Mista. /// 28.02.07. Req. 370/07 da Dep. Luiza Erundina que solicita a inclusão dos PL's 4.125/04, 4.126/04, 4.851/05, 4.852/05, 1.542/91, 1.626/89, 2.869/92, 4.850/05 e PLP's 59/99 e 275/01 na ordem do dia. /// 06.03.07. Discussão em turno único. Matéria não apreciada em face do encerramento da sessão. /// 10/5/2007 - PLENÁRIO (PLEN) - O Projeto foi emendado. Foram apresentadas três Emendas</p>
<p><b>POSIÇÃO DO CONSELHO: A FAVOR.</b></p>	




	<p>de Plenário. /// Parecer às Emendas de Plenário proferido pela Relatora, Dep. Maria do Rosário (PT-RS), pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito - "Exploração Sexual", que conclui pela aprovação das Emendas de nºs 1 e 2, e rejeição da Emenda de nº 3. - PLENÁRIO (PLEN) - Votação em turno único. Aprovadas as Emendas de Plenário de nºs 1 e 2, com parecer favorável. /// 10/5/2007 - PLENÁRIO (PLEN) - Rejeitada a Emenda de Plenário de nº 3, com parecer contrário. /// 10/5/2007 PLENÁRIO (PLEN) - Aprovado o Projeto de Lei nº 4.851, de 2005. /// 10/5/2007 - PLENÁRIO (PLEN) - Aprovada a Redação Final assinada pela Relatora, Dep. Maria do Rosário (PT-RS). /// 10/5/2007 - PLENÁRIO (PLEN) - A Matéria retorna ao Senado Federal. (PL 4.851-A/05) ///</p> <p><b>Situação atual:</b> 16/5/2007 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) - Remessa ao Senado Federal por meio do Of. n. 146/07/PS-GSE. 17/05/2007 PLEG - PROTOCOLO LEGISLATIVO - Esta matéria passa a tramitar como Emenda da Câmara dos Deputados - ECD 00254 2004.</p>
<p><b>PL-5921/2001</b>  <b>Proposta original: PL-5921/2001</b>  -&gt; <b>Autor:</b> Luiz Carlos Hauly – PSDB/PR <b>Distribuição:</b> CDC e CCJC <b>Relator:</b> CDC – Dep. Maria do Carmo Lara – PT/MG</p>	<p><b>Objeto/Ementa:</b> Altera o Estatuto da Criança e do Adolescente, proibindo publicidade de produtos dirigidos à crianças no horário de sete e vinte e uma horas. <b>(Proibindo a publicidade para a venda de produtos infantis).</b></p> <p><b>Situação anterior/Histórico</b> -13/2/2007 - (MESA) - Apresentação do REQUERIMENTO N.º 247, DE 2007, pelo Deputado(a) Luiz Carlos Hauly, que solicita o desarquivamento de proposição. /// 10/4/2007 - (MESA) - Desarquivado nos termos do Artigo 105 do RICD,, em conformidade com o despacho exarado no REQ-247/2007. /// 12/4/2007 - <b>Comissão de Defesa do Consumidor (CDC)</b> - Prazo para Emendas ao Projeto (5 sessões ordinárias a partir de /// 13/04/2007) /// 24/4/2007 - (CDC) - Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas. /// 25/4/2007 - (CDC) - Devolvida à Relatora, Dep. Maria do Carmo Lara (PT-MG)</p>
<p><b>POSIÇÃO DO CONSELHO: A FAVOR.</b></p>	<p><b>Situação atual:</b> 24/5/2007 - <b>PLENÁRIO (PLEN)</b> - Apresentação do Requerimento nº 1045, de 2006, pelo Deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR), que requer urgência na apreciação do PL nº 5.921, de 2001.</p>
	<p>30/5/2008 - (CDC) - parecer da Relatora, Dep. Maria do Carmo Lara (PT-MG), pela aprovação, com substitutivo.  9/7/2008 - (CDC) - Aprovado o Parecer contra os votos dos Deputados Cezar Silvestri, Efraim Filho e Vinicius Carvalho. O Deputado Celso Russomanno apresentou voto em separado. 9/7/2008 - (MESA) - Apresentação do Requerimento nº3000, pelo Deputado Ratinho Junior (PSC-PR),que requer a revisão do despacho de distribuição do Projeto de Lei n.º 5.921, de 2001, para incluir o exame de mérito pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática. 9/7/2008 - <b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Apresentação do Requerimento nº 3005/2008, pelo Deputado Lúcio Vale, que "Requer seja submetido à apreciação da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio o Projeto de Lei nº 5.921, de 2001".  9/7/2008 - <b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Apresentação do Requerimento nº 3005/2008, pelo Deputado Lúcio Vale, que "Requer seja submetido à apreciação da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio o Projeto de Lei nº 5.921, de 2001".  15/8/2008 <b>Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC)</b> - Recebimento pela CDEIC. 3/9/2008 <b>Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC)</b> - Designado Relator, Dep. Osório Adriano (DEM-DF) 4/9/2008 <b>Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC)</b> - Prazo para Emendas ao Projeto (5 sessões ordinárias a partir de 05/09/2008) 16/10/2008 <b>Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC)</b> - Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.</p>
<p><b>PL-4852/2005</b>  <b>Proposta original: PL-4852/2005</b> </p>	<p><b>Objeto/Ementa:</b> Altera o artigo 250 da Lei nº 8.069/90, ECA, Determinando o fechamento definitivo do estabelecimento (hotel, pensão, motel) se verificada a contumácia em hospedar criança ou adolescente sem autorização escrita dos pais ou responsáveis.</p> <p><b>Situação anterior/Histórico:</b></p>

# CORTÊS & ZUPIROLI





A D V O G A D O S










<p>PL nº <b>4852/05</b>, PL-5425/05  <b>Apensos:</b>  <b>Autor(a): Senado Federal</b> - (CPI Mista de Inquérito da Exploração Sexual) <b>Distribuição:</b>  <b>CCJC</b>  <b>Relator(a):</b>  <b>Número no Senado: PLS 255/2004</b></p>	<p>- Originário do Senado com o nº PLS 255/2005. Aguardando ser incluído na Pauta do Plenário. // 14/3/2005 - Definida a tramitação nas comissões CSSF e CCJC. /// Em 16/3/05 - Revejo, por oportuno, o despacho apostado ao Projeto de Lei nº 4.852/05 para determinar que a proposição seja encaminhada ao Plenário, nos termos do art. 143 do Regimento Comum. Publique-se. /// PLEN – 13/4/05, Apresentação do Requerimento de Urgência (Art. 155 do RICD), REQ 2748/2005, pela Dep. Maria do Rosário. /// Em 24/6/05 - Apense-se a este o PL-5425/2005. /// Em 06/07/05 - Aprovado requerimento da Sra. Maria do Rosário que requer urgência urgentíssima para a apreciação do PL. /// Alteração do Regime de Tramitação desta proposição em virtude da Aprovação da REQ 2748/2005. /// Em 06/07/05 - Encaminhado a CCJC e a CSSF. /// Matéria não apreciada em face do encerramento da sessão. /// Em 25/4/06 - Discussão em turno único. Matéria não apreciada em face da não-conclusão da apreciação da MPV 275-C/05, item 01 da pauta, com prazo encerrado. /// Plenário em 2/9/06 - À republicação em virtude de apensação. /// 30.11.06. Discussão em turno único. 30.11.06. Retirado de pauta de ofício. /// 28.02.07. Req. 370/07 da Dep. Luiza Erundina que solicita a inclusão dos PL's 4.125/04, 4.126/04, 4.851/05, 4.852/05, 1.542/91, 1.626/89, 2.869/92, 4.850/05 e PLP's 59/99 e 275/01 na ordem do dia. /// 06.03.07. Discussão em turno único. Matéria não apreciada em face do encerramento da sessão. /// 10/5/2007 - PLENÁRIO (PLEN) - O Projeto foi emendado. Foram apresentadas três Emendas de Plenário. /// 10/5/2007 - (PLEN) - Parecer às Emendas de Plenário proferido pela Relatora, Dep. Maria do Rosário (PT-RS), pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito - "Exploração Sexual", que conclui pela aprovação das Emendas de nºs 1 e 2, e rejeição da Emenda de nº 3. /// 10/5/2007 - (PLEN) - Votação em turno único. 10/5/2007. PLENÁRIO (PLEN) .Aprovadas as Emendas de Plenário de nºs 1 e 2, com parecer favorável. /// 10/5/2007 - (PLEN). Rejeitada a Emenda de Plenário de nº 3, com parecer contrário. /// 10/5/2007 PLENÁRIO (PLEN) - <u>Aprovado o Projeto de Lei nº 4.851, de 2005.</u> /// 10/5/2007 - (PLEN) - Prejudicado o Projeto de Lei nº 5.214, de 2005, apensado. /// A Matéria retorna ao Senado Federal. (PL 4.851-A/05)  <b>Situação atual: 16/5/2007 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA). Remessa ao Senado Federal por meio do Of. n. 147/07/PS-GSE NO SENADO FEDERAL PLS 255/2004</b>  <b>17/05/2007 PLEG - PROTOCOLO LEGISLATIVO</b>          Esta matéria passa a tramitar como Substitutivo da Câmara dos Deputados - SCD 00255 2004.</p>
<p><b>POSIÇÃO DO CONSELHO: EM ABERTO.</b></p>	
<p><b>PL-2654/2003</b>   <b>Proposta original: PL-2654/2003</b>   <b>Apensos:</b>  <b>Autor:</b> Dep. Maria do Rosário – PT/RS  <b>Distribuição:</b>  <b>Relator:</b></p>	<p><b>Objeto/Ementa:</b> Dispõe sobre a alteração da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente, e da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, o Novo Código Civil, estabelecendo o direito da criança e do adolescente a não serem submetidos a qualquer forma de punição corporal, mediante a adoção de castigos moderados ou imoderados, sob a alegação de quaisquer propósitos, ainda que pedagógicos, e dá outras providências.  <b>Histórico/Situação Atual:</b>          30/11/2005 - (CCJC) - Parecer da Relatora, Dep. Sandra Rosado (PSB-RN), pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação, com emendas.  /// 18/1/2006 - (CCJC) - Aprovado por Unanimidade o Parecer /// 23/1/2006 – (CCP) - Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania publicado no DCD de 24/01/06 PÁG 3269 COL 02, Letra C.  /// 26/1/2006 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)          Prazo para apresentação de recurso, nos termos do § 1º do art. 58 combinado com o § 2º do art. 132 do RICD (5 sessões ordinárias a partir de 26/01/2006) ///  <b>Situação atual: 8/2/2006 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) /// Encerramento automático do Prazo de Recurso. Foram apresentados 2 recursos.</b></p>
<p><b>POSIÇÃO DO CONSELHO: A FAVOR.</b></p>	
<b>TIPIFICAÇÃO PENAL</b>	
<p><b>PL-4293/2001</b>   <b>Proposta original: PL-4293/2001</b>           PL 5265/01</p>	<p><b>Objeto/Ementa:</b> Modifica o art. 282 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, INCLUINDO A PROFISSÃO DE VETERINÁRIO NO DISPOSITIVO REFERENTE AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO DO CÓDIGO PENAL.  <b>Situação anterior/Histórico:</b>          - CCJC em 29/06/05 - Designado Relator, Dep. Ibrahim Abi-Ackel (PP-MG). /// 30/3/06 – Devolvida sem manifestação. /// 18/4/06 - Designado Relator,</p>

<p><b>Apensos:</b> <b>PL-5265/2001</b>  -&gt; PL-1049/2007.  PL-2079/2007.  PL-2080/2007.  <b>Autor(a): Dep. Carlos Batata</b> -(PSDB-PE) - <u>(Não se reelegeu)</u> <b>Distribuição:</b> CSSF e CCJC <b>Relator(a):</b> Dep. Rafael Guerra - CSSF Dep. Ibrahim Abi-Ackel PP-MG – CCJC</p>	<p>Dep. Almir Moura (PFL-RJ). <b>/// CCJC – 26/9/06</b> – Parecer do Relator, Dep. Almir Moura (PFL-RJ), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa; e, no mérito, pela aprovação deste, e do PL 5265/2001, apensado, com substitutivo. <b>Situação atual:</b> A proposição principal foi arquivada em 31.01.07, conforme dispõe o art. 105, do RICD. Entretanto, a Autora da proposição que estava apensada (PL 5265/01 – Dep. Vanessa Graziotini) já solicitou em 06.02.07 o desarquivamento, que foi atendido em 09.03.2007. 21/5/2007 – Apensado ao PL-1049/2007. 27/9/2007 (MESA) Apense-se a este o PL-2079/2007.  27/9/2007 (MESA) Apense-se a este o PL-2080/2007. </p>
<p><b>POSIÇÃO DO CONSELHO: EM ABERTO.</b></p>	
<p><b>PL-6222/2005</b>  <b>Proposta original:</b> <b>PL-6222/2005</b>  <b>PL nº 6222/05, PL 1756/03 - PL 6222/2005</b> <b>Apensos:</b> <b>Autor(a):</b> João Matos - PMDB /SC - Reeleito-2007-2010 <b>Distribuição:</b> Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei PL 1756/03 Apensado ao PL 6222/05 <b>Relator(a):</b> Dep. Teté Bezerra (PMDB-MT)</p>	<p><b>Objeto/Ementa:</b> Dispõe sobre a Lei Nacional da Adoção e dá outras providências. Altera o CDCA aumentando o prazo do estágio de convivência para adoção internacional para, no mínimo, 30 ( trinta ) dias; exigindo o estudo prévio e a análise de comissão estadual judiciária de adoção. <b>Situação anterior/Histórico:</b> - - <b>Comis. Especial 17/5/06</b> Apresentação do REQ 3977/2006, pela Dep. Teté Bezerra, que requer a desapensação dos PL's. Nº:2680/03, 2481/03, 3658/04 da Lei Nacional de Adoção. <b>/// Em 13.12.06</b> <b>/// Parecer</b> da relatora, deputada Teté Bezerra, pela constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa, adequação financeira e orçamentária e no mérito, pela aprovação dos projetos de lei nºs 6.222/05, 1.645/03, 1.756/03 e 4.402/04, com substitutivo; pela constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa, adequação financeira e orçamentária do de nº 3.658/04; pela constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa do de nº 2.579/03 e da emenda nº 01/06; pela constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa, inadequação financeira e orçamentária dos de nºs 2.885/04, 2.941/04 e 6.596/06; pela constitucionalidade, injuridicidade, boa técnica legislativa do de nº 806/03; pela inconstitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa, inadequação financeira e orçamentária do de nº 2.680/03; pela inconstitucionalidade, injuridicidade, má técnica legislativa, inadequação financeira e orçamentária dos de nºs 6.485/02 e 2.481/03; pela inconstitucionalidade, injuridicidade, má técnica legislativa dos de nºs 890/03, 1.380/03 e 3.597/04, e, no mérito, pela rejeição dos de nºs 6.485/02, 806/03, 890/03, 1.380/03, 2.481/03, 2.579/03, 2.680/03, 2.885/04, 2.941/04, 3.597/04, 3.658/04, 6.596/06 e da emenda nº 01/06; <b>/// Aprovado por unanimidade</b> o parecer reformulado, apresentaram votos em separado os deputados Laura Carneiro, Laura Carneiro, Maria do Rosário, Luiz Couto e Luiza Erundina. <b>A matéria vai a Plenário.</b> <b>/// Arquivado</b> em 31.01.07 e posteriormente desarquivado, haja vista que a matéria não poderia ter sido arquivada regimentalmente. <b>/// 2/5/2007 - (MESA).</b> Indeferido o pedido de desarquivamento desta proposição constante do REQ-524/2007 porquanto a proposição não foi arquivada. <b>/// 3/5/2007 - Comissão Especial</b> destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 6222, de 2005, que "dá nova redação ao § 2º do art. 46 e ao caput do art. 52 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, sobre adoção internacional". (PL 1756/03 Apensado) (PL622205). Encaminhamento de Parecer à CCP para publicação. <b>/// 3/5/2007 - (CCP) - Parecer</b> recebido para publicação. <b>/// 8/5/2007 -(CCP) - Encaminhada</b> à publicação. Parecer da COMISSÃO ESPECIAL publicado no DCD de 09/05/07, Letra A. <b>Situação atual:-</b> 29/08/2007 - Apresentação do Requerimento nº 1551/2007, pela Deputada Maria do Rosário, que "Requer a inclusão do PL nº 6.222, de 2005, na Ordem do Dia do Plenário, nos termos do inc. XIV do Art. 114 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados". 14/5/2008 - <b>(PLEN)</b> - Discussão em turno único. <b>/// 14/5/2008 - PLENÁRIO (PLEN)</b> - Retirado de pauta por acordo dos Srs. Líderes. <b>/// 15/5/2008 - (MESA)</b> - Apense-se a este o PL-3319/2008.  <b>/// 15/5/2008 - (MESA)</b> - Apense-se a este o PL-3319/2008.  <b>/// 12/6/2008 - (MESA)</b> - Apense-se a este o PL-3527/2008.</p>
<p><b>POSIÇÃO DO CONSELHO: A FAVOR.</b></p>	
<p>20.08.2008 - Redação Final assinada pela Relatora, Dep. Maria do Rosário (PT-RS).  12.09.2008 - Remessa ao Senado Federal por meio do Ofício nº 1.105/08/SGM-P.</p>	

	<p><b><u>NO SENADO FEDERAL.</u></b></p> <p><b>PLS 00314 / 2004</b>  <b>15/09/2008 SSEXP - SUBSECRETARIA DE EXPEDIENTE - Ao PLEG. a pedido.</b>  <b>15/09/2008 PLEG - PROTOCOLO LEGISLATIVO - Esta matéria passa a tramitar como Substitutivo da Câmara dos Deputados - SCD 00314 2004.</b></p>
<p><b><a href="#">PL 7006/2006</a></b> </p> <p>Proposta original: <a href="#">PL-7006/2006</a> </p> <p><b>PL nº 7006/2006</b>  <b>Apensos:</b>  <b>Autor(a):</b> Comissão de Legislação Participativa  <b>Distribuição:</b> CCJC  <b>Relator(a):</b> Dep. Antônio Carlos Magalhães Neto - (PFL/BA)</p>	<p><b>Objeto/Ementa:</b> Altera o Decreto-Lei nº 2.848/40 (Código Penal), o Decreto-Lei nº 3.689/41 (Código de Processo Penal), criando o procedimento da <u>Justiça Restaurativa</u>, para facultar o uso de procedimentos de Justiça Restaurativa no sistema de justiça criminal, em casos de crimes e contravenções penais</p> <p><b>Situação anterior/Histórico:</b> - Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Constituição e Justiça e Redação.</p> <p><b>Situação atual:</b> <b>A proposição foi arquivada em 31.01.07 e desarquivada em 30.04.2007.</b></p> <p>15/10/2008 -Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) - Apense-se a este o PL-4055/2008.</p>
<p><b>POSIÇÃO DO CONSELHO: A FAVOR.</b></p>	
<p><b><a href="#">PLS 227/04</a></b> </p> <p><b>PLS nº 227/2004</b>  <b>(ABORTO E ANENCEFALIA).</b>  <b>Apensos:</b>  <b>Autor:</b> Senador Mozarildo Cavalcanti  <b>Distribuição:</b>  <b>Relator:</b> Edson Lobão</p>	<p><b>Objeto/Ementa:</b> Altera o art. 128 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal, <b><u>para não punir a prática do aborto realizado por médico em caso de anencefalia fetal.</u></b></p> <p><b>Situação anterior/Histórico:</b>  <b>11/08/2004 PLEG - PROTOCOLO LEGISLATIVO //</b> Este processo contém 03 (três) folhas numeradas e rubricadas. À CCJ. /// <b>11/08/2004 ATA- PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO ///</b> 10:00 - Leitura. À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa, onde poderá receber emendas pelo prazo de 5 dias úteis após sua publicação e distribuição em avulsos. Ao Pleg com destino à CCJ. /// Publicação em 12/08/2004 no DSF Página(s): 25640 - 25641 ( Ver Diário ) /// <b>12/08/2004 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania /// Situação:</b> AGUARDANDO RECEBIMENTO DE EMENDAS /// Matéria sobre a Mesa desta Comissão aguardando abertura de prazo para apresentação de emendas e posterior distribuição. /// <b>11/01/2007 SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO ////</b> A presente proposição continua a tramitar, nos termos dos incisos do art. 332 do Regimento Interno e do Ato nº 97, de 2002, do Presidente do Senado Federal. A matéria volta à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. ///</p> <p><b>Situação Atual:</b> <b>24/01/2007 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania /// Situação:</b> PRONTO PARA A PAUTA NA COMISSÃO // Retorna à CCJ. Matéria aguardando instalação da Comissão.</p> <p><b>28/02/2008 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania- Situação:</b> AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR  Matéria aguardando redistribuição em virtude de o Senador Edison Lobão não mais pertencer à CCJ.</p> <p><b>21/05/2008 ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA – PLENÁRIO - A Presidência recebeu o Ofício nº 77, de 2008, da Câmara Municipal de Monte Sião - MG, encaminhando manifestação sobre o presente projeto de lei do Senado. O expediente recebido foi juntado à matéria referida, que retorna à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. À CCJ.</b>  Publicação em 22/05/2008 no DSF Página(s): 15858</p> <p><b>21/05/2008 CCJ - Situação:</b> AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR - Retorna à CCJ nesta data. Matéria aguardando redistribuição.</p> <p><b>13/10/2008 SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO</b></p>
<p><b>POSIÇÃO DO CONSELHO: A FAVOR.</b></p>	








	<p>Encaminhado ao Plenário. <b>16/10/2008</b> SGM - SECRETARIA GERAL DA MESA Em reunião realizada no dia 14 de outubro de 2008, a Mesa do Senado Federal aprovou o Requerimento nº 1.200, de 2008, do Senador Marco Maciel, de tramitação conjunta dos Projetos de Lei da Câmara nºs. 97, de 2003, e 69, de 2006, com os Projetos de Lei do Senado nºs. 134, 135, 154, 204, 311, 338, 378, 457 e 508, de 2003; 13, 113, 196 e 227, de 2004; 3, 280, 301, 307, 339, 357, 378 e 383, de 2005; 55, 105, 159, 162, 167 e 283, de 2006; 197, 239, 287, 496, 537, 552 e 689, de 2007; e 7, 148, 149 e 220, de 2008. Aprovado o Requerimento, os Projetos de Lei do Senado perdem o caráter terminativo. As matérias passam a tramitar em conjunto e vão à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, CCJ. Ao Plenário.</p> <p><b>22/10/2008</b> ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO A Presidência comunica ao Plenário a aprovação, pela Mesa do Senado Federal, do Requerimento nº 1.200, de 2008; passando a tramitar em conjunto os PLC 97/2003, PLC 69/2006, PLS 134, 135, 154, 204, 311, 338, 378, 457 e 508/2003; PLS 13, 113, 196 e 227/2004; PLS 3, 280, 301, 307, 339, 357, 378 e 383/2005; PLS 55, 105, 159, 162, 167 e 283/2006; PLS 197, 239, 287, 496, 537, 552 e 689/2007; e PLS 7, 148, 149 e 220/2008. (Os projetos de lei do Senado perdem o caráter terminativo) À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ. À CCJ.</p> <p><b>29/10/2008</b> CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR Recebido nesta Comissão. Matéria aguardando distribuição.</p> <p><b>31/10/2008</b> CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - Encaminhado à Secretaria-Geral da Mesa, a pedido. Tramita em conjunto os PLC 97/2003, PLC 69/2006, PLS 134, 135, 154, 204, 311, 338, 378, 457 e 508/2003; PLS 13, 113, 196 e 227/2004; PLS 3, 280, 301, 307, 339, 357, 378 e 383/2005; PLS 55, 105, 159, 162, 167 e 283/2006; PLS 197, 239, 287, 496, 537, 552 e 689/2007; e PLS 7, 148, 149 e 220/2008. À SSCLSF.</p> <p><b>31/10/2008</b> SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO Encaminhado ao Plenário.</p>
<p><b>PLS 75/07</b>  <b>PLS nº 75/07 - Texto final</b> <b>(EXAME CRIMINOLÓGICO)</b> <b>Apensos:</b> <b>Autor:</b> Senador Gerson Camata <b>Distribuição:</b> <b>Relator:</b></p>	<p><b>Objeto/Ementa:</b> Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, para prever o exame criminológico para progressão de regime, livramento condicional, indulto e comutação de pena, quando se tratar de preso condenado por crime praticado com violência ou grave ameaça à pessoa.</p> <p><b>Situação anterior/Histórico:</b> <b>12/06/2007</b> SSEXP - SUBSECRETARIA DE EXPEDIENTE - <b>Situação: REMETIDO À CÂMARA DOS DEPUTADOS</b> Ofício SF nº 839 de 12/06/07, ao Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados encaminhando o projeto para revisão nos termos do art. 65 da Constituição Federal (fls. 32). <b>/// 04/06/2007</b> ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO <b>/// Situação: APROVADA A MATÉRIA (DECISÃO TERMINATIVA) ///</b> A Presidência comunica ao Plenário o término do prazo, sem que tenha sido interposto recurso, no sentido da apreciação da matéria pelo Plenário, que tendo sido aprovada terminativamente pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, vai à Câmara dos Deputados. À SCLSF e posterior remessa do processado à SEXP. <b>/// Publicação em 05/06/2007 no DSF Página(s): 18297 ( Ver Diário ) /// 24/05/2007</b> ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO <b>///</b> Leitura do Parecer nº 396, de 2007-CCJ (Relator: Senador Demóstenes Torres), pela aprovação da matéria, com o oferecimento da Emenda nº 1 - CCJ. Recebimento do Ofício nº 20, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, comunicando a aprovação da matéria com a Emenda nº 1- CCJ, em caráter terminativo. Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que a matéria seja apreciada pelo Plenário, nos termos do art. 91, § 3º, do RISF. À SSCLSF. Publicação em 25/05/2007 no DSF Página(s): 16452 - 16462 ( <b>Ver Diário</b> ) <b>/// Publicação em 25/05/2007 no DSF Página(s): 16476 ( Ver Diário ) /// ...</b> <b>/// 25/04/2007</b> CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania <b>/// Situação: APROVADO PARECER NA COMISSÃO ///</b> Em Reunião Ordinária realizada nesta data, é aprovado o Projeto, com a Emenda nº 1-CCJ, relatado pelo Senador Demóstenes Torres. Fica prejudicada a Emenda nº 1, de autoria do Senador Aloizio Mercadante, por já estar contemplada na Emenda nº 1-CCJ (art. 300, XVI, do RISF). Anexei o Texto Final do PLS nº 75/2007 (fls. nºs 22/23). Anexei o Ofício nº 20/07-PRESIDÊNCIA/CCJ, que comunica a decisão da Comissão, em caráter terminativo, para ciência do Plenário e publicação no Diário do Senado Federal, art. 91, § 2º, c/c art. 92 do RISF (fls. nº 24 ). <b>/// 12/06/2007</b> SSEXP - SUBSECRETARIA DE EXPEDIENTE <b>/// Situação: REMETIDO À CÂMARA DOS DEPUTADOS ///</b> Ofício SF nº 839 de 12/06/07, ao Primeiro-Secretário da Câmara dos</p>
<p><b>POSIÇÃO DO CONSELHO: CONTRÁRIA.</b></p>	
<p><b>NÚMERO DO PL NA CÂMARA DOS DEPUTADOS: PL nº 1.294/2007</b></p>	











	<p>Deputados encaminhando o projeto para revisão nos termos do art. 65 da Constituição Federal (fls. 32)./// 24/05/2007 ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO /// Leitura do Parecer nº 396, de 2007-CCJ (Relator: Senador Demóstenes Torres), pela aprovação da matéria, com o oferecimento da Emenda nº 1 - CCJ. Recebimento do Ofício nº 20, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, comunicando a aprovação da matéria com a Emenda nº 1- CCJ, em caráter terminativo. Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que a matéria seja apreciada pelo Plenário, nos termos do art. 91, § 3º, do RISF. À SSCLS. /// Publicação em 25/05/2007 no DSF Página(s): 16452 - 16462 ( <b>Ver Diário</b> ) /// Publicação em 25/05/2007 no DSF Página(s): 16476 /// 04/06/2007 ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO /// Situação: APROVADA A MATÉRIA (DECISÃO TERMINATIVA) /// A Presidência comunica ao Plenário o término do prazo, sem que tenha sido interposto recurso, no sentido da apreciação da matéria pelo Plenário, que tendo sido aprovada terminativamente pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, vai à Câmara dos Deputados. À SCLS e posterior remessa do processado à SEXP. /// Publicação em 05/06/2007 no DSF Página(s): 18297 ( <b>Ver Diário</b> ) /// 11/06/2007 SSEX - SUBSECRETARIA DE EXPEDIENTE // Anexado o texto revisado (fls. 31).</p> <p><b>Situação Atual:</b> 12/06/2007 SSEX - SUBSECRETARIA DE EXPEDIENTE - Situação: REMETIDO À CÂMARA DOS DEPUTADOS Ofício SF nº 839 de 12/06/07, ao Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados encaminhando o projeto para revisão nos termos do art. 65 da Constituição Federal (fls. 32).</p> <p><b>ANDAMENTO NA CÂMARA FEDERAL PL 1.294/2007</b></p> <p>12/6/2007 <b>PLENÁRIO (PLEN)</b> - Apresentação do Projeto de Lei. </p> <p>12/6/2007 - <b>(MESA)</b> - Of. nº 839/07-SF que encaminha à Câmara dos Deputados para revisão o Projeto de Lei do Senado nº 75/07. </p> <p>14/6/2007 - <b>(MESA)</b> - Apense-se à(ao) PL-4500/2001. Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário Regime de Tramitação: Prioridade </p> <p>14/6/2007 - <b>(MESA)</b> - Encaminhamento de Despacho de Distribuição à CCP para publicação.</p> <p>22/6/2007 - <b>(CCP)</b> - Encaminhada à publicação. Publicação Inicial no DCD 23 06 07 PAG 31538 COL 02.</p>
<p><b>PLS 190/07</b> </p> <p><b>Texto completo</b> <b>(EXAME CRIMINOLÓGICO)</b></p> <p><b>Apensos:</b> <b>Autor:</b> Sem. Maria do Carmo Alves <b>Distribuição:</b> <b>Relator:</b></p>	<p><b>Objeto/Ementa:</b> Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, para prever o exame criminológico para progressão de regime, livramento condicional, indulto e comutação de pena.</p> <p><b>Histórico/Situação Atual:</b> <b>23/04/2007</b> CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania // Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR /// Não foram oferecidas emendas no prazo regimental. Matéria aguardando distribuição. /// <b>16/04</b>// CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania /// Situação: AGUARDANDO RECEBIMENTO DE EMENDAS /// Prazo para apresentação de Emendas: Primeiro dia: 16.04.2007 Último dia: 20.04.2007 /// <b>13/04/2007</b> CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania /// Situação: AGUARDANDO RECEBIMENTO DE EMENDAS /// Matéria sobre a Mesa desta Comissão aguardando abertura de prazo para apresentação de Emendas, e posterior distribuição. /// <b>12/04/2007</b> ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO /// Leitura. À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em decisão terminativa onde poderá receber emendas por um período de cinco dias úteis, após sua publicação e distribuição em avulsos. Ao PLEG com destino à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. /// Publicação em 13/04/2007 no DSF Página(s): 9610 - 9611 ( Ver Diário ) /// <b>12/04/2007</b> PLEG - PROTOCOLO LEGISLATIVO /// Este processo contém 5 (cinco) folhas numeradas e rubricadas. ///</p> <p><b>Situação atual:</b> <b>23/04/2007</b> CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania /// Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR /// Não foram oferecidas emendas no prazo regimental. Matéria aguardando distribuição.</p>
<p><b>POSIÇÃO DO CONSELHO: CONTRÁRIA.</b></p>	
	<p><b>22/10/2008</b> CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA Ao Senador Antônio Carlos Júnior para relatar.</p>












<b>INTERVENÇÃO DO PSICÓLOGO</b>	
<p><b>PL-6825/2006</b> </p> <p><b>Proposta original:</b> PL-6825/2006 </p> <p><b>Apensos:</b></p> <p><b>Autor(a):</b> Dep. Arnaldo Faria de Sá – PTB/SP -</p> <p><b>Reeleito-2007-2010</b></p> <p><b>Distribuição:</b> CSSF e CCJC</p> <p><b>Relator(a):</b> Dep. Eduardo Barbosa – PSDB/MG</p>	<p><b>Objeto/Ementa:</b> Aumenta de um para três salários mínimos o limite máximo de participação de idoso abrigado no custeio de casa-lar.</p> <p><b>Situação anterior/Histórico:</b> - Em 09.05.06. Encerrada o prazo para apresentação de emendas. Não foram apresentadas emendas./// - A proposição foi arquivada em 31.01.07, conforme dispõe o art. 105, do RICD, mas desarquivada em 15.03.2007, por requerimento do deputado Arnaldo Faria de Sá. /// 27.03.07. Foi designada relatora na CSSF a deputada Gorete Pereira – PR-CE // 04.04.2007 – venceu o prazo de emendas na CSSF. Não foram apresentadas emendas. /// 5/7/2007 - Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) - Apresentação do Parecer do Relator, PRL 1 CSSF, pela Dep. Gorete Pereira  /// 5/7/2007 - Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) - Parecer da Relatora, Dep. Gorete Pereira (PR-CE), pela rejeição. /// 15/08/07 - Vista ao Deputado Armando Abílio. /// - 05/09/2007 Aprovado por Unanimidade o Parecer /// 11/9/2007 - (CSSF) - Encaminhamento de Parecer à CCP para publicação. /// 11/9/2007 - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP) - Parecer recebido para publicação. /// 14/9/2007 - (CCP) - Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Seguridade Social e Família publicado no DCD de 15/09/07, Letra A. ///</p> <p><b>Situação atual:</b> 17/9/2007 - (MESA) - Sujeito a arquivamento, nos termos do art. 133 do RICD. Prazo para apresentação de recurso, nos termos do § 1º do art. 58 do RICD (5 sessões ordinárias a partir de 18/09/2007).</p> <p><b>Será arquivada se não houver recurso, uma vez que a</b> Dep. Gorete Pereira (PR-CE), pela rejeição  3/10/2007 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) - Encerramento automático do Prazo de Recurso. Não foram apresentados recursos. 4/10/2007 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) - Arquivado nos termos do artigo 133 do RICD. 25/3/2008 - CCP) - ao Arquivo - Memorando nº 56/08 - COPER</p>
<p><b>POSIÇÃO DO CONSELHO: EM ABERTO.</b></p>	
<p><b>PL-5013/2005</b> </p> <p>Proposta original: PL-5013/2005 </p> <p><b>Apensos:</b></p> <p><b>Autor(a):</b> Dep. Leo Alcântara – PSDB/CE -</p> <p><b>Reeleito-2007-2010</b></p> <p><b>Distribuição:</b> CTASP e CCJC</p> <p><b>Relator(a):</b></p>	<p><b>Objeto/Ementa:</b> Cria quadros de oficiais e praças temporários nos corpos de bombeiros militares dos Estados e do Distrito Federal.</p> <p><b>Situação anterior/Histórico:</b></p> <p>Em 20.07.2005. Recebimento pela CTASP. /// A proposição foi arquivada em 31.01.07, conforme dispõe o art. 105, do RICD e desarquivada em 10.04.07, por solicitação do autor Dep. Léo Alcântara. /// 17/5/2007 - (CTASP) - Designado Relator, Dep. Roberto Santiago (PV-SP) /// 18/5/2007 - (CTASP) - Prazo para Emendas ao Projeto (5 sessões ordinárias a partir de 21/05/2007) /// 30/5/2007 - (CTASP) - Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas. /// 6/7/2007 - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) - Apresentação do Parecer do Relator, PRL 1 CTASP, pelo Dep. Roberto Santiago /// 6/7/2007 - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) - Parecer do Relator, Dep. Roberto Santiago (PV-SP), <b>pela rejeição.</b>  /// 15/08/07 - Aprovado por Unanimidade o Parecer /// - 27/08/2007 - Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público publicado no DCD de 28/08/07, /// - 05/09/2007 - Encerramento automático do Prazo de Recurso. Não foram apresentados recursos. /// - 28/08/2007 - Sujeito a arquivamento, nos termos do art. 133 do RICD. Prazo para apresentação de recurso, nos termos do § 1º do art. 58 do RICD (5 sessões ordinárias a partir de 29/08/2007). /// 5/9/2007 - (MESA) - Encerramento automático do Prazo de Recurso. Não foram apresentados recursos.</p> <p><b>Situação atual:</b> 6/9/2007 - (MESA) - <b>Arquivado</b> nos termos do artigo 133 do RICD. Uma vez que foi rejeitado nos termos do voto do dep. Roberto Santiago</p> <p>22/2/2008 - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP) - Ao Arquivo através do Memorando nº 22/08 - COPER</p>
<p><b>POSIÇÃO DO CONSELHO: EM ABERTO.</b></p>	
<p><b>PEC-13/2007</b> </p> <p><b>PEC-13/2007</b> </p> <p><b>Autores:</b> Deputados Valtenir Pereira-PSB-MT e Antônio Roberto-PV/MG.</p> <p><b>Distribuição:</b></p>	<p><b>Objeto/Ementa:</b> Acrescenta o inciso VIII ao artigo 208 da Constituição Federal de 1988 com o seguinte teor: Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: VIII - atendimento ao educando, nos ensinos fundamental e médio, por meio de equipe de avaliação formada por psicólogos e assistentes sociais, em parceria com os professores. (...)</p> <p><b>Situação anterior/Histórico:</b></p> <p>apresentada em 08.03.2007. /// 24/4/2007 - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) - Recebimento pela CCJC. /// 10/5/2007 - (CCJC) - Designado Relator, Dep. Vital do Rêgo Filho (PMDB-PB) /// 5/6/2007 - (CCJC) - Apresentação do Parecer do Relator, PRL 1 CCJC, pelo</p>








# CORTÊS & ZUPIROLI

A D V O G A D O S

<p><b>Relator:</b> Dep. Vital do Rêgo Filho – PMDB-PB</p>	<p>Dep. Vital do Rêgo Filho /// 5/6/2007 - <b>(CCJC)</b> - Parecer do Relator, Dep. Vital do Rêgo Filho (PMDB-PB), pela admissibilidade.</p>
<p><b>POSIÇÃO DO CONSELHO: CONTRÁRIA.</b></p>	<p><b>Situação atual:</b> 20.09.07 - aprovado parecer de Comissão, PAR 1 CCJC, da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania 20/9/2007 <b>Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)</b></p>
	<p>Aprovado por Unanimidade o Parecer 26/9/2007 <b>Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)</b> - Encaminhamento de Parecer à CCP para publicação. 7/10/2008 <b>PLENÁRIO (PLEN)</b> - Apresentação do Requerimento nº 3171, de 2008, pelo Deputado Vital do Rêgo Filho (PMDB-PB), que solicita criação de Comissão Temporária destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 13, de 2007, que “Acrescenta o inciso VIII ao artigo 208 da Constituição Federal de 1988.”</p>
<p>PL-7574/2006  <b>Proposta original:</b> PL-7574/2006  <b>Apenso:</b> PL 1381/2007  <b>Autor(a):</b> Dep. Enio Bacci – PDT/RS - Reeleito-2007-2010 <b>Distribuição:</b> CSSF e CCJC <b>Relator(a):</b></p>	<p><b>Objeto/Ementa:</b> Dispõe sobre a obrigatoriedade de todas as agências de modelos, com sede no Brasil, manterem médicos especialistas (endocrinologistas e <b>psicólogos</b>), para acompanhamento da saúde física e mental de todas as jovens contratadas e dá outras providências. <b>Situação anterior/Histórico:</b> - Em 07.12.06. Recebimento pela CSSF. /// - Aguardando designação de Relator /// <b>A proposição foi arquivada em 31.01.07 e desarquivada em 17.7.2007.</b> /// 12/7/2007 - <b>Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)</b> - Apresentação do REQUERIMENTO N.º 1.348, DE 2007, pelo Deputado(a) Enio Bacci, que solicita o desarquivamento de proposição.  /// 17/7/2007 - <b>Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)</b> - Desarquivado nos termos do Artigo 105 do RICD, em conformidade com o despacho exarado no REQ-1348/2007 =&gt; REQ-1/2007 CFT.  /// 16/08/2007 Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas. Apensado o PL 1.381 e reenviado À CETASP. 1/10/2007 <b>(MESA)</b> NOVO DESPACHO: Às Comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público - CTASP, de Seguridade Social e Família - CSSF e de Constituição e Justiça e de Cidadania - CCJC [RICD, art. 54]; Regime de Deliberação: Conclusiva pelas Comissões [RICD, art. 24, II]; Regime de Tramitação: Ordinária.) </p>
<p><b>POSIÇÃO DO CONSELHO: EM ABERTO.</b></p>	<p>3/10/2007 <b>COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)</b> À CSSF o memorando nº 252/07 - COPER, solicitando a devolução deste para posterior encaminhamento à CTASP. 3/10/2007 <b>COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)</b> À CTASP o memorando nº 253/07 - COPER, comunicando a apensação deste ao PL 7574/06. 18/10/2007 <b>Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF)</b> Devolvida sem Manifestação. 18/10/2007 <b>Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF)</b> Devolução à CCP 18/10/2007 <b>Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP)</b> Recebimento pela CTASP, com a proposição PL-1381/2007 apensada. <b>Situação Atual:</b> - 02/04/2008 - Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas. 15/8/2008 <b>Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC)</b> - Recebimento pela CDEIC. 3/9/2008 <b>Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC)</b> Designado Relator, Dep. Osório Adriano (DEM-DF) 4/9/2008 - <b>(CDEIC)</b> Prazo para Emendas ao Projeto (5 sessões ordinárias a partir de 05/09/2008) 16/10/2008 <b>(CDEIC)</b> - Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.</p>
<p>PL-6642/2006  <b>(PROPOSIÇÃO ARQUIVADA)</b></p>	<p><b>Objeto/Ementa:</b> Altera o art. 36 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para inserir o estudo da Filosofia e da Sociologia nos currículos do ensino médio. <b>Situação anterior/Histórico:</b> 6/4/2006 - (CEC) - Prazo para Emendas ao Projeto (5 sessões ordinárias a partir de 07/04/2006) /// 20/4/2006 - Comissão de Educação e Cultura (CEC) /// Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas. /// 2/5/2006 - Comissão de Educação e Cultura (CEC) -</p>

<p><b>Proposta original:</b> PL-6642/2006 </p> <p><b>Apensados:</b> PL 105/2007  e PL 2240/2007 </p> <p><b>Autor:</b> Senado Federal – Álvaro Dias – PSDB/PR</p> <p><b>Distribuição:</b></p> <p><b>Relator:</b> CEC – Ângelo Vanhoni – PT/PR</p> <p><u>Obs.: as disciplinas de Filosofia e Sociologia já foram incluídas nos currículos do ensino médio, através da Resolução CNE/CEB nº 04, de 16.08.06.</u></p>	<p>Devolvida sem Manifestação. /// 4/5/2006 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) /// Apresentação do REQ 3939/2006, pelo Dep. Dr. Ribamar Alves, que "requer a apensação do PL nº 6.642/06 ao PL nº 1.641/03." /// 10/5/2006 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) /// Indeferido o REQ 3939/2006, por intempestividade, nos termos do art. 142, parágrafo único, parte final, do Regimento Interno. DCD 11 05 06 PÁG 23863 COL 01. /// 1/3/2007 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) - Apense-se a este o PL-105/2007.  /// 7/3/2007 - Comissão de Educação e Cultura (CEC) - Designado Relator, Dep. Rogério Marinho (PSB-RN) /// 8/3/2007 - Comissão de Educação e Cultura (CEC) - Prazo para Emendas ao Projeto (5 sessões ordinárias a partir de 09/03/2007) /// 19/3/2007 - Comissão de Educação e Cultura (CEC) - Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas. /// 27/3/2007 - Comissão de Educação e Cultura (CEC) - Devolvida sem Manifestação. /// 28/3/2007 - Comissão de Educação e Cultura (CEC) /// Designado Relator, Dep. Ângelo Vanhoni (PT-PR) /// 25/10/2007 Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) - Apense-se a este o PL-2240/2007.  /// 27/11/2007 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) - Apresentação do Requerimento n. 2045/2007, pelo Deputado Ângelo Vanhoni, que "Requer a apensação do Projeto de Lei nº 1641 de 2003 de autoria do Deputado Ribamar Alves ao Projeto de Lei nº 6642 de 2006 de autoria do Senado Federal". /// 4/12/2007 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) - Indeferido o REQ 2045/07, conforme seguinte despacho: "INDEFIRO o pedido contido no Requerimento n. 2.045/07, por intempestividade, nos termos do art. 142, Parágrafo único, in fine, do RICD. Publique-se. Oficie-se."</p>
<p><b>POSIÇÃO DO CONSELHO: EM ANÁLISE PARA CONSTRUÇÃO DE POSIÇÃO.</b></p>	<p><b>Situação Atual:</b> Parecer do relator Deputado Ângelo Vanhoni -  - propondo a aprovação do projeto e seu apenso nº 105/2007 (dep. Erundina), na forma de substitutivo, <b>contudo não acolhe a inclusão da disciplina de psicologia como estava proposta pela dep. Erundina.</b> O projeto voltou ao relator em dezembro de 2007.</p> <p>10/6/2008 - (MESA) - Tendo em vista a vigência da Lei nº 11.684, de 02 de junho de 2008, que altera o art. 36 da Lei nº 9.394, de 20 dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias nos currículos do ensino médio, declaro, nos termos do art. 164, inciso II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a prejudicialidade do Projeto de Lei nº 6.642/2006 que altera o art. 36 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para inserir o estudo da Filosofia e da Sociologia nos currículos do ensino médio. Publique-se.</p> <p>10/6/2008 - (MESA) - Sujeito a arquivamento, nos termos do § 4º do art. 164 do RICD. Prazo para apresentação de recurso, nos termos do § 2º do art. 164 do RICD (5 sessões ordinárias a partir de 11/06/2008)</p> <p>1/7/2008 - (MESA) - Encerramento automático do Prazo de Recurso. Não foram apresentados recursos.</p> <p>2/7/2008 - (MESA) - Desapensação automática dos PL's 105/2007 e 2.240/2007, em virtude do arquivamento deste, nos termos do § 4º do artigo 164 do RICD.</p> <p>2/7/2008 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) - Arquivado nos termos do § 4º do artigo 164 do RICD.</p>
<p><b>PL 7200/2006</b> </p> <p><b>Proposta original:</b> PL-7200/2006 </p> <p><b>Apenso:</b> PL-4212/2004 </p> <p><b>Autor:</b> Poder Executivo</p> <p><b>Distribuição:</b></p> <p><b>Relator:</b></p>	<p style="text-align: center;"><b>REFORMA UNIVERSITÁRIA</b></p> <p><b>Objeto/Ementa:</b> Estabelece normas gerais da educação superior, regula a educação superior no sistema federal de ensino, altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996; 8.958, de 20 de dezembro de 1994; 9.504, de 30 de setembro de 1997; 9.532, de 10 de dezembro de 1997; 9.870, de 23 de novembro de 1999; e dá outras providências</p> <p><b>Histórico/Situação Atual:</b> 27/6/2006 - PLENÁRIO (PLEN); /// Apresentação do REQ 4160/2006, pelo Dep. José Carlos Aleluia, que "solicita tramitação conjunta dos Projetos de Lei nº 7200/2006, nº 4221/2004 e nº 4212/2004."  /// 29/6/2006 - PLENÁRIO (PLEN) /// Encerramento automático do Prazo de emendamento em plenário, foram apresentadas 368 emendas à matéria. /// 29/6/2006 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) /// Encaminhadas à publicação (DCD nº 114, de 30/06/2006) as Emendas de Plenário ao PL 7200/2006. /// 4/7/2006 - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP) /// Encaminhado à publicação em avulso, com as emendas apresentadas em Plenário (PL 7200-A/06). /// 10/7/2006 - PLENÁRIO (PLEN) /// Ato da Presidência : Constitui Comissão Especial, nos termos do inciso II e § 1º do art. 34 do Regimento Interno. DCD de</p>
<p><b>POSIÇÃO DO CONSELHO: EM</b></p>	

<p><b>ACOMPANHAMENTO.</b></p>	<p>11/07/06 PÁG 34746 COL 01.  /// 11/7/2006 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) /// Deferido o requerimento de apensação, Req. 4160/06, conforme despacho exarado do seguinte teor: "DEFIRO. Apensem-se os Projetos de Lei de números 7.200/2006 e 4.221/2004, ao de número 4.212/2004, nos termos do art. 142 do RICD. A matéria será apreciada em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 2º, da Constituição Federal, pela Comissão Especial já constituída, figurando o PL 4.212/2004 como proposição principal, porque mais antigo (RICD, art. 143, inciso II). Oficie-se ao Requerente e, após, publique-se." DCD de 12/07/06 PÁG 35036 COL 02.  /// 12/7/2006 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) /// Decisão da Presidência: retifique-se o Ato da Presidência datado de 13 de junho de 2006, que criou Comissão Especial para proferir parecer ao Projeto de Lei nº 7.200/06, do Poder Executivo, em face do deferimento do Requerimento nº 4.160/06, do Deputado José Carlos Aleluia, que apensa o referido projeto ao PL 4.212/04, do Deputado Átila Lira, considerando-o como principal, em substituição ao PL 7.200/06. DCD 13 07 06 PAG 35578 COL 01.  /// 13/7/2006 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) /// Revisão do prazo constitucional de 45 dias para apreciação na Câmara dos Deputados (Art. 57, § 2º CF): de 13/06/06 a 27/07/06. Sobresta a pauta a partir de: 28/07/06 /// 2/8/2006 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) /// Apense-se a este o PL-7322/2006.  /// 24/8/2006 - PLENÁRIO (PLEN) /// Apresentação da MSC 722/2006, do Poder Executivo, que "submete à apreciação do Congresso Nacional, Mensagem do Poder Executivo que solicita que seja considerada sem efeito, e, portanto, cancelada a urgência pedida com apoio no § 1º do art. 64 da Constituição para o Projeto de Lei nº 7200 de 2006, que "Estabelece normas gerais da educação superior, regula a educação superior no sistema federal de ensino, altera as Leis nºs 9394, de 20 de dezembro de 1996; 8958, de 20 de dezembro de 1994; 9504, de 30 de setembro de 1997; 9532, de 10 de dezembro de 1997; 9870, de 23 de novembro de 1999; e dá outras providências", enviado ao Congresso Nacional com a Mensagem nº 449, de 2006." DCD de 05/09/06, PÁG 41420 COL 01.  /// 22/9/2006 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) /// Apense-se a este o PL-7444/2006.  /// 14/2/2007 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) /// Apense-se a este o PL-14/2007.  /// 5/3/2007 - Comissão de Educação e Cultura (CEC) /// Apresentação do REQ 18/2007 CEC, pelo Dep. João Matos, que "requer a criação de Subcomissão Especial para analisar o PL nº 7.200/06, que trata da Reforma do Ensino Superior no país."  /// 13/3/2007 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) /// Apresentação do REQUERIMENTO N.º 497, DE 2007, pelo Deputado(a) Comissão de Legislação Participativa, que solicita o desarquivamento de proposição.   <p><b>Situação atual:</b> 21/3/2007 - Comissão de Educação e Cultura (CEC) /// Aprovado requerimento do Sr. João Matos que requer a criação de Subcomissão Especial para analisar o PL nº 7.200/06, que trata da Reforma do Ensino Superior no país. <b>Aguardando funcionamento da Comissão.</b></p> </p>
<b>REVISÃO CONSTITUCIONAL</b>	
<p><b>PEC-157/2003</b>           Texto original: <b>PEC-157/2003</b>   <b>Apensos:</b>  <b>Autor(a):</b> Dep. Luiz Carlos – PFL/SP  <b>Distribuição:</b> Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 157-A, de 2003, do Sr. Luiz Carlos Santos, que "convoca Assembléia de Revisão Constitucional e dá outras providências". (PEC15703).  <b>Relator(a):</b> Dep. Roberto Magalhães – PFL/PE</p>	<p><b>Objeto/Emenda:</b> Convoca Assembléia de Revisão Constitucional e dá outras providências Convocando para 1º de fevereiro de 2007.  <b>Situação anterior/Histórico:</b> -  <b>Situação atual:</b>          Em 10/5/2006 - Aprovado o Parecer contra os votos dos Deputados João Alfredo, Antonio Carlos Biscaia, José Eduardo Cardozo, Luiz Eduardo Greenhalgh, Luiz Antonio Fleury e Jamil Murad, apresentaram votos em separado os Deputados Luiz Eduardo Greenhalgh, Jamil Murad, Alceu Collares e João Alfredo.          Em 24.05.06 - Encaminhada à publicação. Parecer da COMISSÃO ESPECIAL publicado no DCD de 25 05 06 PAG 26831 COL 2, Letra B.  <b>Observação:</b> Continua paralisada na Coordenação de Comissões Permanentes desde maio de 2006.          6/12/2007 <b>PLENÁRIO (PLEN)</b> - Apresentação do Requerimento nº 2097/2007, pelo Deputado Flávio Dino, que "Requer, nos termos regimentais, a apensação da Proposta de Emenda à Constituição nº 193/2007 às Propostas de Emenda à Constituição nº 554/1997 e nº 157/2003".</p>

<b>POSIÇÃO DO CONSELHO: EM ABERTO.</b>	
<b>MEDIAÇÃO</b>	
<p><b>PLC nº 94/02</b>  (Senado Federal) – <b>PL-4827/1998</b>  (na CD) <b>Texto inicial na CD: PL-4827/1998</b>  <b>Apenso:</b> <b>Autor(a): Dep. Zulaiê Cobra</b> <b>Distribuição: CCJ-SF</b> <b>Relator(a):</b> Senador Pedro Simon no SF</p>	<p><b>Objeto/Ementa:</b> Institucionaliza e disciplina a mediação, como método de prevenção e solução consensual de conflitos. <b>Situação anterior/Histórico:</b> - O PLC foi aprovado no Senado Federal com substitutivo. Foi para a Câmara dos Deputados e será apreciado novamente pela Casa. /// - Em 13/7/06 – Remetido à Câmara dos Deputados /// ao Primeiro-Secretário da comunicando que o Senado Federal aprovou, em revisão, Substitutivo ao Projeto originário dessa Casa (fls. 105). /// Plenário 11/7/06 - Aprovado o Substitutivo em turno suplementar. À Câmara dos Deputados. À SEXP. Encaminhado à Publicação. /// Em 07.11.06 - Parecer do Relator, Dep. José Eduardo Cardozo (PT-SP), pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Substitutivo do Senado. /// Em 08.11.06 – Aprovado requerimento de retirada de pauta. /// Aguarda votação na CCJC. /// 28/3/2007 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) - Req. nº 627/07 do Dep. Leonardo Picciani - Pres. da CCJC que solicita a reconstituição dos PL's nºs: 4.345/98; 4.827/98; 2.783/00; 3.884/00; 4593/01; 291/03; 3.670/04; 3.762/04; PDC 497/02; PDC 1.682/02; PLP 64/03 e PRC 82/03 <b>Situação atual:</b> 10/4/2007 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) - Deferido o Requerimento de reconstituição, REQ 627/07, conforme despacho exarado do seguinte teor: "Defiro. Publique-se." <b>Observação:</b> O Substitutivo do Senado que está para ser apreciado na CCJ da CD alterou completamente a proposta original.</p>
<b>POSIÇÃO DO CONSELHO: A FAVOR.</b>	
<b>GRAFOLOGISTA</b>	
<p><b>PL-559/2007</b>  Proposta original: <b>PL-559/2007</b>  <b>Autor:</b> Deputado Joaquim Beltrão - PMDB-AL Distribuição: Conclusiva nas Comissões. CTASP - Rel. Dep. Roberto Santiago. CCJR:</p>	<p><b>Objeto/Ementa:</b> Autoriza os Conselhos Federais a instituírem o Exame de Suficiência como condição para concessão do Registro Profissional. <b>Situação anterior/Histórico:</b> Distribuído ao Deputado Roberto Santiago na CETASP.// 22.06.07 - apresentação do parecer do relator, dep. Roberto Santiago pela aprovação, sem emendas. <b>Situação atual:</b> 22.06.07 - Parecer do Relator, Dep. Roberto Santiago (PV-SP), pela aprovação. </p>
<b>POSIÇÃO DO CONSELHO: EM ABERTO.</b>	
<p><b>PLS nº 121/07 - Complementar</b>  Apensado PLS nº 156/2007 e PLC Nº 89/2007 <b>Autor:</b> Senador Tião Viana-PT-AC <b>Distribuição:</b> <b>CCJ:</b> Rel. Se. Antônio C. Valadares. <b>CAE:</b> Rel. Francisco Dorneles <b>CAS:</b> Rel. Sem. Augusto Botelho.</p>	<p><b>Objeto/Ementa:</b> Dispõe sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente por Estados, Distrito Federal, Municípios e União em ações e serviços públicos de saúde, os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas três esferas de governo. <b>Situação anterior/Histórico:</b> Aprovado Parecer do Sem. Francisco Dorneles em 02.10.0 na CAE.; aprovado parecer do Sem. Antônio Carlos Valadares na CCJ em 05.09.2007. /// Aguardando Realização de Audiência Pública com Ministro da Saúde, José Augusto Temporão, com o Se. de Saúde de Minas Gerais, Marcus Vinicius Caetano Pestana da Silva, com o Sec. De Saúde do Estado do Rio de Janeiro, Sr. Sérgio Luiz Cortes da Silveira, e com um representante do Cons. Nac. de Secretários Municipais de Saúde e representante do Conselho Nacional de Saúde. // 08.11.07 - aguardando inclusão na ordem do Dia do Plenário. Câmara aprovou PI que deve ser apensado a este. ///05/12/2007 ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO // A Presidência comunica ao Plenário o recebimento das seguintes manifestações sobre o Projeto de Lei do Senado nº 121, de 2007-Complementar: Ofício nº 189/2007, da Câmara Municipal de Campo Limpo Paulista, encaminhando Moção aprovada naquela Casa; Ofício nº 365/2007, da Câmara Municipal de Várzea Paulista, encaminhando Moção aprovada naquela Casa; Ofício nº 756/2007, da Câmara Municipal de Bebedouro, encaminhando Moção aprovada naquela Casa; Ofício nº 831/2007, da Câmara Municipal de Jundiá, encaminhando Moção aprovada naquela Casa; Ofício nº 2.449/2007, da Confederação Nacional dos Municípios, e Ofício nº 9.085/2007, da Câmara Municipal de Ribeirão Preto-SP, encaminhando requerimento aprovado naquela Casa. Os expedientes serão juntados ao processado da referida matéria. À SSCLSF. // 10/12/2007 ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO // A Presidência comunica ao Plenário que, tendo em vista a apresentação de</p>
<b>POSIÇÃO DO CONSELHO: A FAVOR.</b>	

dezesseis emendas (Emendas nºs 39 a 54-Plen.), no prazo regimental, ao Projeto de Lei do Senado nº 121, de 2007 - Complementar, retifica o despacho publicado no Diário do Senado Federal do dia 9 de novembro passado, e encaminha as referidas emendas às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, de Assuntos Econômicos e de Assuntos Sociais para exame. À CCJ e, posteriormente, à CAE e CAS. // 10/12/2007 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA Recebido nesta Comissão. Matéria encaminhada ao Senador Antonio Carlos Valadares para emitir Relatório sobre as Emendas de Plenário nºs 39 a 54 (fls. nºs 187/209).

**Situação atual:** Aguarda votação de Requerimento do Sem. Marconi Perillo para fazer tramitar em conjunto também o PLS 126/2007 de sua autoria e o PLC nº 89/2007, de autoria do dep. Golveia.

**09/04/2008** ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA – PLENÁRIO

Situação: APROVADA

A Presidência comunica ao Plenário que recebeu, do Conselho Federal de Medicina, da Federação Nacional de Médicos e da Associação Médica Brasileira, o Ofício nº 972/2008, de 2 do corrente, manifestando-se sobre a presente matéria. (Matéria apreciada após o Item 3 da Ordem do Dia, com aquiescência do Plenário) Rejeitado o Requerimento nº 175, de 2008. É lido e aprovado o Requerimento nº 403, de 2008, de iniciativa da Comissão de Assuntos Sociais, solicitando urgência para o projeto; passando-se a sua imediata apreciação. Anunciada a matéria, é proferido pelo Senador Antonio Carlos Valadares parecer de Plenário em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre as Emendas 39 a 54-PLEN, concluindo contrariamente. (Parecer nº 294, de 2008-PLEN) A seguir, é proferido pelo Senador Augusto Botelho parecer de Plenário em substituição às Comissões de Assuntos Econômicos e de Assuntos Sociais sobre as Emendas 39 a 54-PLEN, concluindo pela apresentação de subemenda à Emenda 39 e contrariamente às demais. (Parecer nº 295, de 2008-PLEN) Aprovado o projeto, ressalvadas as emendas e subemendas, com o seguinte resultado: Sim 58, Não 1, Total 59, tendo o Senador João Tenório retificado seu voto, da tribuna, para Sim. É lido e aprovado o Requerimento nº 404, de 2008, de autoria dos Senadores Antonio Carlos Valadares e Augusto Botelho, solicitando a votação em globo das subemendas às Emendas 1, 17 e 22-CAE e 39-PLEN. Usam da palavra os Senadores Inácio Arruda, Rosalba Ciarlini, Mozarildo Cavalcanti e Arthur Virgílio. Aprovadas, em globo, as Emendas nºs 8, 9, 14, 15 e 24-CAE e as Emendas 26 a 38-CAS com o seguinte resultado: Sim 59, Total 59. Ficam prejudicadas as Emendas 4, 5, 19 e 25-CAE. Aprovadas, em globo, as subemendas da CAS às Emendas 1, 17 e 22-CAE e a subemenda à Emenda 39-PLEN com o seguinte resultado: Sim 54, Total 54, ficando prejudicadas as respectivas emendas, tendo usado da palavra os Senadores Renato Casagrande e José Agripino. O Senador José Maranhão registra, da tribuna, seu voto favorável à matéria. Rejeitadas, em globo, as Emendas 2, 3, 6, 7, 10, 11, 12, 13, 16, 18, 20, 21 e 23-CAE e as Emendas 40 a 54-PLEN com o seguinte resultado: Sim 6, Não 47, Abst. 1, Total 54, tendo usado da palavra os Senadores Kátia Abreu e Papaléo Paes. A seguir, o Senador Demóstenes Torres retifica seu voto, da tribuna, para Não. A Presidência acolhe as retificações de votos, para Não, dos Senadores Wellington Salgado de Oliveira, Paulo Paim e Virgínio de Carvalho. Aprovada a redação final da matéria. (Parecer nº 296, de 2008-CDIR - Relator Senador Tião Viana) À Câmara dos Deputados. À SEXP.

**08/04/2008** SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

Situação: INCLUIDO REQUERIMENTO EM ORDEM DO DIA DA SESSÃO DELIBERATIVA

Anexada cópia das notas taquigráficas respectivamente das reuniões das Comissões de Assuntos Econômicos e de Assuntos Sociais, da apreciação da presente matéria, de nºs 187/224. Incluído em Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de 09/04/2008. Votação, em turno único, do Requerimento nº 175, de 2008, de tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senados nºs 121 e 156, de 2007-Complementares, com o Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2007-Complementar.




**08/04/2008** ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA – PLENÁRIO










Apreciação do requerimento sobrestada em virtude de não haver sido concluída a deliberação a respeito do item 1 da Ordem do Dia, MPV 402/2007, que está trancando a pauta. À SCLSF.

**03/04/2008** SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO




Situação: INCLUIDO REQUERIMENTO EM ORDEM DO DIA DA SESSÃO DELIBERATIVA

Incluído em Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de 08/04/2008. Votação, em turno único, do Requerimento nº 175, de 2008, de tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senados nºs 121 e 156, de 2007-Complementares, com o Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2007-Complementar.

	<p><b>09/04/2008</b> ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO                  Situação: APROVADA (Matéria apreciada após o Item 3 da Ordem do Dia, com aquiescência do Plenário) Rejeitado o Requerimento nº 175, de 2008. É lido e aprovado o Requerimento nº 403, de 2008, de iniciativa da Comissão de Assuntos Sociais, solicitando urgência para o projeto; passando-se a sua imediata apreciação. Anunciada a matéria, é proferido pelo Senador Antonio Carlos Valadares parecer de Plenário em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre as Emendas 39 a 54-PLEN, concluindo contrariamente. (Parecer nº 294, de 2008-PLEN) A seguir, é proferido pelo Senador Augusto Botelho parecer de Plenário em substituição às Comissões de Assuntos Econômicos e de Assuntos Sociais sobre as Emendas 39 a 54-PLEN, concluindo pela apresentação de subemenda à Emenda 39 e contrariamente às demais. (Parecer nº 295, de 2008-PLEN) Aprovado o projeto, ressalvadas as emendas e subemendas, com o seguinte resultado: Sim 58, Não 1, Total 59, tendo o Senador João Tenório retificado seu voto, da tribuna, para Sim. É lido e aprovado o Requerimento nº 404, de 2008, de autoria dos Senadores Antonio Carlos Valadares e Augusto Botelho, solicitando a votação em globo das subemendas às Emendas 1, 17 e 22-CAE e 39-PLEN. Usam da palavra os Senadores Inácio Arruda, Rosalba Ciarlini, Mozarildo Cavalcanti e Arthur Virgílio. Aprovadas, em globo, as Emendas nºs 8, 9, 14, 15 e 24-CAE e as Emendas 26 a 38-CAS com o seguinte resultado: Sim 59, Total 59. Ficam prejudicadas as Emendas 4, 5, 19 e 25-CAE. Aprovadas, em globo, as subemendas da CAS às Emendas 1, 17 e 22-CAE e a subemenda à Emenda 39-PLEN com o seguinte resultado; Sim 54, Total 54, ficando prejudicadas as respectivas emendas, tendo usado da palavra os Senadores Renato Casagrande e José Agripino. O Senador José Maranhão registra, da tribuna, seu voto favorável à matéria. Rejeitadas, em globo, as Emendas 2, 3, 6, 7, 10, 11, 12, 13, 16, 18, 20, 21 e 23-CAE e as Emendas 40 a 54-PLEN com o seguinte resultado: Sim 6, Não 47, Abst. 1, Total 54, tendo usado da palavra os Senadores Kátia Abreu e Papaléo Paes. A seguir, o Senador Demóstenes Torres retifica seu voto, da tribuna, para Não. A Presidência acolhe as retificações de votos, para Não, dos Senadores Wellington Salgado de Oliveira, Paulo Paim e Virgínio de Carvalho. Aprovada a redação final da matéria. (Parecer nº 296, de 2008-CDIR - Relator Senador Tião Viana) À Câmara dos Deputados À SEXP Publicação em 10/04/2008 no DSF Página(s): 8602 - 8629  <b>19/06/2008</b> SGM - SECRETARIA GERAL DA MESA - Recebido neste Órgão, nesta data. Devolvido à SEXP.  <b>19/06/2008</b> SEXP - SECRETARIA DE EXPEDIENTE - À SGM, atendendo solicitação.  <b>08/05/2008</b> SEXP - SECRETARIA DE EXPEDIENTE - Situação: REMETIDO À CÂMARA DOS DEPUTADOS                  Ofício SF nº 597 de 08/05/08, ao Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados encaminhando o projeto para revisão, nos termos do art. 65 da Constituição Federal, o Projeto de Lei do Senado nº 121/07-Complementar (fls. 378 a 387).</p>
<p><b>PLP-1/2003</b>                   Proposta original: <b>PLP-1/2003</b>                   Proposta original: <b>PLP-1/2003</b>                   Autor: Dep. Roberto Gouveia - PT/SP   <b>Senado:</b> PLC nº 89/2007</p>	<p><b>Objeto/Ementa:</b> Regulamenta o § 3º do artigo 198 da Constituição Federal. Regulamenta dispositivo da nova Constituição Federal (Emenda Constitucional nº 29, de 2000), que trata da aplicação de recursos para o financiamento das ações e serviços de saúde.   <b>Situação anterior/Histórico:</b> Aprovada a Redação Final assinada pelo Dep. Maurício Rands (PT-PE). // 31.10.07 - Aprovada vai ao Senado Federal.- Remessa ao Senado Federal em 06.11.07 por meio do Of. n. 642/07/PS-GSE   <b>Situação atual:</b>  <b>No Senado ele recebeu o nº PLC 89/2007.</b>                   Desde 27.02.08 que aguarda votação de um requerimento de tramitação conjunta dos PLSs nºs 121-Complementar e 156-Complementar, ambos de 2007, com o PLC nº 89, de 2007-Complementar, por versarem sobre a mesma matéria.  <b>28/04/2008</b> ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO                  A Presidência comunica ao Plenário que recebeu, do Procurador-Geral da República, o Ofício nº 511/2008, de 14 do corrente, encaminhando manifestação sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2007-Complementar, elaborada pelo Grupo de Trabalho Saúde da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão. O expediente será juntado à matéria, que retorna à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.                  Publicação em 29/04/2008 no DSF Página(s): 10911  <b>29/04/2008</b> CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR                  Retorna à CCJ nesta data. Matéria aguardando distribuição.</p>

	<p><b>24/09/2008</b> ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO A Presidência comunica ao Plenário a aprovação do Requerimento nº 1062, de 2008, pela Mesa do Senado Federal, em reunião realizada em 9 de setembro. Passam a tramitar em conjunto o Projeto de lei da Câmara nº 89, de 2007-Complementar e o Projeto de Lei do Senado nº 156, de 2007-Complementar. As matérias vão à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, à Comissão de Assuntos Econômicos e à Comissão de Assuntos Sociais. À CCJ. Publicação em 25/09/2008 no DSF Página(s): 38326 <b>25/09/2008</b> CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR Recebido nesta Comissão. Matéria aguardando distribuição. (Tramitam em conjunto o PLC nº 89, de 2007 e PLS nº 156, de 2007). <b>14/10/2008</b> CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA Distribuído ao Senador Mozarildo Cavalcanti para emitir relatório. (Tramitam em conjunto o PLC nº 89, de 2007 e PLS nº 156, de 2007). (Art. 84, § 2º, III do RISF).</p>
<p><b>PL-993/2007</b>  Proposta original: <b>PL-993/2007</b>  Autor: Poder Executivo. Relator: Dep. Paulo Malluf  No Senado: PLC nº 44/07  que foi apensado ao PLS 473/03 , o qual foi aprovado.</p>	<p><b>Objeto/Ementa:</b> Regulamentação do Estágio. <b>Situação anterior/Histórico:</b> (Dispõe sobre o estágio de estudantes de instituições de educação superior, de educação profissional e de ensino médio, altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, e dá outras providências.) É de autoria do Poder Executivo, recebeu o nº 993/2007 na Câmara dos Deputados e ali foi relatado pelo dep. Paulo Malluf. Tramitou sob regime de urgência e foi já aprovado na Câmara sob forma de substitutivo. Em seguida foi remetido ao Senado Federal em 04.07.2007 e lá recebeu o nº PLC nº 44/2007 e que, na noite do dia 07.11.07 foi tido por prejudicado em razão da aprovação do PLS nº 473/2003 sobre o mesmo assunto, ao qual aquele se encontrava apensado.. <b>Situação atual:</b> Aprovado o <b>PLS 473/03</b> , ao qual foi apensado o PLC nº 44/07 , o assunto vai voltar à Câmara dos Deputados.</p>
<p><b>POSIÇÃO DO CONSELHO: CONSTRUINDO POSIÇÃO JUNTAMENTE COM A ABEP.</b></p>	<p><u>29/11/2007 (MESA) Recebimento do Ofício nº 1.745/07 (SF) comunicando que a matéria foi prejudicada e arquivada em virtude da aprovação do PLS 473/03, que tramitava em conjunto.</u></p>
	<p><b>Ementa do PLS 473/2003:</b> Dispõe sobre os estágios de estudantes de instituições de educação superior, da educação profissional e do ensino médio, inclusive nas modalidades de educação de jovens e adultos e de educação especial e dá outras providências. 1ª AUTUAÇÃO - CE</p>
<p><b>PL-4126/2004</b>  <b>Proposta original: PL-4126/2004</b>  Autor: CPMI-Exploração sexual. Relatora na CD: Dep. Maria do Rosário  <u>Senado: PLC nº 35/07</u> </p>	<p><b>Objeto/Ementa:</b> Depoimento sem dano. “Acrescenta a Seção VIII ao Capítulo III - Dos Procedimentos - do Título VI - Do Acesso à Justiça - da Parte Especial da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, dispondendo sobre a forma de inquirição de testemunhas e produção antecipada de prova quando se tratar de delitos tipificados no Capítulo I do Título VI do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, com vítima ou testemunha criança ou adolescente e acrescenta o art. 469-A ao Decreto-Lei nº 3.689 de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal. <b>Situação anterior/Histórico:</b> De iniciativa da Comissão Parlamentar Mista sobre Exploração Sexual, foi aprovado pela Câmara sob o nº PL 4.126/2004 e remetido ao Senado. Lá permaneceu na Pauta do Plenário desde o início de junho, sem ser votado. Em 23.10.2007 o Sen. Romero Jucá requereu a apreciação da CCJ e foi aprovado. O CFP se manifestou sobre o projeto em duas oportunidades.</p>
<p><b>POSIÇÃO DO CONSELHO: EM ACOMPANHAMENTO. VAI SOLICITAR A REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA.</b></p>	<p><b>Situação atual:</b> Aguarda designação de Relator na Comissão de Constituição e Justiça do Senado.</p>

	<p><b>05/12/2007</b> CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - Situação: <b>MATÉRIA COM A RELATORIA</b> Distribuído à Senadora Lúcia Vânia, para emitir relatório.</p> <p><b>18/06/2008</b> CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: <b>MATÉRIA COM A RELATORIA</b> Em Reunião Ordinária realizada nesta data, a Comissão aprova o Termo Aditivo nº 1, de 2008 ao Requerimento nº 12, de 2008-CCJ, de autoria da Senadora Lúcia Vânia e do Senador Eduardo Azeredo, para a realização de Audiência Pública para instrução da matéria (fls. 54), com a presença dos seguintes convidados: - Sra. Esther Arantes - integrante da Comissão Nacional de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia; - Sra. Maria Luiza Moura - Presidente do Conanda; - Sr. Fernando Lejdermani - Presidente da Sociedade de Psiquiatria do RS. - Sra. Carmem Silveira de Oliveira - Subsecretária de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente da SEDH; - Sr. José Antonio Daltoé Cezar - Juiz titular da 2ª Vara da Infância e da Juventude de Porto Alegre. A matéria aguarda a realização de Audiência Pública em data oportuna.</p>
<p><b>PL nº 2346/2007</b> <b>Proposta original: PL-2346/2007</b>  Autor: Dep. Luiz Carlos Hauly - PSDB-PR Relator na CSSF da CD: Dep. Jofran Frejat - PR/DF.</p>	<p><b>Objeto/Ementa:</b> Assegura validade ao atestado de profissional de saúde para ausência justificada de trabalho. <b>Situação anterior/Histórico:</b> <b>Situação atual: 07.12.2007 - abriu prazo para apresentação de emendas na CSSF.</b></p>
<p><b>POSIÇÃO DO CONSELHO: A FAVOR.</b></p>	<p>6/3/2008 - <b>Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF)</b> - Devolvida sem Manifestação. 19/3/2008 - <b>Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF)</b> - Designado Relator, Dep. Germano Bonow (DEM-RS) 3/6/2008 - <b>(CSSF)</b> - Apresentação do Parecer do Relator, PRL 1 CSSF, pelo Dep. Germano Bonow  3/6/2008 - <b>(CSSF)</b> - Parecer do Relator, Dep. Germano Bonow (DEM-RS), pela rejeição.</p>
<p><b>Projeto de Lei nº 2084/2007</b> <b>Proposta original: PL-2084/2007</b>  Autor: Dep. Celso Russomano. Relator na CVT da CD: Beto Albuquerque.</p>	<p><b>Objeto/Ementa:</b> Estabelece que a presença de álcool no sangue, em qualquer índice, comprova que o motorista se acha impedido de dirigir. <b>Situação anterior/Histórico:</b> <b>Situação atual: 12.12.07</b> - Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.</p> <p>3/9/2008 <b>Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)</b> Tendo em vista a vigência da Lei 11.705, de 19 de junho de 2008, que Altera a Lei no 9.503, de 23 de setembro de 1997, que 'institui o Código de Trânsito Brasileiro', e a Lei no 9.294, de 15 de julho de 1996, que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumígenos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do § 4º do art. 220 da Constituição Federal, para inibir o consumo de bebida alcoólica por condutor de veículo automotor, e dá outras providências, declaro, nos termos do art. 164, inciso II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a prejudicialidade dos Projetos de Lei nºs 1.602/96, 3.858/97, 4.538,98, 1.160/99, 1.490/99, 3.000/00, 3.114/00, 4.046/01, 6.218/02, 6.622/02, 556/03, 2.665/03, 3.876/04, 4.463/04, 7.640/06, 722/07, 2.084/07, 2.312/07, 2.663/07, 2.666/07, 2.794/08, 2.905/08, 3.010/08, 3.143/08, 3.274/08. Publique-se.</p> <p>3/9/2008 <b>Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)</b> - Sujeito a arquivamento, nos termos do § 4º do art. 164 do RICD. Prazo para apresentação de recurso, nos termos do § 2º do art. 164 do RICD (5 sessões ordinárias a partir de 04/09/2008) 4/9/2008 <b>COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)</b> - Memorando n.º 257/08 à CVT, solicitando a devolução deste, em razão de declaração de prejudicialidade. 8/9/2008 <b>Comissão de Viação e Transportes (CVT)</b> Devolvida sem Manifestação. 8/9/2008 <b>Comissão de Viação e Transportes (CVT)</b> Devolução à CCP 14/10/2008 <b>Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)</b> Encerramento automático do Prazo de Recurso. Não foram apresentados recursos.</p>

	15/10/2008 <b>Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Arquivado, nos termos do § 4º do artigo 164 do RICD.</b>
	<b>PERÍCIAS OFICIAIS</b>
<b>PL 3.653/1997</b> <b>Autor: Dep. Arlindo Chinaglia – PT/SP</b>	<p><b>Objeto/Ementa:</b> Dispõe sobre as perícias oficiais e dá outras providências</p> <p><b>Situação atual:</b> 20/5/2008 - (PLEN) - Matéria não apreciada por acordo dos Srs. Líderes. 28/5/2008 - (CSPCCO) - Aprovado requerimento de retirada de pauta do Relator.</p> <p>4/6/2008 - (CSPCCO) - Parecer do Relator, Dep. Laerte Bessa (PMDB-DF), pela aprovação deste e do PL 244/07, apensado, com substitutivo.  25/6/2008 - (CSPCCO) - Apresentação da Complementação de Voto, CVO 1 CSPCCO, pelo Dep. Laerte Bessa 25/6/2008 - <b>Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO)</b> Parecer com Complementação de Voto, Dep. Laerte Bessa (PMDB-DF), pela aprovação deste, e do PL 244/07, apensado, com substitutivo. 25/6/2008 - <b>Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO)</b> Aprovado o Parecer com Complementação de Voto.</p>
	<b>RESTRIÇÃO CONSUMO BEBIDAS ALCÓOLICAS</b>
<b>PL 4846/1994</b> <b>Autor: Francisco Silva PP/RJ</b> <b>Apensado: PL 2733/08 –do Poder Executivo.</b>	<p><b>Objeto/Ementa:</b> Estabelece medidas destinadas a restringir o consumo de bebidas alcoólicas</p> <p><b>Situação Atual:</b> 27/5/2008 - (CVT) - Apresentação do REQ 79/2008 CVT, pelo Dep. Hugo Leal, que "requer a realização de Audiência Pública conjuntamente com as Comissões de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática, Seguridade Social e Família, para discutir o Projeto de Lei nº 4.846/94 - do Sr. Francisco Silva - que estabelece medidas destinadas a restringir o consumo de bebidas alcoólicas."  29/5/2008 - (CCTCI) - Apresentação do REQ 128/2008 CCTCI, pelo Dep. Ratinho Junior, que "requer a realização de Audiência Pública conjuntamente com as Comissões de Viação e Transportes, Seguridade Social e Família, para discutir o PL 4846, do Sr. Francisco Silva, que estabelece medidas destinadas a restringir o consumo de bebidas alcoólicas."  4/6/2008 - (CVT) - Aprovado requerimento do Sr. Hugo Leal que requer a realização de Audiência Pública conjuntamente com as Comissões de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática, Seguridade Social e Família, para discutir o Projeto de Lei nº 4.846/94 - do Sr. Francisco Silva - que estabelece medidas destinadas a restringir o consumo de bebidas alcoólicas. 1/7/2008 - (PLEN) - Apresentação do Requerimento nº 2952, de 2008, pelo Deputado Raimundo Gomes de Matos (PSDB-CE), que solicita desapensação do Projeto de Lei 2.035/07 do Projeto de Lei nº 4.846/94. 3/9/2008 <b>Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)</b> Indeferido o REQ 3127/08, conforme seguinte despacho: "INDEFIRO o pedido de desapensação do PL n. 3.691/08, ora apensado ao PL n. 3.287/08, que por sua vez está apensado ao PL n. 4.846/94, visto que a decisão proferida para tramitação conjunta das proposições obedece ao disposto no art. 142 do RICD. Oficie-se ao Requerente. Publique-se." 3/9/2008 - (MESA) Apresentação do Requerimento n 3143\2008, pelo Deputado Hugo Leal (PSC-RJ), que Solicita a desapensação do PL nº 3.691/2008 do Deputado Dr. Talmir ao PL nº 4.846/1994. 18/9/2008 (MESA) Indeferido o REQ 3143/08, conforme seguinte despacho: "INDEFIRO o pedido de desapensação do PL n. 3.691/08, ora apensado ao PL n. 3.287/08, que por sua vez está apensado ao PL n. 4.846/08, visto que a decisão proferida para tramitação conjunta das proposições obedece ao disposto no art. 142 do RICD. Oficie-se ao Requerente. Publique-se."</p>

CORTÊS&ZUPIROLI  
A D V O G A D O S

	15/10/2008 (MESA) - Desapensação automática dos PLs 1.602/1996, 3.858/1997, 4.538/1998, 1.160/1999, 1.490/1999, 3.000/2000, 3.114/2000, 4.046/2001, 6.218/2002, 6.622/2002, 2.665/2003, 7.640/2006 e 3.010/2008, em função do arquivamento dos mesmos, nos termos do § 4º do artigo 164 do RICD. 23/10/2008 Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este o PL-4128/2008

**PROPOSIÇÕES ARQUIVADAS.**

<p>PLC nº 90/2001 (ARQUIVADA)                  Apensos:                  Autor (a): Dep. Aldo Rebelo - PCdoB/SP - reeleito-2007-2010                  Distribuição: CTASP, CAS, SF e CCJC                  Relator(a): 1. Dep. Agnelo Queiroz-CETASP;                  2. Dep. Vicente Arruda-CAS                  2.1. Dep. Fernando Coruja – redação final                  3. Sen. Augusto Botelho - SF</p>	<p>Objeto/Ementa: Regulamenta a profissão de Tecnólogo.                  Situação anterior/Histórico:                  - Aprovado com emendas nas duas comissões da Câmara, encaminhado ao Senado Federal e agora aguarda o parecer na CAS do Senado Federal.                  Situação atual:                  CAS – desde 28/08/03, aguardando audiência pública para instrução do Projeto.                  20/12/2006 CAS - Comissão de Assuntos Sociais - Devolvido pelo relator, Senador Augusto Botelho, a pedido.                  22/12/2006 CAS - Comissão de Assuntos Sociais - Encaminhado à Secretaria-Geral da Mesa, para atender ao disposto no art. 332, do Regimento Interno do Senado Federal (Final da 52ª Legislatura). À SSCLSF.</p> <p>Observação: <i>A proposição foi arquivada em 22.01.07, conforme dispõe o art. 332, do RISF.</i>                  05/03/2007 SSEX - SUBSECRETARIA DE EXPEDIENTE                  Ofício SF nº 249 de 07/02/07, ao Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados comunicando que o Projeto de Lei da Câmara nº 90/01, foi arquivado nos termos do disposto no art. 332 do Regimento Interno do Senado Federal (fls. 23). Ao Protocolo Legislativo com destino ao Arquivo.                  04/04/2007 SARQ - Secretaria de Arquivo - Arquivado.</p>
<p><b><u>PL nº 1.125/2007</u></b>                  Autor: Dep. Vital do Rego Filho – PMDB/PB</p>	<p><b><u>Objeto/Ementa:</u></b>                  Determina a inclusão dos profissionais Psicólogos, Fonoaudiólogos e Fisioterapeutas no Programa Saúde da Família - PSF , da Política Nacional de Atenção Básica.</p> <p><b><u>Histórico:</u></b>                  22/5/2007 - <b>PLENÁRIO (PLEN)</b> - Apresentação do Projeto de Lei pelo Deputado Vital do Rêgo Filho (PMDB-PB).                  25/5/2007 - <b>Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)</b> - Apense-se à(ao) PL-3256/2004. Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II Regime de Tramitação: Ordinária.                  25/5/2007 - <b>(MESA)</b> - Encaminhamento de Despacho de Distribuição à CCP para publicação.                  28/5/2007 - <b>COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)</b> - Encaminhada à publicação. Publicação Inicial no DCD 29 05 07 PAG 26880 COL 02.                  29/5/2007 - <b>Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF)</b> - Recebimento pela CSSF.                  26/2/2008 - <b>(PLEN)</b> - Apresentação do Requerimento nº 2324, de 2008, pelo Deputado Vital do Rêgo Filho (PMDB-PB), que solicita a retirada do Projeto de Lei nº 1125/2007, que “Determina a inclusão dos profissionais Psicólogos, Fonoaudiólogos e Fisioterapeutas no Programa Saúde da Família - PSF, da Política Nacional de Atenção Básica.”                  29/2/2008 - <b>Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)</b> - Retirado, em face do deferimento do requerimento REQ 2324/2008, nos termos do artigo 114, VII, do RICD.                  4/3/2008 - <b>COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)</b> - À CFT o Memorando nº 38/08, solicitando a devolução deste, em razão de retirada.                  6/3/2008 <b>(CFT)</b> - Devolução à CCP - 12/3/2008 - <b>Comissão de Finanças e Tributação (CFT)</b> - Encaminhamento de Parecer à CCP para publicação.                  25/3/2008 - <b>(CCP)</b> - ao Arquivo - Memorando nº 56/08 - COPER</p>

# CORTÊS & ZUPIROLI




A D V O G A D O S

<p>PLS 77/03 (ARQUIVADA)</p> <p>Apensos:          Autor(a): Sen. João Alberto Souza          PMDB/MA - (Não se reelegeu)          Distribuição: CAS do Senado Federal Relator(a):          Sen. Mão Santa (PMDB-PI)</p>	<p>Objeto/Ementa: Torna obrigatória a presença de Psicólogo Hospitalar nos serviços de saúde pública e privados.          Situação anterior/Histórico: CAS – em 09/12/03, devolvido pelo Relator, com minuta de Parecer concluindo pela aprovação do Projeto, nos termos do substitutivo.          CCJ – em 17/11/04. Encaminhada à CCJ pela CAS após aprovação de aprovação do requerimento nº 30/2004. Aguardando designação do Relator. // CCJ-SF – 04/02/2005 - Distribuído ao Senador Sibá Machado, para emitir relatório. // CCJ-SF 25/1/06 – Devolvido pelo Senador Sibá Machado para redistribuição. Matéria aguardando designação de relator. // 04/01/2007 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Encaminhado à Secretaria-Geral da Mesa, para atender ao disposto no art. 332, do Regimento Interno do Senado Federal (Final da 52ª Legislatura). À SSCLSF.          Situação atual: Arquivada em 22.01.07, conforme dispõe o art. 332, do RISF.          05/03/2007 SARQ - Secretaria de Arquivo - Processo arquivado.</p>
<p>PL nº 3124/97 (ARQUIVADO)</p> <p>Apensos:          Autor(a): Dep. Barbosa Neto-PMDB/GO - não se reelegeu. Cand. a governador.          Distribuição: CTASP, CECD e CCJC          Relator(a): CETASP - Dep. Sandro Mabel          - CECD - Dep. Marisa Serrano e          CCJC - Dep. Mendes Filho</p>	<p>Objeto/Ementa: Regulamenta Profissão de Psicopedagogo          Situação anterior/Histórico:          - CTASP - aprovado parecer favorável do relator contra o voto do Dep Jovair Arantes.          - CECD – aprovado parecer favorável da relatora com emendas, contra os votos dos Deputados Gilmar Machado (PT-MG) e Professor Luizinho (PT-SP).          - CCJC – Parecer do Relator pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, com substitutivo, e das Emendas da CECD, com subemenda.          Não foram apresentadas emendas ao substitutivo.          - CCJC – desde 12.05.2004, pronto para a pauta, aguardando deliberação.          - Em 11/05/05 – entra na pauta da CCJC – Não deliberado.          - CCJC Em 17/08/05 – Não deliberado.          - 08/11/05 - Devolvido ao Relator, Dep. Mendes Ribeiro Filho (PMDB-RS). Retirado de pauta a requerimento do Relator.          - Em 24/11/05 – Devolvido sem manifestação.          - CCJC 18/1/06 - Devolvida pelo Relator sem Alterações no Parecer.          Situação atual: Foi arquivada em 31.01.07, conforme dispõe o art. 105, do RICD. Até agora não houve apresentação de requerimento de desarquivamento.</p>
<p>PL nº 2419/00 (ARQUIVADO)</p> <p>Apensos:          Autor(a): Dep. Jandira Feghali - PCdoB/RJ - (Não se reelegeu)          Distribuição: CECD e CCJC          Relator(a): Dep. Esther Grossi - PT/RS</p>	<p>Objeto/Ementa: Regulamenta profissão e cria Conselho Federal e Regional de Psicomotricidade.          Situação anterior/Histórico:          CECD – aprovado parecer contrário em caráter conclusivo (sujeito a arquivamento). // A autora interpôs recurso contra poder conclusivo da CECD. // MESA – desde 04/10/2000, aguardando deliberação de Recurso. // - Em 31/1/03 - Arquivado nos termos do Artigo 105 do Regimento Interno. // 01/4/03 - Desarquivado (Art. 105 do RICD) e desde então encontra-se na Mesa Diretora sem encaminhar às Comissões.          Situação atual: Arquivado em 31.01.07, conforme dispõe o art. 105, do RICD.</p>
<p>PLS 043/02</p> <p>Apensos:          Autor(a): Sen. Arthur da Távola          PSDB/RJ - Não se reelegeu          Distribuição: CAS          Relator(a): Sen. Sibá Machado-PT-AC</p>	<p>Objeto/Ementa: Regulamenta a profissão de astrólogo.          Situação anterior/Histórico: - Devolvido pelo Senador Sibá Machado, com minuta de parecer concluindo pela aprovação da emenda nº 1, na forma de uma subemenda e pela aprovação da emenda nº 2, de autoria da Senadora Emilia Fernandes. Obs: As emendas foram apresentadas pela Senadora, dentro do prazo regimental, e o Substitutivo foi aprovado em 19.06.2002. Matéria pronta para pauta. // CAS – desde 06/11/03, matéria pronta para pauta. // CAS - 17/03/2005, aguardando designação do relator, reunida a comissão, em 16/03/05, a matéria é retirada de pauta para redistribuição. aguardando designação de Relator. // CAS - 19/04/2005 - // Matéria com a Relatora Senadora Ideli Salvatti. // 18/12/2006 CAS - Comissão de Assuntos Sociais // Devolvido pela relatora, Senadora Ideli Salvatti, a pedido. // 22/12/2006 CAS - Comissão de Assuntos Sociais // Encaminhado à Secretaria-Geral da Mesa, para atender ao disposto no art. 332, do Regimento Interno do Senado Federal (Final da 52ª Legislatura). À SSCLSF.          Situação atual: Arquivada em 20.03.07, conforme dispõe o art. 332, do RISF.</p>

<b>TRIBUTÁRIO E FISCAL</b>	
<p><b>PLS 405/99</b>  <b>Apenso:</b>  <b>Autor(a):</b> Sen. Luiz Estevão                      Sem mandato  <b>Distribuição:</b> CAE  <b>Relator(a):</b> Sen. Jorge Bornhausen (PFL/SC)</p>	<p><b>Objeto/Ementa:</b> Adoção do Simples pelos profissionais Liberais- microempresas  <b>Situação anterior/Histórico:</b> Distribuição Ao Senador Jorge Bornhausen, para relatar, por ordem do então Presidente da Comissão, Senador Ramez Tebet.  <b>Situação atual:</b> CAE – desde 25/02/03, aguarda parecer do relator.  <b>21/12/2006</b> CAE - Comissão de Assuntos Econômicos                      À SSCLSF (art. 332 do Regimento Interno do Senado Federal).  <b>Situação atual: A proposição foi arquivada em 09.04.07, conforme dispõe o art. 332, do RIAF.</b></p>
<p>PL nº 3686/04 (ARQUIVADA)                      (Reapresentado – PL 22/07 – Dep. Dr. Rosinha – PT/PR).                      Apenso:                      Autor(a): Dep. Roberto Gouveia                      PT/SP - (Não se reelegeu)                      Distribuição: CDC, CSSF e CCJC                      Relator(a): Dep. Paulo Lima - (PMDB/SP)</p>	<p>Objeto/Ementa: Estabelece o Código Nacional de Direitos dos Usuários das Ações e dos Serviços de Saúde.                      Situação anterior/Histórico: - CDC - em 03/08/04, encerrado prazo para emendas. Foi apresentada uma emenda.                      Em 02/5/05 - Parecer do Relator, Dep. Paulo Lima (PMDB-SP), pela aprovação deste, e pela rejeição da emenda supressiva a ele apresentada na Comissão.                      Em 4/05/05 - Vista ao Deputado José Carlos Araújo.                      Em 9/5/05- Parecer do Relator, Dep. Paulo Lima (PMDB-SP), pela aprovação deste, com emendas, e pela rejeição da emenda 1/2004 apresentada pelo Deputado Alberto Fraga.                      CDC em 18/5/05 – Aprovado por unanimidade o Parecer.                      Em 19/5/05 – Recebimento pela CSSF, proposição recebida para publicação.                      Em 25/5/05 - Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Defesa do Consumidor publicado no DCD de 26/05/05, Letra A.                      CSSF - 31/05/05, Designado Relator, Dep. Dr. Rosinha (PT-PR)                      CSSF - 1/6/05, Abertura de Prazo para Emendas ao Projeto a partir de 02/06/2005                      CSSF - 8/6/05, Encerrado o prazo para emendas. Não foram apresentadas Emendas.                      Situação atual: Arquivada em 31.01.07, conforme dispõe o art. 105, do RICD e até a presente data não houve pedido de desarquivamento.</p>

# CORTÊS & ZUPIROLI



A D V O G A D O S



<p>Proposição: PL-7578/2006  (ARQUIVADA)</p> <p>Proposta original: PL-7578/2006  -&gt;</p> <p>Proposta original:</p> <p>Autor: Lincoln Portela – PT/MG</p> <p>Distribuição: CTASP e CCJC</p> <p>Relator: CTASP - Gorete Pereira – PR/CE</p>	<p>Objeto/Ementa: Altera a Consolidação das Leis do Trabalho para exigir a realização de avaliação psicológica pré-admissional por parte do empregado que trabalhará com crianças e adolescentes.</p> <p>Situação anterior/Histórico: 16/5/2007 – CTASP - Apresentação do Parecer do Relator, PRL 1 CTASP, pela Dep. Gorete Pereira. // 17/5/2007 – CTASP - Devolvida à Relatora, Dep. Gorete Pereira (PR-CE). // 17/5/2007 – CTASP - Apresentação do Parecer do Relator, PRL 2 CTASP, pela Dep. Gorete Pereira. // 17/5/2007 – CTASP - Parecer da Relatora, Dep. Gorete Pereira (PR-CE), pela rejeição. // 23/5/2007 - (CTASP). Aprovado por Unanimidade o Parecer // 5/6/2007 - (CTASP). Encaminhamento de Parecer à CCP para publicação - Ofício nº 84/2007-CTASP. // 6/6/2007. COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP) - Parecer recebido para publicação. // 14/6/2007- (CCP) - Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público publicado no DCD de 15/06/07, Letra A. // 21/6/2007 - (MESA) - Autorização para abertura de prazo recursal contra Pareceres Contrários quanto ao Mérito. // 22/6/2007 - (MESA) - Sujeito a arquivamento, nos termos do art. 133 do RICD. Prazo para apresentação de recurso, nos termos do § 1º do art. 58 do RICD (5 sessões ordinárias a partir de 25/06/2007) // 12/7/2007 - (MESA) - Encerramento automático do Prazo de Recurso. Não foram apresentados recursos. //</p> <p>Situação atual: 13/7/2007 - (MESA) - Arquivado nos termos do artigo 133 do RICD. / 01.10.07 - Coordenação de Com. Permanentes - Ao Arquivo -</p> <p>Memorando nº 250/07 - COPER </p> <p>Observação:</p>
<p>PEC 328/01 (Arquivada)</p> <p>Aposos: PEC 185/03</p> <p>Autor(a): Dep. Pedro Henry</p> <p>PPB/MT - Reeleito-2007-2010</p> <p>Distribuição: CCJC</p> <p>Relator(a): Dep. Paulo Magalhães PFL/BA</p>	<p>Objeto/Ementa: Altera art. 5º da Constituição Federal. Natureza jurídica dos Conselhos</p> <p>Situação anterior/Histórico:</p> <p>- CCJC - parecer favorável do Relator Fernando Gonçalves. Devolvido por força de saída do relator da comissão. Designado novo relator, Dep. Paulo Magalhães; // CCJC - em 24/03/04, apresentação do parecer do Relator pela inadmissibilidade desta, e pela admissibilidade da PEC 185/2003, apensada. // Pronto para pauta.</p> <p>Em 24/3/05 A matéria entra na Pauta da CCJC. // CCJC em 17/08/05 – Foi aprovado por Unanimidade na CCJC o Parecer do Relator Dep. Paulo Magalhães PFL-BA, pela inadmissibilidade desta, e pela admissibilidade da PEC 185/2003, apensada. // 23/8/05 Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania publicado no DCD de 24/08/05, Letra A. // Em 28/8/05 - Sujeito a arquivamento, nos termos do artigo 54, combinado com o artigo 58, § 4º do RI. Prazo para apresentação de recurso artigo 58, § 2º (05 sessões ordinárias) a partir de: 29.08.05. Em 12/9/05 -Encerramento automático do Prazo de Recurso. // Em 6/9/05 - Arquivada. Não houve recurso ao Plenário questionando a decisão da CCJC pela inadmissibilidade da PEC 328/01, a mesma fora arquivada, nos termos do artigo 58, § 4º do RICD. Em 12.09.05. Encerramento automático do Prazo de Recurso. //</p> <p>Situação atual:-</p> <p>12/9/2005 -Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) - Encerramento automático do Prazo de Recurso.</p>
<p>PL 867/95 (ARQUIVADA)</p> <p>Aposos:</p> <p>Autor(a): Dep. Paulo Lima - PMDB/SP - (Não se reelegeu)</p> <p>Distribuição: CEIC, CTASP e CCJC</p> <p>Relator(a): Dep. Antônio Balhmann - CEIC</p> <p>Dep. Ricardo Rique - CETASP</p> <p>Dep. Babá - CETASP (parecer vencedor)</p> <p>Dep. Paulo Rocha - CCJC</p>	<p>Objeto/Ementa: Registro de empresas nos Conselhos</p> <p>Ementa: Dispõe sobre o regime de profissionais e de empresas nas entidades fiscalizadoras do exercício de profissões e dá outras providências.</p> <p>Situação anterior/Histórico: - CEIC – aprovado com substitutivo.</p> <p>CTASP – rejeitado parecer favorável com emenda. Aprovado parecer vencedor do Dep. Babá pela rejeição.</p> <p>Pareceres contrários levam projeto ao Plenário.</p> <p>CCJR - designado relator, Dep. Nelson Pellegrino, que forneceu parecer pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, com emendas. O dep. deixou de ser membro da comissão e foi designado novo relator, dep. Paulo Rocha.</p> <p>Situação atual: - CCJC - em 01/08/03, designado novo relator Dep. Paulo Rocha.</p> <p>Aguardando parecer.</p> <p>CCJC em 12/4/05 - Devolvida sem Manifestação.</p> <p>Em 5/5/05 – Designado novamente o Relator, Dep. Nelson Pellegrino (PT-BA).</p> <p>Situação atual: Arquivada em 31.01.07, conforme dispõe o art. 105, do RICD e não houve requerimento para desarquivamento até esta data.</p>

**CORTÊS&ZUPIROLI**  
A D V O G A D O S


<p>PL nº 5816/05 (ARQUIVADA) Aptos: Autor(a): Elimar Máximo Damasceno – PRONA/SP - (Não se reelegeu) Distribuição: CSSF, CTASP e CCJC Relator(a):</p>	<p>Objeto/Ementa: Apoio psicológico às pessoas que desejarem deixar a homossexualidade Situação anterior/Histórico: - Em 5/9/05 - Encaminhada à publicação. Publicação Inicial no DCD de 6/9/05. CSSF em 6/9/05 - Recebimento pela CSSF. Ainda não foi designado Relator. CSSF 4/10/05 - Designada Relatora, Dep. Jandira Feghali (PCdoB-RJ). 6/10/05 – Aberto prazo para Emendas a partir do dia 7/10/05. 18/10/05 - Encerrado o prazo sem apresentação de emendas. CSSF 8/06/06 - Parecer da Relatora, Dep. Jandira Feghali (PCdoB-RJ), pela rejeição. Situação atual: Arquivada em 31.01.07, conforme dispõe o art. 105, do RICD e não houve requerimento de desarquivamento até esta data.</p>
<p>PL nº 7490/2006 (ARQUIVADA) Aptos: Autor(a): Dep. Carlos Nader – PL/RJ (Não se reelegeu) Distribuição: CSSF, CFT e CCJC Relator(a): Dep. Colbert Martins – PPS/BA.</p>	<p>Objeto/Ementa: Institui o Programa de Apoio Médico-Terapêutico e Educacional aos Portadores de Deficiência Auditiva Profunda em todo o País Situação anterior/Histórico: - 13.10.2006. Recebimento pela CSSF. 27.11.07 – Encerrado prazo para emendas. Não foram apresentadas emendas. 09.11.06 – Designado Relator – Dep. Colbert Martins – PPS/BA. Situação atual: A proposição foi arquivada em 31.01.07, conforme dispõe o art. 105, do RICD e não houve requerimento de desarquivamento. 19/02/2008 Ao Arquivo através do Memorando nº 16/08 - COPER</p>
<p>PL nº 6885/2006 (ARQUIVADA) Aptos: Autor(a): Dep. Carlos Nader – PL/RJ - (Não se reelegeu) Distribuição: CSSF, CFT e CCJC Relator(a): Dep. Suely Campos - PP/RR</p>	<p>Objeto/Ementa: Torna obrigatório o acompanhamento psicológico das pessoas abrigadas em orfanatos, creches e asilos. Situação anterior/Histórico: - Dep. Suely Campos – PP/RR. Em 17.05.06. Encerrado o prazo para apresentação de emendas. Não foram apresentadas emendas. Situação atual: A proposição foi arquivada em 31.01.07, conforme dispõe o art. 105, do RICD e não houve requerimento de desarquivamento. - 19/02/2008 Ao Arquivo através do Memorando nº 16/08 - COPER</p>
<p>PL nº 6.585/2006 (ARQUIVADA) Aptos: Autor: Dep. Eduardo Campos - PSB-PE Distribuição: CETASP com poder conclusivo Relator(a): Dep. Pastor Francisco Olímpio.</p>	<p>Objeto/Ementa: Regulamenta a profissão de grafologista. Situação anterior/Histórico: - Antes mesmo da apreciação pela Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, houve aprovação de Requerimento de urgência de iniciativa do dep. Renato Casagrande e a matéria foi remetida ao Plenário em março de 2006, tendo constado da pauta da sessão do dia 28 daquele mês. Posteriormente a proposta constou da pauta de várias sessões e não logrou apreciação ou em razão de falta de quorum ou de apreciação de Medidas Provisórias. Em maio de 2006, o deputado Pastor Francisco Olímpio foi nomeado relator pela CETASP, apresentando seu relatório em 21.12.2006, favorável sem emendas. Contudo, o parecer não foi apreciado. Situação atual: A proposição foi arquivada em 31.01.07, conforme dispõe o art. 105.</p>









<b>CONSELHEIRO</b> REJANE	<b>PROJETO</b>	<b>OBJETO</b> TEMAS MULHURES
------------------------------	----------------	---------------------------------


CONSELHEIRO REJANE	PROJETO	OBJETO TEMAS MULHURES
	<b>PL 4559/04</b>	<p><b>- Ementa:</b> Substitutivo ao PL que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8o do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção para a Eliminação de todas as formas Discriminação contra as Mulheres e da Convenção de Belém do Pará, dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e dá outras providências.</p> <p><b>Situação Atual:</b></p> <p><b>Transformado na Lei Ordinária nº 11.340/2006. (LEI MARIA DA PENHA)</b></p>
	<p><b>PL 3460/04</b> Autor: Zaratini – PT/SP Distribuição: CCJC Relator: José Eduardo Cardoso.</p>	<p><b>- Ementa:</b> Inclui dentre os crimes de lavagem de dinheiro os Crimes contra a Ordem Econômica e Tributária, os Crimes contra a Previdência Social e os crimes de tráfico internacional de mulheres e crianças, sendo que a pena será aumentada de um a dois terços se o crime for cometido de forma habitual ou por organização criminosa.</p> <p><b>Situação Atual:</b> 14/4/2004 - <b>Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)</b> - Recebimento pela CCJC. 14/4/2004 - <b>(CCJC)</b> - Designado Relator, Dep. José Eduardo Cardozo (PT-SP) 17/3/2005 - <b>(CCJC)</b> - Parecer do Relator, Dep. José Eduardo Cardozo (PT-SP), pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação.  12/7/2006 - <b>(CCJC)</b> - Aprovado por Unanimidade o Parecer 18/7/2006 <b>(CCP)</b> - Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania publicado no DCD de 19/07/06 PÁG 36822 COL 01, Letra A <b>- A matéria aguarda votação no Plenário da Câmara.</b></p>
	<p><b>PL 1963/03</b> Autor: Dep. Maria Raupp PMDB/RO Distribuição: CSSF e CCJC Relator:</p>	<p><b>-Ementa:</b> Torna obrigatória a disponibilização de vacinas contra a rubéola na rede pública de saúde para a vacinação de mulheres em idade fértil</p> <p><b>Situação Atual:</b> 3/6/2005 - <b>(CCJC)</b> - Parecer da Relatora, Dep. Iara Bernardi (PT-SP), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, nos termos do Substitutivo da Comissão de Seguridade Social e Família.  3/8/2005 - <b>(CCJC)</b> - Aprovado por Unanimidade o Parecer 16/8/2005 - <b>(MESA)</b> - Abertura de Prazo para Recurso a partir de 17/08/2005 23/8/2005 - <b>(MESA)</b> - Encerramento automático do Prazo de Recurso. 5/10/2005 - <b>(CCJC)</b> - Aprovada a Redação Final por Unanimidade 14/10/2005 - <b>Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)</b> - Remessa ao Senado Federal, através do Of PS-GSE/524/05.</p> <p><b>No SENADO FEDERAL: PLC 102/2005</b></p> <p><b>Situação Atual:</b> <b>01/03/2007 CAS</b> - Comissão de Assuntos Sociais Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA - A Senhora Senadora Serys Slhessarenko para relatar.</p>

CONSELHEIRO REJANE	PROJETO	OBJETO TEMAS MULHURES
	<p><b>PL-1308/03</b></p> <p>Autor: Comissão de Legislação Participativa Distribuição: CCJC Relator: Dep. Antônio Carlos Biscaia</p>	<p>- <b>Ementa:</b> Revoga dispositivos elencados nos Crimes contra os Costumes e alterando a denominação do Capítulo que trata do "Lenocínio e do Tráfico de Mulheres" para "Da Exploração e do Tráfico Sexual", com o fim de incluir as pessoas em geral.</p> <p><b>Situação Atual:</b> 25/5/2004 - <b>(CCJC)</b> - Parecer do Relator, Dep. Antonio Carlos Biscaia, pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação, com substitutivo.  1/6/2004 - <b>(CCJC)</b> - Vista conjunta aos Deputados Alexandre Cardoso, José Eduardo Cardozo e Luiz Eduardo Greenhalgh. 7/6/2004 - <b>(CCJC)</b> - Prazo de vista encerrado. 14/9/2004 - <b>(CCJC)</b> - Aprovado por Unanimidade o Parecer 22/9/2004 - Ecaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania publicado no DCD de 23/09/04, Pág 40839 Col 02, Letra A.</p>
	<p><b>PL-644/03</b></p> <p>Autor: Dep. Sandra Rosado PMDB/RN Distribuição: Relator:</p>	<p>- Assegura o gozo de licença-maternidade às mulheres Parlamentares e dá outras providências. NOVA EMENTA: Assegura o gozo de licença-maternidade e licença - paternidade aos Parlamentares e dá outras providências.</p> <p><b>Situação Atual:</b> 27/11/2003 <b>PLENÁRIO (PLEN)</b> - Preceferido em Plenário, Dep. Iara Bernardi, pela Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.  27/11/2003 - <b>PLENÁRIO (PLEN)</b> - Arovado o Projeto de Lei nº 644, de 2003. 27/11/2003 - <b>PLENÁRIO (PLEN)</b> - Aprovada a Redação Final oferecida pelo Relator, Dep Osmar Serraglio. DCD 28 11 03 PÁG 64722 COL 02. 27/11/2003 - <b>PLENÁRIO (PLEN)</b> - A Matéria vai ao Senado Federal. (PL. 644-B/03) 4/12/2003 - <b>Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)</b> - Remessa ao Senado Federal, através do Of PS-GSE/1095/03.</p> <p><b>NO SENADO FEDERAL: PLC 104/2003</b></p> <p><b>Situação Atual:</b> 25/01/2007 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: PRONTO PARA A PAUTA NA COMISSÃO Retorna à CCJ. Matéria aguardando instalação da Comissão.</p>
	<p><b>PLS-490/03</b></p> <p>Autor: Sen. Patrícia Saboya Distribuição: Relator:</p>	<p>- <b>Ementa:</b> Dispõe sobre a difusão por órgãos públicos dos direitos fundamentais e dos direitos humanos, especialmente os que tratam de mulheres, crianças e adolescentes.</p> <p><b>Situação Atual</b> 20/04/2007 CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa Devolvido pela Secretaria Geral da Mesa, para que a CDH dê Parecer sobre as emendas n.ºs. 01-CCJ e 02-CCJ. Ao Gabinete da relatora Senadora Fátima Cleide, para manifesta-se sobre as duas emendas. 15/06/2007 CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa Situação: PRONTO PARA A PAUTA NA COMISSÃO Devolvido pela Relatora, Senadora Fátima Cleide, que manifestou-se favorável as Emendas de n.ºs 01e 02-CCJ.</p>

**CORTÊS&ZUPIROLI**  
A D V O G A D O S

CONSELHEIRO REJANE	PROJETO	OBJETO TEMAS MULHURES
	<b>PLS 280/03</b> Autor: Sen. Lúcia Vânia Distribuição: Relator:	- <b>Ementa:</b> Altera a Lei nº 9613, de 3 de março de 1998 "Lei de Lavagem de Dinheiro", (no que trata do tráfico internacional de mulheres e crianças). <b>Situação Atual:</b> <b>24/01/2007</b> CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: PRONTO PARA A PAUTA NA COMISSÃO - Retorna à CCJ. Matéria aguardando instalação da Comissão.
	<b>PLC 105/03</b> Autor: Dep. Fátima Pelaes (PL 336/95 Câmara Federal).	- <b>Ementa:</b> Dá nova redação ao art. 89 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal, que trata das penitenciárias de mulheres. <b>Situação Atual:</b> <b>25/01/2007</b> CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: PRONTO PARA A PAUTA NA COMISSÃO - Retorna à CCJ. Matéria aguardando instalação da Comissão.
	<b>PEC 40/03</b> Autor: Poder Executivo.	- <b>Ementa:</b> Suprime a substituição proposta pela PEC 40/03 ao § 1º do art. 8º da Emenda Constitucional n.º 20/98, mantendo, em vigor, conforme essa Emenda, a aposentadoria voluntária por tempo de serviço, sem a restrição de idade mínima de 53 anos para homens e 48 anos para mulheres. <b>Situação Atual: Transformada na Emenda Constitucional nº 41/03</b>
	<b>PL 6135/02</b> Autor: Dep. Socorro Gomes/PA Distribuição: CSSF e CCJC	- <b>Ementa:</b> Dispõe sobre a destinação de 30% (trinta por cento) das habitações produzidas para famílias de baixa renda, às mulheres chefes de família. <b>Situação Atual: Apensado ao PL 7072/2002</b> 9/4/2002 - (CSSF) - Recebimento pela CSSF. 16/4/2002 - (CSSF) - Designado Relator, Dep. Tarcisio Zimmermann 18/4/2002 - (CSSF) - Abertura de Prazo para Emendas ao Projeto 26/4/2002 - (CSSF) - Encerrado o prazo para emendas. Não foram apresentadas emendas. 22/5/2002 - <b>Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)</b> - Apense-se a este o PL-6728/2002. 11/7/2002 - <b>Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)</b> - Apense-se ao PL-7072/2002. (Novo Despacho).
	<b>PL 4089/98</b> Autor: Dep. Enio Bacci PDT/RS Distribuição: Relator:	- <b>Ementa:</b> Substitutivo que garante a todas as mulheres que já iniciaram sua vida sexual a realização de exames citopatológicos e às mulheres acima de 40 (quarenta) anos a mamografia em hospitais do SUS ou conveniados. <b>Situação Atual:</b> 10/5/2007 - (CFT) - Parecer do relator, Dep. Fernando Coruja, pela adequação financeira e orçamentária do Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 4.089-D/98.  23/5/2007 - (CFT) - Aprovado por Unanimidade o Parecer 23/5/2007 - (CCJC) - Recebimento pela CCJC. 12/7/2007 - (CCJC) - Designado Relator, Dep. Pastor Manoel Ferreira (PTB-RJ) 13/7/2007 - (CCJC) - Prazo para Emendas ao Projeto (5 sessões ordinárias a partir de 16/07/2007)

CONSELHEIRO REJANE	PROJETO	OBJETO TEMAS MULHURES
	<p><b>PL 2771/95</b> Autor: Dep. Lídia Quinan PMDB/GO Distribuição: Relator:</p>	<p>- <b>Ementa:</b> DESTINANDO URNA ESPECIAL LOCALIZADA EM ANDAR TERREO, DE FACIL ACESSO, PARA OS ELEITORES DE IDADE AVANÇADA, ENFERMOS, MULHERES GRAVIDAS E PORTADORES DE DEFICIENCIAS FISICAS.</p> <p><b>Situação Atual:</b> 12/4/2000 - <b>(CCJC)</b> - Parecer do Relator, Dep. Vicente Arruda, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, e, no mérito, pela aprovação deste e do PL 335/1999, apensado, com Substitutivo.  2/8/2000 - <b>(CCJC)</b> - APROVAÇÃO UNÂNIME DO PARECER DO RELATOR, DEP VICENTE ARRUDA, PELA CONSTITUCIONALIDADE, JURIDICIDADE E TÉCNICA LEGISLATIVA DESTE E DO PL. 335/99, APENSADO, COM SUBSTITUTIVO. 2/8/2000 - <b>COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)</b> PUBLICAÇÃO DOS PARECERES DA CSSF E CCJR. PRONTO PARA A ORDEM DO DIA. PL. 2771-A/97.  <b>DCD 03 08 00 PÁG 38695 COL 01.</b>  10/8/2001 - <b>Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)</b> - Apense-se a este o PL 5030/2001 (DESPACHO INICIAL). 26/9/2003 - <b>(MESA)</b> - Apense-se a este o PL-2015/2003. - <b>Aguardando apreciação do Plenário da Câmara dos Duputados.</b></p>
	<p><b>PL 885/95</b> Autor: Dep. Maria Elvira PMDB/MG Distribuição: Relator:</p>	<p>- <b>Ementa:</b> Institui o Programa Nacional de Mutirões Habitacionais com Mulheres.</p> <p><b>Situação Atual:</b> 22/9/1999 - <b>(CCJC)</b> - PARECER DA RELATORA, DEP NAIR XAVIER LOBO, PELA CONSTITUCIONALIDADE, JURIDICIDADE E TECNICA LEGISLATIVA DESTE E DO SUBSTITUTIVO ADOTADO NA CSSF, COM EMENDAS E SUBEMENDAS.  23/11/1999 - <b>(CCJC)</b> - APROVAÇÃO UNANIME DO PARECER DA RELATORA, DEP NAIR XAVIER LOBO, PELA CONSTITUCIONALIDADE, JURIDICIDADE E TECNICA LEGISLATIVA DESTE E DO SUBSTITUTIVO DA CSSF, COM EMENDAS E SUBEMENDAS. 16/2/2000 - <b>(MESA)</b> - PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE RECURSO ARTIGO 132, PARAGRAFO SEGUNDO DO RI (05 SESSÕES) DE: 16 A 22 02 00.  <b>DCD 16 02 00 PAG 8221 COL 02.</b> 29/3/2000 - <b>(CCJC)</b> - APROVAÇÃO UNANIME DA REDAÇÃO FINAL, OFERECIDA PELA RELATORA, DEP NAIR XAVIER LOBO. (PL. 885-D/95). 17/4/2000 - <b>Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)</b> REMESSA AO SF, ATRAVES DO OF PS-GSE/101/00.</p>
	<p><b>MSC 344/91</b></p>	<p>- <b>Ementa:</b> Submete à consideração do Congresso Nacional os textos da Convenção nº 171, relativa ao trabalho noturno, bem como o do Protocolo de 1990, relativo à Convenção nº 89, sobre o trabalho noturno (mulheres), de 1948 (AVISO Nº 638 - AL/SG, DE 05/07/91).</p> <p><b>Situação Atual: - Aguardando Designação de Relator</b> 23/9/1997 <b>PLENÁRIO (PLEN)</b> - LEITURA E PUBLICAÇÃO DOS PARECERES DA CRE E CTASP. MSC 344-A/91. PENDENTE DE PARECER DA CCJC. 14/2/2001 - <b>(CCJC)</b> - ENTRADA NA COMISSÃO 26/3/2001 - <b>(CCJC)</b> Designado Relator: Dep. Marcos Rolim 26/3/2001 - <b>(CCJC)</b> - RECEBIDA MANIFESTAÇÃO DO RELATOR  3/8/2001 - <b>(CCJC)</b> - Recebida manifestação do Relator.  3/8/2001 - <b>Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)</b> Parecer do Relator, Dep. Marcos Rolim, pela constitucionalidade e injuridicidade.  27/2/2003 - <b>(CCJC)</b> - Devolução por força da saída do relator da comissão.</p>

CONSELHEIRO REJANE	PROJETO	OBJETO
	<b>PL 2857/89</b> Autor: _____ Dep. Matheus Iensen – PMDB/PR Distribuição: Relator:	<b>TEMAS MULHURES</b> - <b>Ementa:</b> Assegura prioridade de atendimento em instalações financeiras a idosos, mulheres grávidas e deficientes físicos. <b>Situação Atual:</b> 29/3/1995 <b>PLENÁRIO (PLEN) - LEITURA E PUBLICAÇÃO DOS PARECERES DA CCJR E CDCMAM AO PROJETO E A EMENDA DE PLENARIO.</b> PRONTO PARA A ORDEM DO DIA. (PL 2857-B/89).  <b>DCN1 11 08 95 PAG 17388 COL 02.</b>

**Sigla utilizadas neste relatório:**

**MESA** – MESA DIRETORA DA CÂMARA

**CAINDR** – COMISSÃO DA AMAZÔNIA, INTEGRAÇÃO NACIONAL E DE DES. REGIONAL

**CAPADR** – COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO DESENV. RURAL

**CCJC** - COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

**CCTCI** - COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA.

**CDC** - COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

**CDEIC** - COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO.

**CDHM** - COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS

**CDU** - COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO

**CEC** - COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

**CFFC** - COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

**CFT** - COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

**CLP** - COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

**CMADS** - COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

**CME** - COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

**CREDN** - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTER. E DE DEFESA NACIONAL

**CSPCCO** - COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

**CSSF** - COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

**CTASP** - COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

**CTD** - COMISSÃO DE TURISMO E DESPORTO

**CVT** - COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES

**CAE** - Comissão de Assuntos Econômicos

**CAS** - Comissão de Assuntos Sociais

**CCJ** - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

**CDH** - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

**CDR** - Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

**CE** - Comissão de Educação

CI - Comissão de Serviços de Infra-Estrutura  
CMA - Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle  
CRA - Comissão de Agricultura e Reforma Agrária  
CRE - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

PLC – Projeto de Lei da Câmara  
PLS – Projeto de Lei do Senado  
PEC – Proposta de Emenda à Constituição  
PL – Projeto de Lei  
PLP – Projeto de Lei Complementar  
MP – Medida Provisória  
PLV – Projeto de Lei de Conversão  
CCP – Coordenação de Comissões Permanentes  
SUB. SECT. COORD. LEGISL. DO CONGRESSO  
PLENÁRIO – Plenário da Câmara dos Deputados

#### Regimento Interno da Câmara dos Deputados

Art. 105. Ao final da Legislatura, arquivar-se-ão todas as proposições, com exceção:

- I – com pareceres favoráveis de todas as comissões;
- II – já aprovadas em turno único, em primeiro ou segundo turno;
- III – que tenham tramitado pelo Senado ou dele originárias;
- IV – de iniciativa popular;
- V- de iniciativa de outro poder ou Procurador-Geral da República.

Parágrafo único. A proposição poderá ser desarquivada mediante requerimento do Autor, ou Autores, dentro dos primeiros 180 dias da primeira sessão legislativa ordinária da legislatura subsequente, retomando a tramitação desde o estágio em que se encontrava.

#### Regimento Interno do Senado Federal

Art. 332. Ao final da legislatura serão arquivadas todas as proposições em tramitação no Senado, exceto:

- I – as originárias da Câmara ou por ela revisadas;
- II – as de autoria de Senadores que permaneçam no exercício de mandato ou que tenham sido reeleitos;
- III – as apresentadas por Senadores no último ano de mandato;
- IV – as com parecer favorável das comissões;
- V – as que tratem de matéria de competência exclusiva do Congresso Nacional (Const. Art. 49);
- VI – as que tratem de matéria de competência privativa do Senado Federal (Const. Art. 52);
- VII – pedido de sustação de processo contra Senador em andamento no Supremo Tribunal Federal (Const., art. 53, §§3º e 4º, EC nº 35/2001)

§1º. Em qualquer das hipóteses dos incisos do *caput*, será automaticamente arquivada a proposição que se encontre em tramitação há duas legislaturas, salvo se requerida a continuidade de sua tramitação por 1/3 (um terço) dos Senadores, até 60 (sessenta) dias após o início da primeira sessão legislativa da legislatura seguinte ao arquivamento, e aprovado o seu desarquivamento pelo Plenário do Senado.

§2º. Na hipótese do §1º, se a proposição desarquivada não tiver a sua tramitação concluída, nessa legislatura, será, ao final dela, arquivada definitivamente. (NR).